

# Em Foco

Nº 7 - Setembro de 2011

## Organização sindical dos assistentes sociais

Maria Beatriz Abramides  
Valério Arcary  
Regina Marconi  
Cíntia Teixeira  
Margareth Alves Dallaruvera  
Márcia Canena  
Maristela Farias  
Mauro Iasi  
Cleier Marconsin



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO Rio de Janeiro

Gestão “Trabalho e direitos: a luta não para”  
2011/2014

### ■ Sede - Rio de Janeiro

**Presidente:** Charles Toniolo de Sousa

**Vice-Presidente:** Moara Paiva Zanetti

**1ª Secretária:** Elizabeth Souza de Oliveira

**2ª Secretária:** Silvia Dabdab Calache Distler

**1ª Tesoureira:** Edenilza Silva Cesário

**2º Tesoureiro:** Eduardo Nascimento de Carvalho

**Suplentes:** Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira e Loraine Rocha Vigo

**Conselho Fiscal:** Telma Pilé Gomes, Leandro Rocha da Silva e Michele Pontes da Costa

**Suplentes:** Joilson Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis e Carlos Felipe Nunes Moreira

### ■ Seccional de Campos dos Goytacazes

**Gestão “Em defesa da Ética no Serviço Social” - 2011/2014**

**Coordenadora:** Liliane Cardoso D’Almeida

**Secretária:** Rosângela Maria A. Benevides Guimarães

**Tesoureira:** Júnia de Souza Elias

**Suplentes:** Thaís Tavares Bernardo, Iraí Martins Bohrer e Ana Teresa de Sá Santos Cezario

### ■ Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

**Gestão “Ética na Resistência” - 2011 / 2014**

**Coordenadora:** Paula de Almeida Pereira

**Secretária:** Liliane Rocha Ribeiro

**Tesoureira:** Larissa Fagundes Costa

**Suplentes:** Natália Reis de Oliveira, Isabela Carvalho Silva Sobreira e Mitchelly de Barros Silva Santos

#### Equipe de Recursos Humanos

**Agentes fiscais:** Angela Maria Corrêa Moreira Lima, Arlene Vieira Trindade, Elias Azevedo da Silva, Maria de Fátima Valentim Pessanha, Nízia Maria Vieira dos Santos

**Apoio administrativo:** Aline Lucas Aires, Allan Botelho da Silva, Edilson Moreira dos Santos, Jéssica Cristina Ferreira da Silva, José Guilherme Teixeira Marques, Marco Antônio de Almeida, Rosângela Costa Maia, Simone Moreira dos Santos e Thiago Lobão Marques dos Santos

**Assessoria de comunicação:** Célio Albuquerque

**Assessoria jurídica:** Dr<sup>a</sup> Mônica Teixeira Faria Guimarães Arkader

**Assessoria política:** Jefferson Lee de Souza Ruiz

**Auxiliares de Serviços Gerais:** Amália de Fátima de Oliveira Medeiros e Carlos Augusto Fernandes Pacheco

**Bibliotecária:** Mônica da Silva Araújo Abreu

## FICHA TÉCNICA

**Em  
FOCO**

Edição nº 7 - Setembro de 2011  
ISBN 978-85-60593-02-6

#### Responsáveis pela organização editorial

Altineia Maria Neves  
Charles Toniolo de Sousa  
Conceição Maria Vaz Robaina  
Denise Nicacio Pereira  
Iruaci Rogéria de Souza Vieira  
Jefferson Lee de Souza Ruiz  
Martha Fortuna Pereira Bastos  
Moara Paiva Zanetti  
Perciliana Rodrigues

#### Projeto gráfico

Carlos D  
Tiago Cambará

#### Transcrição, revisão gramatical e copydesk

Juliana Nunes ([www.reescrita.com.br](http://www.reescrita.com.br))

#### Revisão geral

Jefferson Lee de Souza Ruiz

#### Tiragem

2.000 exemplares

#### Impressão

Gráfica Mestre  
Rio de Janeiro/2011

Esta edição da EM FOCO adota, na revisão ortográfica e gramatical, a reforma ortográfica assinada pelo Brasil no início de 2008.



**Gestão “Ética, Autonomia e Luta”**  
**2008/2011**

■ **Sede - Rio de Janeiro**

**Presidente:** Fátima da Silva Grave Ortiz

**Vice-Presidente:** Elza Velloso

**1ª Secretária:** Lúcia Maria da Silva Soares

**2ª Secretária:** Conceição Maria Vaz Robaina

**1ª Tesoureira:** Newvone Ferreira da Costa

**2ª Tesoureira:** Alena Mab Góes Contente

**Suplentes:** Michelle Rodrigues de Moraes, Jurema Alves Pereira da Silva,  
Mônica Vicente da Silva, Georgina de Queiroz dos Santos e Maurício Caetano Matias Soares

**Conselho Fiscal:** Martha Fortuna Pereira Bastos, Maria Elizabeth Freire Salvador, Leopoldina de Araújo Cardoso

**Suplentes:** Telma Pilé Gomes, Lisamar Bastos Simões e Erika Schreider

■ **Seccional de Campos dos Goytacazes**

**Coordenadora:** Janaína Alves Monteiro

**Tesoureira:** Iraí Martins Bohrer

**Secretária:** Luciana Custódio Soares

**Suplentes:** Gisele Pereira Luiz, Ana Tereza de Sá Santos e Lidiane Pereira Braga

■ **Seccional de Volta Redonda**

**Coordenadora:** Greicy Hellen Santana de Assis

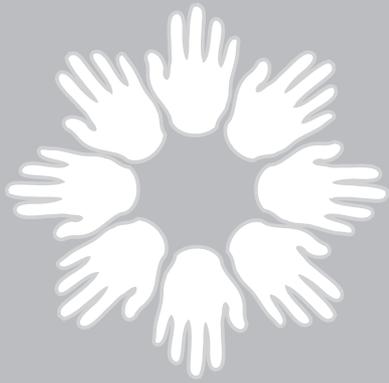
**Tesoureira:** Carmem Lúcia Brandão

**Secretária:** Sabrina Alves de Faria

**Suplentes:** Ailton da Silva Carvalho e Gilvane Mazza Ribeiro

*Esta edição da revista EM FOCO foi viabilizada pela  
ação conjunta das duas últimas gestões do Conselho  
Regional de Serviço Social/RJ.*





# Sumário

■ <b>Apresentação</b> .....	6
■ <b>Prefácio</b> <i>Por Charles Toniolo e Moara Zanetti</i> .....	7
■ <b>Seminário</b> <b>Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro</b> .....	12
■ <b>Mesa 1</b> <b>Histórico da Organização dos Trabalhadores</b>	
Valério Arcary .....	14
Beatriz Abramides .....	20
Regina Marconi .....	25
<b>Debates</b> .....	27
■ <b>Mesa 2</b> <b>Sindicato por Ramo e por Categoria: Formas de Organização Sindical</b>	
Cíntia Teixeira .....	39
Margareth Alves Dallaruvera .....	40
Márcia Canena .....	43
Maristela Farias .....	45
<b>Debates</b> .....	47
■ <b>Seminário</b> <b>Panorama das Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais e Perspectivas de Organização Sindical</b> .....	55
<b>Apresentação da pesquisa “Movimento sindical: a atuação política dos assistentes sociais” - por Mariana Maciel e Altineia Neves</b> .....	57
<b>Mesa “Panorama das Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais e Perspectivas de Organização Sindical”</b>	
Mauro Iasi .....	68
Cleier Marconsin .....	76
<b>Debates</b> .....	83

## Apresentação

---

A Revista “Em Foco” é uma iniciativa do Conselho Regional de Serviço Social do estado do Rio de Janeiro (7ª Região), sendo publicada desde o ano de 2003. Seu objetivo é socializar debates realizados em eventos promovidos sobre temas polêmicos, novos para o debate profissional e/ou para os quais exista pouca produção bibliográfica no âmbito do Serviço Social.

É, inegavelmente, o quadro atual das publicações em torno da organização sindical dos assistentes sociais. Esta é uma história absolutamente rica e fértil. Foram décadas de mobilização, polêmicas, embates, vitórias e limites, que não se resumiram exclusivamente ao debate de interesses específicos da categoria, mas tiveram contribuições e impactos para a organização da própria classe trabalhadora brasileira.

Nas páginas desta edição da Revista “Em Foco” você encontrará um belo panorama dos debates realizados ao longo destes anos de organização. Se iludirá, contudo, quem esperar um relato saudosista ou estacionado no tempo.

Os conceituados palestrantes dos eventos aqui reproduzidos atualizam suas reflexões, observando atentamente as dificuldades e contradições da conjuntura inicial do século XXI no que diz respeito ao movimento sindical. Não se furtam a entrar em debates polêmicos - que, por exemplo, polarizam (muitas vezes sem o conjunto dos elementos necessários para uma análise com a profundidade necessária) a apreciação do tema organização sindical dos assistentes sociais à mera opção entre organização em sindicato próprio (ou profissional, ou corporativo) ou geral (por ramo, com trabalhadores de outras categorias). Não fogem, ainda, ao confronto respeitoso de ideias e à comparação de experiências de lutas desenvolvidas pelo Conjunto CFESS/CRESS e as iniciativas de sindicatos e federação de assistentes sociais. Inclusive aquelas que têm como resultado prático e concreto um ataque às condições objetivas de defesa da direção social que conforma o Serviço Social, ao se judicializar - e em perspectiva conservadora - o debate das anuidades dos conselhos profissionais.

Os debates com o público presente nos dois eventos (cuja reprodução também é uma marca característica da Revista “Em Foco”) não deixa por menos. Exploram contradições, propõem novas interpretações, demonstram que se há uma afirmação definitiva sobre este debate é que não há consenso, atualmente, sobre ele. E estas são só algumas das polêmicas e provocações a serem encontradas pelo leitor.

A iniciativa de realização dos seminários aqui reproduzidos veio de diferentes mãos. Juntaram-se em torno dela a direção do CRESS-RJ durante a gestão “Ética, autonomia e luta”; assistentes sociais de base, incomodados com a ausência de opção de organização sindical e com limites (legais ou não) específicos para a atuação do Conjunto CFESS/CRESS com temas estritamente sindicais; profissionais, militantes e assessorias com experiências anteriores em direções sindicais; pesquisadores do tema e outros interessados. O mérito pela coragem de trazer novamente à tona este debate é, assim, coletivo. Mas ele não teria sido realizado sem a forte convicção e contribuição dos colegas que coordenaram o CRESS dentre os anos 2008 a 2011. A eles, nosso profundo agradecimento.

Para nossa grande satisfação, a vitoriosa luta em defesa das trinta horas de jornada semanal para os assistentes sociais contribuiu para que este tema voltasse à pauta também em outros estados do país.

Assim, estamos convictos de que o conteúdo desta revista tende a contribuir para as reflexões e lutas dos assistentes sociais, mas também do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

**Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região - RJ**  
**Gestão “Trabalho e direitos: a luta não para”**  
**em conjunto com o Movimento Pró-Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**

# Prefácio

Por Charles Toniolo e Moara Zanetti <sup>1</sup>

Maria Beatriz Abramides e Socorro Cabral, através de sua publicação “Novo Sindicalismo e Serviço Social” (1995), se tornaram uma importante referência no debate sobre a organização política dos assistentes sociais. Militantes do processo de virada que o Serviço Social vivenciou após o CBAS de 1979, a reflexão apresentada pelas autoras não deixa de ser um processo de autoavaliação, diante da experiência de organização sindical vivenciada pelos assistentes sociais nos anos 1980, através dos sindicatos de assistentes sociais vinculados à ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais). A leitura desse material é fundamental, porque situa historicamente o debate que esta edição da Revista EM FOCO procura fazer. Partes das reflexões daquele texto encontram-se na própria exposição de uma autoras (Abramides) no primeiro seminário organizado pelo CRESS/RJ, em 2010.

A crise da autocracia burguesa, evidente no final dos anos 1970 (cf. NETTO, 1991), fez com que a classe trabalhadora emergisse novamente no cenário político brasileiro, aprofundando e até mesmo acelerando o processo de derrocada do regime ditatorial e de retomada da democracia no Brasil. Nesse mesmo período, o Serviço Social vivencia um intenso processo de renovação, quando, a partir da apropriação de um referencial teórico crítico da realidade social, pôde debruçar-se sobre uma reflexão crítica acerca de sua história e de sua inserção na divisão social (e técnica) do trabalho, apontando para os limites e as possibilidades históricas de intentar uma ruptura com o lastro conservador que o acompanhava.

Um dos grandes debates da profissão foi, sem dúvida, o reconhecimento da sua condição de trabalhador assalariado - condição esta fetichizada na literatura tradicional da profissão como o “profissional da ajuda”, o “profissional do desenvolvimento” ou, ainda, o “agente da mudança”. O voluntarismo e o messianismo característicos da história profissional desde o período de sua vinculação com a igreja católica, bem como a vinculação com os projetos societários das classes e segmentos dominantes, mascaravam as particularidades da inserção do assistente social como especialização do trabalho coletivo, no mundo do trabalho determinante e determinado pelas relações sociais capitalistas. Nas palavras de Montaño (2000), apenas uma visão exógena do Serviço Social, quer seja, compreendê-lo diante das particularidades sócio-históricas da sociedade capitalista, pôde, em nossa opinião, sintonizar as lutas pela virada da profissão com aquelas que eram protagonizadas pelo conjunto da classe trabalhadora no país.

Não à toa, a experiência sindical dos assistentes sociais se deu a partir de um determinado momento histórico, tanto da sociedade brasileira como da profissão - absolutamente indissociáveis. A emergência do novo sindicalismo e o reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado e parte da classe trabalhadora do país (e não apenas aquele que tem a classe trabalhadora como principal população usuária de seus serviços), somado a um crescente arsenal crítico-teórico da sociedade capitalista e do papel da organização político-sindical da classe trabalhadora para sua superação, fizeram surgir diferentes sindicatos de assistentes sociais em todo o Brasil.

Entretanto, a experiência do Serviço Social foi para além disso. No bojo da crítica ao “sindicalismo corporativo”, típico da histórica do movimento sindical brasileiro e que, em diferentes momentos históricos, cumpriu um papel de fragmentação e desmobilização das lutas dos trabalhadores, o Serviço Social avança no debate sobre a organização sindical e aponta, no final dos anos 1980, para o investimento no chamado “sindicalismo por ramo”. Do ponto de vista empírico, as dificuldades de renovação dos quadros dos sindicatos de assistentes sociais, bem como a crescente inserção de profissionais em outras entidades sindicais - que se organizavam por ramo de produção - criou uma ideia de que a tendência da organização sindical dos assistentes

**Um dos grandes debates da profissão foi, sem dúvida, o reconhecimento da sua condição de trabalhador assalariado**

<sup>1</sup> Charles Toniolo de Sousa e Moara Paiva Zanetti cumprem, respectivamente, as funções de presidente e vice-presidente do CRESS-RJ ao longo da gestão denominada “Trabalho e direitos: a luta não para” (2011-2014) e participam do Movimento Pró-Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

## Apenas 10,4% dos profissionais tinham algum nível de participação no movimento sindical

sociais era o fortalecimento de entidades sindicais que abrangiam o conjunto dos trabalhadores. Do ponto de vista teórico, a compreensão dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados e a necessidade da luta do conjunto da classe trabalhadora rumo à superação da sociedade capitalista, bem como a polêmica trajetória histórica dos sindicatos por categoria, reforçava a defesa do “sindicalismo por ramo” como a mais adequada forma de organização sindical dos assistentes sociais e do conjunto da classe trabalhadora. Naquele momento, então, a maioria dos sindicatos de assistentes sociais se desfez, dando fim à Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS).

Foi nesse mesmo contexto que o Conjunto CFESS/CRESS passou a ganhar centralidade no cenário político da organização política da profissão (cf. CFESS, 1996). Com natureza de autarquia federal, responsável pelo registro e fiscalização do exercício profissional dos assistentes sociais, essas entidades superaram o caráter cartorial que prevê sua natureza jurídica, e se tornaram importantes instrumentos de defesa e aprofundamento do projeto ético-político do Serviço Social, consolidado nos anos 1990 (cf. BRAZ; TEIXEIRA, 2010). Década em que temos a aprovação do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais hoje vigente (1993), o novo texto da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) – nas palavras de muitos, os “anos de ouro” do Serviço Social. A consolidação de uma direção crítica e politicamente comprometida com as lutas da classe trabalhadora e contra toda forma de opressão-exploração-dominação, entendendo os limites e as possibilidades diante das particularidades da inserção do Serviço Social no mundo do trabalho, faz com que o Conjunto CFESS/CRESS, assim como a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), bem como a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), se tornem as grandes referências da categoria no que tange à sua organização política.

Mas o cenário de ascenso do papel político do Conjunto CFESS/CRESS como instância organizativa da categoria ocorre em um momento de profundos ataques à organização sindical dos trabalhadores. A emergência do projeto neoliberal no Brasil, a partir de 1990 (com Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República), bem como a adoção, no Brasil, do modelo produtivo já há algumas décadas em curso nas relações de produção capitalistas no planeta, promovem uma grande crise do movimento sindical. Crise esta expressa em inúmeras dimensões: o crescente aumento do desemprego e o ataque aos direitos trabalhistas, bem como as crescentes formas precarizadas de contratação vulnerabilizam os trabalhadores e suas formas de organização coletiva; a legitimidade dos sindicatos frente a suas bases ganha novamente contornos de “peleguismo”, diante dos ataques dos patrões às conquistas dos trabalhadores e da necessidade de se manter o pouco que se conquistara, em uma espécie de “possibilismo”; soma-se a isso a cultura política clientelista brasileira, que sempre se fez presente no movimento sindical, de cooptação de lideranças e de esvaziamento político do papel dos sindicatos. Com o governo Lula, essa cooptação, esse imbricamento entre sindicatos e governo, entre movimentos sociais e governo, se acentua: afinal, o então presidente da república gozava de respaldo de organizações dos trabalhadores jamais alcançado por seus antecessores.

Essa crise atinge o Serviço Social brasileiro de várias formas. A ofensiva conservadora promovida pelo neoliberalismo recoloca, de forma cada vez mais brutalizante, requisições e demandas aos assistentes sociais, que ferem nitidamente os princípios ético-políticos que norteiam o projeto profissional construído após a virada – como os constantes ataques aos direitos humanos<sup>2</sup>, através da redução das políticas sociais públicas e dos espaços democráticos de participação política (o que inclui os sindicatos). Como membro da classe trabalhadora, o assistente social não fica alheio ao intenso processo de pluralização e precarização de suas relações contratuais e trabalhistas, o que dificulta a sua organização política como categoria nos locais de trabalho – com reflexos na organização como classe trabalhadora nos mesmos locais de trabalho. Na mesma medida, as entidades sindicais vão deixando de ser referência de organização política para os assistentes sociais enfrentarem tantas adversidades em sua inserção no mundo do trabalho.

É claro que isso se trata de uma hipótese que, infelizmente, carece de pesquisas no âmbito do Serviço Social. Contudo, alguns dados empíricos apontam para seu reforço. Uma pesquisa realizada pelo CFESS e pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2004<sup>3</sup>, com participantes das atividades comemorativas do Dia do Assistente Social (isto é, com profissionais que, de algum modo, ainda participam de atividades organizadas pelos CRESS's), revelou que apenas 10,4% dos profissionais tinham algum nível de participação no movimento sindical (a questão incluía presença em reuniões,

<sup>2</sup> Entendidos como o conjunto de direitos econômicos, políticos, sociais, civis, dentre outros.

<sup>3</sup> Cf. CFESS, 2011.

assembleias e outras atividades, não se restringindo à filiação aos sindicatos). Mesmo com toda a crise do movimento sindical a que já nos referimos, os índices de sindicalização dos trabalhadores brasileiros estão, segundo dados do DIEESE, quase 50% acima deste percentual.

A crescente visibilidade do papel político cumprido pelo Conjunto CFESS/CRESS, bem como a crise do movimento sindical que se instalou nos anos 1990, fez com que o Conjunto fosse cada vez mais requisitado pela categoria a assumir demandas sindicais - o que, em princípio, não competia a ele. A posição do Conjunto foi categórica: como estratégia de classe, era necessário lutar pelo fortalecimento do caráter combativo e organizativo dos sindicatos por ramo. Contudo, a realidade mostrava outra coisa: a cada vez menor participação de assistentes sociais no movimento sindical.

Entretanto, essa história ganhou novos personagens na segunda metade dos anos 1990: na contramão dos debates realizados nos anos 1980, um grupo de assistentes sociais (alguns ainda herdeiros do período da ANAS) retoma a criação de sindicatos de assistentes sociais em alguns estados brasileiros. Vale lembrar que em alguns locais os sindicatos não chegaram a ser fechados, mas tinham pouca visibilidade diante dos debates e da política adotada pela categoria.

A polêmica, então, se instaura novamente, mas ganha novos contornos. Questionamentos quanto à forma de criação dessas entidades sindicais, bem como à própria existência delas, pautam novamente o debate em alguns fóruns da categoria. Há um forte sentimento de repulsa e de negação dessas entidades, seja em função da decisão histórica do fortalecimento dos "sindicatos por ramo", seja por conta da trajetória política por elas construída. E dessa polêmica surgem várias outras.

A principal delas diz respeito ao fato de que, na medida em que os sindicatos recém-reabertos ou recém-criados não conseguem se legitimar perante a categoria - mesmo com a polêmica criação, em 2000, da FENAS (Federação Nacional de Assistentes Sociais) -, do outro lado, o Conjunto CFESS/CRESS passa a ser cada vez mais cobrado pela categoria para assumir demandas de natureza de luta sindical. Uma das consequências quase inevitáveis foi o acirramento e uma clara disputa entre o Conjunto CFESS/CRESS e a FENAS (o que, inclusive, se materializou em disputas de processos eleitorais para diversos CRESS's - incluindo o CRESS/RJ - e para o CFESS). Tal disputa inclui, inclusive, o questionamento dos setores da categoria próximos à FENAS à própria possibilidade de o Conjunto CFESS/CRESS representar trabalhadores nas instâncias de controle social - postura que consideramos equivocada, considerando a tradição destas entidades na defesa dos direitos da população e do caráter público, gratuito e universal das diversas políticas sociais. Não se trata, portanto, de uma polêmica esvaziada de conteúdo político ou restrita à discussão sobre a opção de organização por ramo ou por categoria: por trás da aparência de um enfrentamento desnecessário (admitamos, por vezes, algo acirrado de parte a parte) há defesas distintas do papel de nossas entidades (sindicais ou não) e das formas pelas quais o Serviço Social defende publicamente seus princípios e perspectivas de organização societária.

Esta disputa, por um lado, fez com que o Conjunto CFESS/CRESS assumisse demandas sindicais da categoria, como a luta pela aprovação da jornada de trabalho de 30 horas semanais. Por outro, os sindicatos, seguindo orientação da FENAS, entraram e continuam entrando com ações judiciais contra os CRESS's exigindo a redução dos valores do tributo das anuidades - fonte de sustentação financeira das ações políticas do Conjunto CFESS/CRESS. Além disso, espaços historicamente ocupados pelo Conjunto, como as instâncias de controle social, passaram a ser disputados também pela FENAS e sindicatos, sendo determinadas por diferentes projetos que contornam esses (e outros) espaços de luta política.

Não foi diferente no estado do Rio de Janeiro. O CRESS/RJ se envolveu em diversas polêmicas e disputas com o SASERJ (Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro) no decorrer desses 15 anos - principalmente envolvendo a relação com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O que, no entanto, não impediu que seguidas gestões do Conselho Regional tomassem iniciativas de articulação conjunta das entidades, nem sempre bem sucedidas, como forma de fortalecer as lutas.

Na medida em que as contradições presentes nesta Prefeitura, relativas à política de assistência social e às requisições profissionais dirigidas à categoria se aprofundavam (cf. RODRIGUES, 2007), grupos de assistentes sociais buscavam se organizar e, nesse processo, se depararam com alguns entraves: a falta de respaldo por parte do SASERJ e as limitações das ações do CRESS, tendo em vista seu caráter de Conselho Profissional, diante das demandas de caráter eminentemente sindical.

O caldo resultante de todos esses processos culminou na avaliação da necessidade da

## As saídas não serão alcançadas no interior do Serviço Social

retomada da discussão sobre a organização sindical dos assistentes sociais, agregando rapidamente profissionais, professores, estudiosos, estudantes, dentre outros, dando origem ao Movimento Pró-Organização dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro - movimento esse que foi alvo de muitos questionamentos, advindos de diferentes setores da categoria, que ainda insistem em afirmar que esse debate “acabou” - apesar da conjuntura impor, por diversas vias, a necessidade de massificação do mesmo. Ainda assim, foram organizados dois seminários, nos anos de 2010 e 2011, sob o corajoso e total apoio e participação do CRESS/RJ (gestão “Ética, autonomia e luta”), e que resultaram nessa publicação. Vale lembrar, ainda, que um outro resultado dessa mobilização foi a realização de uma sessão temática no XII ENPESS, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 2010, com o tema “Organização Sindical dos Assistentes Sociais”, reunindo trabalhos e pesquisas acadêmicas em curso sobre o debate, ainda desconhecidos do grande público da categoria.

Mesmo diante de muitas polêmicas e discordâncias, algumas análises e preocupações comuns mantiveram esse grupo reunido: a premência da organização sindical dos assistentes sociais frente ao aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora; a convicção de que, apesar de todas as contradições presentes na organização sindical, hoje, esta continua, ao lado da organização partidária, a ser uma das formas privilegiadas e estratégicas de luta da classe trabalhadora; apesar da opção da categoria pela organização por ramo, na década de 1980, a realidade é que a categoria encontra-se com índices de organização sindical abaixo da média da classe trabalhadora; a opção de projeto profissional e societário que nossa categoria hegemonicamente fez, há cerca de três décadas, é inalcançável sem a nossa organização e sem que ela esteja intrinsecamente vinculada à organização e às lutas do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras; e, por fim, o consenso relativo à defasagem desse debate na massa da categoria e na formação profissional, bem como a necessidade de qualificar e ampliar esse debate.

Partindo desses pontos comuns, foi organizado o primeiro seminário, em maio de 2010, com duas mesas, cujos temas foram “Histórico da organização dos trabalhadores” e “Sindicato por ramo e por categoria: formas de organização sindical”, respectivamente. O segundo seminário aconteceu um ano depois, em maio de 2011, com o tema: “Panorama das condições atuais de trabalho dos assistentes sociais e as perspectivas da luta sindical”. Somados, os dois seminários, alcançaram mais de 300 pessoas, número bastante expressivo.

A constatação do refluxo dos movimentos sociais não nos fez sucumbir à conjuntura. Pelo contrário, como agentes da história, na contramão dos rumos da realidade, esse debate foi retomado no Rio de Janeiro com o claro objetivo de contribuir com a organização de nossa categoria profissional. Ao lado do refluxo da classe trabalhadora em âmbito mundial e nacional, avaliamos que os baixos índices de organização sindical no interior de nossa categoria, apesar do caráter diferenciado de nossa formação, foi agravado pela defasagem desse debate, fazendo com que estivéssemos aquém da organização da classe trabalhadora como um todo.

Aí reside a relevância desse debate. Objetivamos, ainda, com essa publicação, contribuir com o debate da organização sindical de nossa categoria em âmbito estadual e nacional, junto às entidades representativas do Serviço Social, mas também junto à massa da categoria, do movimento estudantil e da universidade.

Sob a convicção de que os desafios colocados para a organização de nossa categoria, apesar de alguns contornos particulares, refletem as contradições e desafios colocados, hoje, para o conjunto da classe trabalhadora, as saídas não serão alcançadas no interior do Serviço Social, e por isso a preocupação em todas as ações desse Movimento de convidar amplamente diferentes entidades e centrais sindicais.

Por fim, essa publicação pretende se constituir como uma provocação, um convite à reflexão, ao debate e também à organização de nossa categoria, tendo como principal horizonte a imperativa necessidade de aprofundar a organização político-sindical dos assistentes sociais para avançar nas lutas como classe trabalhadora, como profissional que lida diretamente com esta classe e como categoria que fez uma opção pelo aprofundamento da democracia e por um projeto de sociedade sem opressão, dominação e exploração de qualquer ordem.

Rio de Janeiro, setembro de 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz & CABRAL, Maria do Socorro. **Novo Sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAZ, Marcelo & TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS & ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CEaD-UnB/CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 17, nº 50, p. 172-190, abr. 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964**. São Paulo: Cortez, 1991.

RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 28, nº 91, p. 108-122, set. 2007.

## Seminário

# Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

## Mesa de abertura

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Auditório 91  
9 de julho de 2010

### ■ Perciliana Rodrigues, assistente social

---

Boa tarde. Sou membro da comissão organizadora do evento de hoje, tendo sido indicada para contribuir com a coordenação desta mesa. Queremos inicialmente saudar a todos, desejando que façamos um ótimo debate sobre nossa organização sindical.

O objetivo desse encontro é que possamos ampliar uma discussão importante no seio da categoria, que entendemos não pertencer só aos assistentes sociais. É fundamental a categoria se debruçar sobre ela e propor desdobramentos a respeito da sua organização sindical. Que possamos, a partir daqui, pensar novos passos e novos espaços para dar continuidade e atenção

para esta discussão. Este é o primeiro momento dentro de um processo que estamos resgatando, não é uma discussão nova na categoria. Esperamos e temos certeza de que, com a qualidade dos palestrantes da mesa e dos convidados, teremos esses elementos tão necessários para nossa reflexão.

Agradecemos a pronta resposta dos convidados ao convite de compor a mesa, o que demonstra comprometimento, seriedade e respeito à categoria. Passaremos a palavra, então, para a representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ), apoiador desta iniciativa.

### ■ Martha Fortuna, conselheira do CRESS-RJ

---

Em nome da direção do CRESS-RJ saudamos a todos os participantes do evento. Para nós tem muito valor apoiar a organização deste seminário, reconhecendo a importância de discutirmos as questões

relativas à organização político-sindical da categoria.

Este é um debate importante, diretamente articulado com o projeto ético político profissional, e que

não poderíamos deixar de lado neste momento, principalmente por ser o anseio, o desejo e o interesse da categoria levantar questões a este respeito.

Agradecemos, assim, a presença de todos. Vamos debater, discutir nossas ideias, nossos pensamentos, nossas

propostas. Embora não seja um evento deliberativo, é uma ótima oportunidade para amadurecermos enquanto assistentes sociais e, especialmente, enquanto trabalhadores que todos somos. Obrigada.

#### ■ Perciliana Rodrigues

---

Passo a palavra para o professor Marco José Duarte, diretor da Faculdade de Serviço Social da UERJ, agradecendo, desde já, em nome de todos os

organizadores, sua contribuição e apoio para que este evento ocorresse nesta Universidade.

#### ■ Marco José Duarte, diretor da Faculdade de Serviço Social da UERJ

---

Boa tarde. Inicialmente quero cumprimentar a todos e a todas, dizendo ser com prazer que a Faculdade de Serviço Social da UERJ abre as portas, mais uma vez, às entidades da categoria e à categoria como um todo para fazer uma reflexão sobre sua organização sindical, em um momento de conjuntura e de tempos árduos da classe trabalhadora.

Quero aproveitar esta oportunidade para homenagear o professor Antonio Braga Coscarelli, falecido ontem. Acabamos de perder um grande companheiro de movimento sindical, professor Coscarelli, que foi membro da diretoria atual da Associação de Docentes da UERJ. Eu pediria a todos que pudéssemos fazer uma homenagem

ao nosso companheiro, ficando de pé e fazendo um minuto de silêncio.

Coscarelli foi um companheiro de muito tempo, um professor aposentado que continuou na militância sindical, na categoria docente dos professores da UERJ. Neste exato momento, o professor Coscarelli está sendo sepultado. Como o apoio a este evento é um compromisso da Faculdade de Serviço Social, não pude permanecer nas homenagens a ele prestadas, mas deixamos, aqui, nosso reconhecimento por sua contribuição.

Deixo, então, nossa saudação a todos os presentes e desejo que possamos contribuir nesta discussão sobre os rumos do movimento sindical e da categoria dos assistentes sociais. Obrigado.

#### ■ Perciliana Rodrigues

---

Agradecemos a Martha e a Marco José. Nosso evento está organizado em duas mesas. Na primeira, "*Histórico da organização dos trabalhadores*", teremos dois palestrantes (os professores Valério Arcary e a professora Beatriz Abramides) e uma debatedora (nossa companheira Regina Marconi). Registro, desde já, que o professor José Paulo Netto, que também atuaria como debatedor nesta primeira mesa, justificou há pouco, conosco, sua ausência do evento por razões de saúde. Após as contribuições dos palestrantes e da debatedora faremos dois blocos de cinco inscrições cada, seguidos por comentários dos convidados e de sua saudação final.

Na segunda mesa, "*Sindicato por ramo e por categoria: formas de organização sindical*", teremos quatro apresentações - duas expressando a organização de assistentes sociais em sindicatos gerais e/ou por ramo, e duas experiências de organização sindical por categoria (assistentes sociais e nutricionistas). No momento da mesa apresentaremos nossas convidadas. Após a fala das convidadas, faremos blocos com cinco inscrições cada.

Quero reforçar a importância deste evento. Ele é o primeiro de uma série que pretendemos realizar e nossa expectativa é que façamos um debate com a qualidade e a profundidade que o tema exige.

## Mesa 1

# Histórico da Organização dos Trabalhadores

### ■ Martha Fortuna

---

Convidamos, então, à mesa: o professor Valério Arcary, historiador e professor do IFECT/São Paulo; a assistente social e professora da PUC de São Paulo, ex-presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São

Paulo, Beatriz Abramides; e a assistente social da Secretaria de Habitação do Rio de Janeiro, Regina Marconi.

Vamos começar com a contribuição do professor Valério, a quem passo a palavra.

### ■ Valério Arcary, historiador e professor do IFECT/São Paulo

---

Boa tarde.

Hoje é dia nove de julho. Nesta data se comemora a única guerra civil da história do Brasil. É uma excentricidade que a burguesia paulista até hoje comemore a revolução constitucionalista. Vocês sabem que a burguesia paulista se constitui historicamente com grande amor pela democracia, pela liberdade, pela lei, pelas constituições, e, por isso, resolveu fazer uma guerra civil para defendê-las (tenho um senso de humor tremendo).

Não houve ditadura que não tivesse sido, na história do Brasil, não eufórica, mas histericamente apoiada pela burguesia paulista. Não houve nenhuma, apoiaram regimes espantosos. Foram contra a revolução de 1930, mas depois foram a favor do Estado Novo. A única cidade do Brasil onde houve uma grande manifestação de massas para apoiar o golpe que se preparava para 1964, como sabem, foi a manifestação em defesa da propriedade e da família. Foi uma grande manifestação, não nos enganemos: todos

os testemunhos históricos sugerem que havia mais de 150 mil pessoas nas ruas de São Paulo. Há controvérsias. Um colega da USP afirma que podem ter estado na manifestação 500 mil pessoas. Seguramente, ao lado da manifestação que houve na Central do Brasil, foi a grande manifestação reacionária de massas no período pré-1964. Então, é uma alegria sair de São Paulo no dia 9 de julho e estar com vocês hoje aqui. Hoje é a festa deles e eu vim para a nossa festa. Obrigado pelo convite.

Minha apresentação estará dividida em duas partes. Primeiro vou falar sobre a natureza dos sindicatos como organismos, com uma abordagem mais teórica; depois, sobre os sindicatos do Brasil, em uma abordagem mais histórica. Tentarei fazê-lo de maneira bastante concisa, com palavras algo cortantes, apenas para delimitar bem as questões centrais e organizar as ideias. Sei, porém, que há mediações a serem feitas, e já aviso que sou a favor de que elas sejam feitas.

## Onde os sindicatos representam os interesses dos seus trabalhadores há conflito social e repressão

Sindicatos são, em primeiro lugar, a expressão orgânica de um movimento social. O movimento social mais antigo da sociedade contemporânea é o movimento social dos trabalhadores assalariados. É importante dizer que os sindicatos surgem historicamente em uma luta tremenda, extremamente difícil, nos países centrais, pela organização independente dos assalariados. Custou muito aos assalariados, conseguirem criar um movimento social estável. Todo movimento social pode ter ou não organismos. Nem todos os movimentos sociais conseguem articular organismos estáveis. Há uma diferença: você pode ter um movimento social que surge por uma causa imediata, e ele tem capacidade de mobilização por um período, mas não ganha estabilidade, densidade, não cria massa crítica, não forma lideranças, não delimita um programa, não constrói organização. Portanto, ele surge, tem a sua gênese, tem o seu apogeu e depois ele se dissolve. O movimento dos trabalhadores assalariados é o mais longo, é o mais antigo, tem 150 anos, porque ele construiu em diferentes países, em diferentes ritmos, em diferentes momentos, organizações estáveis. A forma dessas organizações são os sindicatos.

O que são os sindicatos na forma orgânica? É a organização de um movimento social, o movimento dos trabalhadores assalariados. Como trabalhadores assalariados, ocupam atividades as mais diferentes no mundo da atividade produtiva, e foram, com o tempo, construindo organizações sindicais com identidades mais definidas. No início, os sindicatos tendiam a organizar todos os trabalhadores assalariados. Os sindicatos foram, são — e é difícil imaginar que não serão no futuro — seriamente reprimidos. Existe uma ideia que é, digamos, politicamente inocente, de que os sindicatos conquistaram, com a consolidação de regimes democráticos liberais, o direito a existir legalmente. Portanto, que a existência legal poupa os sindicatos dos riscos, dos perigos que são inevitáveis para aqueles que constroem o conflito social. Onde os sindicatos representam os interesses dos trabalhadores há conflito social e repressão. É muito estranho um dirigente sindical ou um sindicato que não tenha permanentemente uma situação de conflito e um conflito, inclusive, jurídico. O normal é os sindicatos terem conflitos jurídicos, terem membros da sua diretoria sendo processados, eventualmente condenados e, quando um sindicalista passa uma vida

toda nos sindicatos, nunca foi processado e nunca foi preso, é por que ele nunca foi sindicalista. A lei é feita para preservar a ordem das sociedades. Já os sindicatos, feitos para defender os trabalhadores; logo, são feitos para desafiar a ordem. Sempre foi assim e, a rigor, no início da representação sindical dos trabalhadores na Inglaterra, na França e na Alemanha, frequentemente o destino do sindicalista era o destino que têm os lutadores sociais em todo o mundo: era a prisão, muitas vezes as mudanças permanentemente em movimento, ou seja, sai de uma região e vai para outra região; enfim, estão meio na lei, meio fora da lei, sempre se deslocando pelo país; e, às vezes, a morte, mais frequentemente do que nós imaginamos. A classe trabalhadora e sua história de 150 anos foi também a história de seus mártires. Ser sindicalista envolve riscos e, eventualmente, pode significar o risco mesmo de morte.

Sendo a organização de um movimento social, os sindicatos têm essencialmente uma dupla natureza: eles são uma organização defensiva, econômica, e são uma organização política. Por que têm uma dupla natureza? Os sindicatos, ao fazerem a organização independente dos trabalhadores (o “independente” é que é a questão chave), eles têm que ser independentes dos patrões e do Estado. Esta é a primeira questão decisiva. Se o sindicato não é independente dos patrões, é por que ele é controlado pelos patrões. Isto evidentemente não vem com uma placa na porta do sindicato: “Este sindicato dos trabalhadores tem dirigentes que se entregaram na mão do patrão em troca de recompensas”. Os dirigentes sindicais não vêm com luzes de néon na testa dizendo: “Cuidado, eu sou pelego!”. Ao contrário: quanto mais pelegos e mais vendidos aos patrões, mais os sindicatos precisam ocultar, camuflar as relações de dependência. Estas relações são econômicas, são ideológicas, são culturais, frequentemente são familiares, constroem relações subjetivas, ficam amigos, criam-se relações de compadrio. A independência do patrão e do Estado é o mais difícil de preservar, porque, numa sociedade dramaticamente desigual como é a sociedade capitalista, o dinheiro tem muita força e, como todos os trabalhadores, os líderes e ativistas sindicais têm medo — e têm razões para terem medo: só os loucos não têm medo. Gente séria, equilibrada, faz permanentemente um cálculo de riscos e sabe que tem boas razões para ter medo, pois o perigo das represálias é grande,

## A política é a disputa do poder, e em todas as organizações humanas existe um poder

real e permanente. Portanto, preservar a independência é muito difícil, porque a pressão para ceder, para capitular, a pressão para negociar uma coexistência pacífica com os patrões e o Estado é permanente e sistemática. Se o sindicato aceitar a coexistência, imediatamente ele se rendeu à preservação da ordem. E, de organismos de representação de movimento social, eles passam a ser uma prisão que impede a organização livre dos trabalhadores, passam a ser um elemento de preservação da ordem.

Quando o sindicato é um instrumento de preservação da ordem, ele é essencialmente inútil para os trabalhadores, é muito útil para aqueles que administram o sindicato. E, neste caso, a organização sindical cria interesses próprios. Chama-se a isso o aparato sindical, a burocracia sindical. Em todos os países do mundo, inexoravelmente, todos os sindicatos, em toda essa longa trajetória de 150 anos, sofreram pressões burocráticas. Isso não significa que os sindicatos tenham uma linguagem conciliadora. O sindicato pode estar completamente burocrático e ter uma linguagem revolucionária. Na Argentina, houve um grande dirigente sindical que, diante da ditadura de Onganía, chamou a luta armada, e era totalmente burocrata essa história: chamou a luta armada e, evidentemente, nunca fez um minuto de luta armada. Mas adorava fazer discurso em que dizia aos patrões: “Tenham muito cuidado, porque um dia nós vamos pegar em armas”. Claro que os dias se passaram e eles jamais pegaram em armas, mas criou-se um suspense terrível, porque os próprios trabalhadores do setor avançado, em determinado momento, acreditaram que ele estava só esperando o momento certo. Assim como há uns que falam das armas, há outros que falam da revolução, ou que falam de qualquer coisa. Portanto, como todos os seres humanos, os líderes sindicais não podem ser julgados pelo que falam, mas pelo que fazem. Este é um bom critério para julgar todos os seres humanos: não se pode julgar ninguém por aquilo que pensa de si próprio, é preciso julgar por aquilo que faz.

São organizações defensivas porque, em primeiro lugar, os trabalhadores têm medo — não se preocupem: não são só os assistentes sociais que têm medo, se vocês estavam com esta preocupação. Saibam que os metalúrgicos têm muito medo, os petroleiros têm muito medo, os operários da construção civil têm muito medo. É muito difícil fazer greve na construção civil. Se vocês acham que é difícil sendo assistentes sociais, saibam que não. No

campeonato de dificuldades em fazer greve no Brasil, assistentes sociais não são tão bem classificadas. A categoria de vocês fez muita luta, é uma categoria que se distinguiu em alguns momentos da história do Brasil por estar no papel de vanguarda. Foi assim no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980. Assistentes sociais tiveram peso desproporcional a sua influência no mundo desta vida econômica e social, completamente agigantado, porque era um segmento da classe trabalhadora que, naquele momento, estava fazendo uma experiência política em um ritmo muito mais acelerado — vou deixar isso muito claro —, intensamente mais acelerado que o conjunto da classe trabalhadora. Estavam anos à frente do conjunto da classe trabalhadora, e, por isso, cumpriram o papel de locomotiva naquele momento. Mas não exageremos: não foi sempre assim, só naquele momento. Não por acaso vocês têm orgulho dessa epopeia, foi realmente um momento extraordinário.

Sindicatos têm uma função defensiva porque o movimento da classe para descobrir-se enquanto classe independente é um movimento que assume como primeira forma a defensiva. Mas o defensivo rapidamente pode se transformar em ofensivo, dependendo da correlação de forças, e o ofensivo é o político. E, portanto, imaginar que os sindicatos fazem luta econômica e os partidos ou outros movimentos fazem luta política ingênua, isso depende do período político, das circunstâncias, da relação de forças. Se defender os interesses da categoria até o fim, o sindicato inevitavelmente desafia o poder. Não é possível defender os interesses econômicos associativos de nenhuma categoria profissional sem introduzir tensões nas relações de poder que existem na sociedade, que existem dentro das empresas, que existem dentro das universidades. A política está sempre ali. O que é a política? A política é a disputa do poder, e em todas as organizações humanas existe um poder. Quem dirige? Quem manda? Quem comanda? A aspiração dos trabalhadores é, intuitivamente — não nos enganemos, chamo vossa atenção —, instintivamente, compreender rapidamente se tem força que pode ir além do salário, e o problema do poder é uma tentação irresistível. Quando uma classe trabalhadora descobre que tem a possibilidade de disputar o poder, ela quer. Isso funciona para todas as classes. Lembrem-se: a classe trabalhadora não está lutando sozinha, há outras classes lutando também pelo poder. Naturalmente, em primeiro lugar,

tem uma classe que é invisível, mas ela é quem controla o poder, que é o capital, os capitalistas. Existem camadas médias da sociedade, aqueles que vivem das pequenas propriedades, da renda, e existe o proletariado. E, dentro do proletariado, existem muitas camadas proletárias diferentes. Evidentemente, professores de universidades são parte do proletariado do Brasil, mas são uma parte muito diferente dos operários da construção civil, pela simples razão de o salário médio deles ser dez vezes maior do que o operário da construção civil. E dez vezes mais é muitas vezes mais, sobretudo para quem está lá embaixo com o salário da construção civil. Ganhar mil é diferente de ganhar 10 mil. Claro que todo mundo é assalariado, todo mundo é proletário, mas tem uns que são mais proletários do que outros, e rapidamente se descobre isto.

Os sindicatos só representam a frente única se forem organismos democráticos. É aí que surge um problema muito importante, que é exatamente a democracia sindical ou, se preferirem, a democracia operária. A democracia sindical é algo muito simples que surgiu no século XIX com os primeiros socialistas e com os primeiros anarquistas. O critério é muito simples: não há votação sem mandato, este é o critério da democracia sindical. Ou seja, nada pode ser decidido sem a participação dos trabalhadores, e o mandato dos trabalhadores não pode ser desrespeitado. No movimento sindical, o primeiro critério é ter um mandato; portanto, os líderes sindicais não podem representar se não têm o mandato da assembleia. Os delegados que são eleitos não podem votar em nenhum congresso e conferência se não têm um mandato dos organismos do trabalho. Logo, é preciso discutir com os trabalhadores a representação.

A tendência do movimento sindical é burocratizar-se de tal maneira que não se discute com os trabalhadores as ideias que vão ser defendidas com o movimento. Há muitas razões para isso. A primeira ocorre em situações defensivas de baixo nível de atividade, com pouca confiança da classe trabalhadora em si própria. É quando o trabalhador, o nosso colega de trabalho, está desmotivado por que não acredita em nada, não acredita que uma ação coletiva vá mudar, nem ação sindical, nem ação política, ele simplesmente não acredita. Está desalentado, desesperançado, cético, ou eventualmente, em situações muito graves, desmoralizado. Nessas circunstâncias, o ativista sindical vai ao local de trabalho, tentar discutir com os

trabalhadores, e os trabalhadores o acham um chato: “Me conta outra história, isto me deixa terrivelmente aborrecido”. E o ativista sindical tem que lutar contra a indisposição da sua base social. O problema é que dentro dos sindicatos expressam-se todas as correntes de opinião que há entre os trabalhadores. E a ideia dominante do século XIX de que a classe trabalhadora é suficientemente homogênea para ter um só movimento político, que era o movimento da classe, não se confirmou no século XX. Nele, se revelou que a classe trabalhadora é suficientemente heterogênea para sua representação ser feita por vários partidos políticos, não por um partido. A ideia do partido único de classe foi muito poderosa até a virada do século XIX para o século XX. Esta era a ideia dos marxistas. Os anarquistas eram contra a construção de partidos, mas, aonde construíam sindicatos, de fato as associações anarquistas eram do partido único, embora não se chamasse partido único, porque não concorriam às eleições. Mas não pensem que os sindicatos anarquistas eram menos homogêneos ou politicamente monolíticos — monolítico seria a palavra dos sindicatos dirigidos pelos marxistas. Foi assim na Espanha, onde as federações anarquistas eram majoritárias dos sindicatos camponeses, foi assim na Alemanha, onde o partido operário marxista era majoritário dos sindicatos. Na Inglaterra, o processo foi de tal maneira que o Labour Party, que era partido único, o partido da classe, foi construído a partir dos sindicatos, que eram filiados ao partido.

No século XX ficou demonstrado que vários partidos representam a classe trabalhadora. Isto decorre do fato de que a classe é heterogênea e há partidos radicais, há partidos mais moderados, há partidos que querem regular o capitalismo, há partidos que querem destruir o capitalismo. E entre os que querem regular e os que querem destruir, há muitos partidos intermediários. Esta pluralidade dos partidos é um fato da vida: não é uma escolha subjetiva, é a realidade. Se há vários partidos, há luta entre partidos. A história sugere, depois de mais de 100 anos de intensa luta entre partidos, que isto não é uma doença: é parte da realidade. É natural que haja luta entre partidos. É a luta para representar os interesses dos trabalhadores, e ela é feita em torno de programas: vários programas, de vários partidos. A luta entre partidos em alguns momentos é moderada, porque os partidos têm menos diferença entre si, e em outros momentos é mais intensa. Na

## Neste mundo capitalista a forma mais complexa de expressão dos interesses em conflito é a luta de partidos

sociedade contemporânea e urbana em que nós vivemos, neste mundo capitalista tal como ele é, a forma mais elevada, mais adulta, mais complexa de expressão dos interesses em conflito é a luta de partidos. Naturalmente, para a maioria do nosso povo, a luta de partidos é algo quase incompreensível. E, assim como, para a maioria do nosso povo, é incompreensível a luta entre os diferentes partidos que representam a classe trabalhadora e os partidos que representam o capital — isto é completamente confuso para a maioria dos trabalhadores —, a luta dos partidos operários ou dos partidos trabalhadores no interior dos sindicatos é igualmente e basicamente incompreensível. E, portanto, é parte da educação dos trabalhadores da nação compreender a luta entre os partidos.

Isto posto, há uma diferença entre partidarização e estatização dos sindicatos. Os sindicatos são partidarizados quando eles são monolíticos, não quando eles são dirigidos por pessoas que pertencem a partidos políticos. Todos os líderes sindicais, em todos os lugares do mundo em sociedades urbanas modernas, contemporâneas, pertencem a um partido político. O que define se o sindicato é partidarizado não é se o dirigente do sindicato é membro de um partido. O que define a partidarização é se o sindicato é monolítico, ou seja, se os líderes que têm a posição majoritária impedem que os outros partidos se expressem dentro do sindicato. Isto é partidarização. É inexorável que os líderes sindicais sejam membros dos partidos políticos. É inocente (na verdade, é infantil, é ingênuo, revela o nível cultural baixo da sociedade brasileira) imaginar que alguém vai dedicar sua vida a dirigir sindicatos se não tem uma proposta de como deve ser organizada uma sociedade. Na verdade, se não é filiado é por que há uma filiação oculta, o que é muito mais perigoso. O mais honesto é que o dirigente sindical diga logo qual é o partido e qual é o projeto para a sociedade que ele defende. Isto eleva a qualidade cultural do debate do sindicato. A luta pode ser mais feroz ou menos feroz, pode ser pessoalmente mais exasperada e áspera, ou mais qualificada e educada, mas a luta de partidos dos sindicatos veio para ficar no século XX, e o mais provável é que nós vejamos luta política feroz dos sindicatos nas próximas décadas.

O que é estatização dos sindicatos, que é muito mais grave que a partidarização? A partidarização é a destruição da democracia interna do sindicato, é quando um partido transforma o sindicato numa correia de

transmissão por que destrói a presença dos outros, isto é a partidarização. Não é que o partido ganhe a eleição dos sindicatos, isto é inexorável. Caso ele, por destruição das regras democráticas, impeça de falar aqueles que pensam diferente, impeça que as eleições sindicais se deem em condições de igualdade, impeça que a imprensa da corrente sindical de oposição seja distribuída, entregue os líderes da oposição sindical aos patrões, favoreça que o Estado reprima os seus adversários do sindicato, isto é a partidarização, é a destruição da democracia interna do sindicato. A estatização ocorre quando o sindicato passa a ser controlado por uma corrente política que está no governo e transforma o sindicato no apêndice do Estado. Aí o sindicato foi estatizado. É quando a partidarização chega ao último estágio da degeneração. A regra do mundo (lamento informá-los, mas não trago boas notícias) é que os sindicatos sejam estatizados. Na maior parte do mundo, a maioria dos sindicatos é controlada pelo governo e pelo Estado. Não há quase nenhum sindicalismo independente do mundo. Na verdade, há. Estou exagerando para ser esquemático, puxando a vara para uma direção. Há movimento independente, mas é ultraminoritário, e quando digo ultra, é porque é ultraminoritário. Não precisa de microscópio, dá para ver, mas é minoritário. As grandes organizações sindicais são ricas, poderosas, dirigidas por burocratas que obedecem ao governo.

Por último, sobrou pouco tempo para falar do Brasil e das fases históricas do país. Podemos dizer que há cinco fases históricas de sindicalismo no Brasil. A primeira fase é a embrionária. Os sindicatos eram organizações muito minoritárias, a representação real deles era muito pequena. É a fase em que o sindicalismo esteve dirigido pelos imigrantes anarquistas. Nesta fase, a grande maioria do povo brasileiro não era proletária, ou seja, o trabalho assalariado era muito minoritário. É um período que vai de 1870 até mais ou menos a Primeira Guerra Mundial, 1917. Existem alguns poucos núcleos fabris, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, e o peso da imigração era imensa, era tão grande que nas assembleias e em São Paulo não se falava português, por exemplo, se falava uma língua franca, que era um híbrido de calabrês com português.

A segunda fase vai essencialmente dos anos 1920 até a queda da ditadura de Vargas, 1945. Este é o período em que o partido comunista conquista uma posição de liderança dos sindicatos, que ainda

são muito frágeis. Estamos falando de um Brasil agrário, a maioria dos pobres não era do trabalho assalariado. Devo dizer que, ainda hoje, a imensa população brasileira pobre não é assalariada, não são trabalhadores na definição social precisa da palavra. Há uma terceira fase, do período de 1945 a 1964, quando a maior parte do sindicato era pelega, era dirigida pela chamada corrente pelega histórica, ou, se quisermos, pelo peleguismo varguista. O peleguismo varguista era uma burocracia sindical atrelada ao Estado e ao Ministério do Trabalho. Os comunistas trabalhavam com relações tensas: em alguns momentos colaboravam com esta corrente sindical burocrática e, em outros momentos, lutavam contra ela. Dependia da categoria e da relação de forças. O partido comunista teve várias táticas sindicais. A única oposição que disputava influência nos sindicatos com estes burocratas sindicais varguistas eram os partidos políticos. Na maioria das circunstâncias, os comunistas lutavam por uma causa justa: mais democracia, mais independência, mais pluralidade, ou seja, os componentes mais combativos da classe trabalhadora eram os membros do Partido Comunista Brasileiro.

Outra fase é a do petismo. Quando o petismo assume a posição de corrente dirigente, isso foi resultado de uma luta política. Tenham noção de que a passagem da influência dos anarquistas para os comunistas foi luta política, não uma transição indolor: é luta dura, é conflito, é disputa. A passagem da influência política para o sindicalismo varguista é crise, disputa, gente que quebra, enfim, luta política dura. E a passagem da influência do peleguismo para a reorganização que vem em 1972, 1978 e 1979 é, de novo, luta política feroz, duríssima. Quando digo “luta política feroz e duríssima”, significa o seguinte: para ir a uma assembleia de metalúrgicos em São Paulo, por exemplo, a oposição sindical tinha que ir armada. Isto é luta política dura. Você tem que levar serviço de ordem, porque a burocracia dos sindicatos da situação levava serviço de ordem armado. E vai gente com paus, com armas de fogo e deixam as armas à vista, para deixar claro que, se houver morte, vai haver morte dos dois lados. Isto é luta política dura, isto é um movimento sindical real, isto é o movimento operário brasileiro. E continua sendo assim. Nós estamos vivendo, a partir do governo

Lula, a quinta e contemporânea fase do movimento sindical. Esta fase é a última reorganização, porque o sindicalismo construído pela CUT entrou em crise quando se associou ao governo Lula. E a associação da CUT com o governo Lula criou, em primeiro lugar nos sindicatos mais vinculados ao funcionalismo, mas depois em alguns outros grandes sindicatos, como sindicatos de bancários, sindicatos de metalúrgicos, sindicatos de petroleiros, sindicatos dos Correios, um processo de reorganização. A CUT, no seu apogeu, chegou a ser uma central sindical com mais de três mil sindicatos, muito inflada, devo dizer, pelos chamados sindicatos dos trabalhadores rurais, que tecnicamente não são bem sindicatos, é a famosa estrutura da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura brasileira. A rigor, não são sindicatos proletários, mas, enfim, isto infla muito porque são mais de 1.100. Hoje a CUT tem uma estrutura de sindicatos que cotizam, ou seja, politicamente estão comprometidos com a direção da CUT, que é controlada pela direção do PT. Aproximadamente 500 sindicatos, na véspera dos congressos da CUT, conseguem sob pressão chegar a mais ou menos 1.000 sindicatos que cotizam. Portanto, se calcula que, nesses oito anos do governo Lula, aproximadamente 500 sindicatos se desfilaram da CUT. Desses 200 a 500 sindicatos que se desfilaram, uma parte está independente, uma parte filiou-se à CTB, outra parte filiou-se à Conlutas, outra parte se articula da Intersindical, mas não se filia porque a Intersindical é uma corrente político-sindical, portanto não tem filiação.

Para encerrar, um comentário. Como sabem, o congresso de Santos foi um fracasso, uma grande anedota. E, como toda anedota, no calor dos acontecimentos, não há distância histórica suficiente para se tirar conclusões. Por isso não incluí nesta abertura uma apreciação do congresso de Santos e da ruptura que existiu. Vocês sabem, o congresso foi convocado e originado em uma central sindical que unificava a maior parte na Intersindical com a CSP/Conlutas, havia a expectativa de surgir uma organização intersindical com mais de 200 sindicatos, talvez 230, 240, e essas expectativas não se concretizaram. Se tiverem interesse, no momento da polêmica posso expor minhas opiniões. Obrigado pela atenção.

## ■ Martha Fortuna

Agradecemos ao professor Valério e passamos, de imediato, a palavra à professora Bia Abramides.

Obrigada pelo convite. Quero iniciar minha contribuição saudando a todos e manifestando minha alegria em compor esta mesa no Rio de Janeiro, onde o debate sempre antecipou muitas questões importantes para nossa profissão. Ter o auditório cheio é extremamente significativo para debater polêmicas dos desafios contemporâneos. A presença de pessoas que participaram do movimento sindical dos anos 1980, e outras que foram se inserindo ao longo dos anos, nos dá condições de fazer um bom debate e lhe dar efetiva continuidade.

Valério contextualizou, do ponto de vista histórico, o significado do sindicato no plano internacional e nacional. Trouxe uma periodização e, a partir dela, vou localizar minha contribuição a respeito da organização político-sindical da categoria dos assistentes sociais, concentrando-me no que Valério chamou de quarta e quinta fases; ou seja, a partir do final dos anos 1960 e os desafios contemporâneos.

Neste momento, temos um processo de giro de uma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surge num processo de luta, de autonomia e independência de classe, e que hoje é uma central sindical governista e estadista tal qual colocou Valério, capitaneada pela posição majoritária do PT, na luta interior do Partido dos Trabalhadores e da Articulação Sindical, uma das correntes de pensamento do interior da própria CUT, que hoje de fato se configura em correia de transmissão desse projeto mais geral do capital do país. Digo isso por que a trajetória histórica da organização sindical dos assistentes sociais, de fato se reorganizou nos sindicatos no final dos anos 1970. Embora organizados enquanto sindicatos de categoria, em momento algum ficaram presos às amarras sindicais e tradicionais daquilo que seria o corporativismo advindo da estrutura sindical do governo de Getúlio Vargas.

No final dos anos 1970, e é desse período que vou tratar, quem é nossa categoria profissional? Assistentes sociais, trabalhadores numa condição de assalariamento, que em grande parte estavam no serviço público municipal, estadual e federal, e ainda estão empregados nele, numa condição, nos anos 1980, de luta pela ampliação dos concursos públicos, não só para nossa categoria, mas para o conjunto de trabalhadores do serviço público. No período em que o neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso se

consolida, e se aprofunda posteriormente com o governo Lula, vamos ter grande parte dos trabalhadores, hoje, do serviço público sequer trabalhando na condição de concursados. Ou seja, são pessoas jurídicas, terceirizados, quarteirizados e contratados por tempo de serviço determinado, por projetos, temporários, numa “ONGnização” absurda existente no país, onde a esfera pública se desresponsabiliza das suas funções, passando-as para esses organismos que, na realidade, desestruturam as relações de trabalho. Desestruturam não só para os assistentes sociais, mas para o conjunto da classe trabalhadora. Elas as desestruturam num processo em que o capital, para responder à sua própria crise no plano estrutural, responde no âmbito do mundo do trabalho com precarização, terceirização, flexibilização, desemprego estrutural, quebra de direitos sindicais, trabalhistas, sociais e, aí, um conjunto de contrarreformas – sindical, trabalhista, da previdência, do ensino superior etc. Bom, isso tudo para dizer que o nascedouro da reorganização político-sindical dos assistentes sociais, no final dos anos 1970, se dá no interior daquilo que, no período, se chamou de “novo sindicalismo”, no qual de um lado se tinha o avanço da luta política na organização sindical no polo central da classe operária do ABC paulista, mas advinha também de um legado das oposições sindicais, de sindicalistas marxistas, trotskistas, comunistas, enfim, que resistiram no período da ditadura contra o chamado peleguismo, que mais tarde vai ser porta-voz do próprio projeto neoliberal no seio do movimento operário, organizado na Força Sindical. Se olharmos o período da ditadura militar veremos que esses sindicatos eram controlados inclusive com recursos do Estado para levar o baluarte da defesa da segurança nacional para junto da classe operária, no final dos anos 1970. Quem trabalhou à época no Sistema Financeiro de Habitação sabe de que maneira esse recurso era repassado às cooperativas vinculadas ao sindicato. Logo, os trabalhadores tinham que se sindicalizar, ou seja, todo um controle social, ideológico e político em relação à política social, só para dar um exemplo.

Portanto, os assistentes sociais, quando retomam sua organização sindical no final dos anos 1970, retomam já articulados à ANAMPOS, que era a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical, participam dos encontros de oposição

sindical, ou seja, estão colados naquilo que viria a se construir com autonomia e independência sindical, um sindicalismo de luta, classista. Quando tivemos a primeira CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), na Praia Grande, em 1981, de um lado havia a ANAMPOS, o chamado sindicalismo combativo, e de outro a chamada Unidade Sindical, que era composta pelos pelegos e pela futura Corrente Sindical Classista composta pelos reformistas do PCB e do PCdoB, à época alinhados a essa corrente e que, inclusive, romperam com a deliberação majoritária de fundação da CUT em 1982. Adiamos para 1983 na perspectiva da realização de um congresso unitário de fundação da Central, mas, na realidade, quem rompe com a unidade dos trabalhadores é esse setor do movimento sindical. Mas, do ponto de vista da categoria profissional, as entidades sindicais que se reorganizam nesse período majoritariamente estão vinculadas e articuladas ao campo que vem a construir a Central Única dos Trabalhadores. Tanto que, na fundação da CUT, em 1983, 90% das entidades sindicais estavam presentes no Congresso de fundação da CUT, auxiliando na construção das CUT's estaduais, regionais, à época, inclusive, com estruturas horizontais que depois foram todas golpeadas. Elas significavam unificação da classe nos bairros, quer dizer, as greves gerais organizávamos de forma unitária porque eram instrumentos horizontais de organização da classe.

Há dois legados centrais nesse período: de um lado a perspectiva classista dos profissionais assistentes sociais (que, embora organizados nos sindicatos de categoria, estiveram numa perspectiva de autonomia e independência sindical), a luta pela liberdade sindical, a autossustentação financeira; e, de outro lado, o legado da nossa organização sindical, pois, quando construímos a nossa entidade sindical nacional, construímos não do ponto de vista das amarras do Ministério do Trabalho: ela foi expressão de uma organização autônoma, construímos uma associação nacional livre, soberana, que, infelizmente, foi barrada pelo ministro Almir Pazzianotto, que não nos deu carta sindical. Mas o importante para compreender aquele período é que vinculávamos as lutas imediatas às lutas históricas, a perspectiva da luta econômica à luta política e com muita centralidade na organização dos trabalhadores do serviço público, porque, se quase 70% da categoria estavam inseridos no serviço público, tínhamos uma tarefa central: até 1988, os trabalhadores do serviço público não

podiam ter seu sindicato. Então, tivemos um papel, juntamente com sindicatos de médicos, de enfermeiros, para citar apenas alguns sindicatos de categoria, de associações por local de trabalho, associações dos trabalhadores da saúde, trabalhadores da educação, comissões que efetivamente possibilitavam que impulsionássemos as campanhas salariais unificadas, as greves por condições de trabalho e salário e, por isso, amargamos muitas demissões. Nós, das direções sindicais, éramos também demitidos. Lutamos em relação às questões de cargos e salários, às questões muito vinculadas aos movimentos populares, às ocupações de terra nas cidades, na qual efetivamente os governos municipais, de forma mais truculenta, inclusive, impunham que os assistentes sociais, junto com a polícia, tirassem o povo das favelas. E fomos lá, do ponto de vista dos profissionais, juntamente com os moradores de favelas, retomar, no caso de São Paulo, um movimento popular importantíssimo, o Movimento Unificado de Favelas, que rompe com as chamadas sociedades de bairro, que eram bastante controladoras nas lutas sociais. Nessa luta conseguimos barrar a ofensiva do governo de retirada dos moradores.

Muitas conquistas surgem nesse período por que vivíamos um momento de ascenso da luta de classes no país. Não podemos desvincular a discussão da organização sindical do processo de lutas de classes no país. Estabelecemos uma política, quando veio Joaquinão, quando veio Alemão (representantes do sindicalismo pelego), quando éramos perseguidos pelos patrões e da polícia, quando íamos para a porta pedir o apoio da chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, era um momento em que a classe trabalhadora, inclusive setores que não eram socialistas — porque o Lula dizia: “Não sou socialista, sou sindicalista” —, que vieram, inclusive, da tradição do sindicalismo oficial, como é o caso do ABC paulista, eram empurrados por uma massa, pelas grandes assembleias massivas. Mas eram empurrados pela radicalização da base dos trabalhadores, pois de um lado lutávamos contra a ditadura, mas também empreendíamos uma perspectiva anti-imperialista, anticapitalista e socialista.

Não se tratava de um “socialismo de festa”, mas, sim, de organizações desde os locais de trabalho, a partir da base. Isso tudo significou uma ambiência política e social de retomada da organização de assistentes sociais. Na realidade, tínhamos, em alguns estados, sindicatos na mão da

**Os governos municipais impunham que os assistentes sociais, junto com a polícia, tirassem o povo das favelas**

direita, e a CENEAS, que era a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais, reconhecia as oposições sindicais que estavam travando uma luta duríssima do ponto de vista da sua combatividade. Em 1978, éramos quatro entidades sindicais: o Sindicato de Minas Gerais, a APASSP em São Paulo, as APAS Goiás e Bahia; já depois, em 1979, éramos 22 entidades sindicais, pré-sindicais, oposições sindicais em todo o país, às vésperas do III CBAS, o Congresso da Virada. Naquele momento, discutíamos estrategicamente um ponto: a reorganização político-sindical dos assistentes sociais, a nossa inserção junto aos trabalhadores em serviço público, onde as lutas estavam sendo colocadas, e a nossa vinculação com as lutas mais gerais da classe trabalhadora. Naquele momento, já debatíamos a questão da reforma sanitária, da luta pelo Sistema Único de Saúde, participávamos de assembleias populares nos grandes centros autônomos para levar a luta por políticas sociais, pela reforma urbana e pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores. É nesse caldo de ambiência política e cultural que a reorganização de assistentes sociais se dá. É importante colocar que estávamos inseridos no processo mais amplo da luta de classes e obviamente com um processo de ruptura com o conservadorismo, com o neotomismo, com todo um atraso na profissão, desde que surge uma perspectiva de ruptura – não é à toa que ano passado comemoramos os 30 anos do Congresso da Virada, que teve uma direção política das entidades sindicais e que é considerado o marco público e coletivo da categoria de ruptura com o conservadorismo, como fruto de uma luta na conquista de hegemonia.

Naquele momento aprovamos a luta pelo salário mínimo profissional, por condições de trabalho, por salário e carga horária, que depois culmina em um projeto de lei que foi também derrotado, modificado pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, vetado pelo então presidente Sarney. Desde o primeiro momento nos reconhecemos como trabalhadores em uma solidariedade de classe do ponto de vista dos próprios trabalhadores.

No período de 1978 a 1979 éramos cinco sindicatos e, em 1979, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, nós éramos 22 entidades sindicais, oposições sindicais, grupos pró-APAS, no Brasil todo. A importância desse período nas questões centrais é que, em primeiro lugar, já havia cinco sindicatos. Do ponto de vista da legalidade, nós poderíamos fundar uma federação, mas a categoria e as entidades

sindicais decidiram por não criá-la. Não nos interessava uma federação que, na realidade, responderia por aglutinar cinco sindicatos, quando nós tínhamos 22 entidades sindicais. Portanto, decidimos por criar uma Comissão Executiva Sindical de Articulação das Entidades Sindicais (CENEAS), dizer não à federação, e que a criação de um organismo que unificasse, centralizasse as nossas lutas fosse fruto de um processo discutido nos sindicatos de base, nos locais de trabalho da organização dos trabalhadores assistentes sociais, vinculados a sua inserção naquilo que já impulsionávamos, o serviço público.

Em 1983, na I Assembleia Nacional dos Assistentes Sociais, deliberou-se criar a Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais, a ANAS, já contando, no período de 1979 a 1983, com um número de sindicatos muito maior, mas já prevendo a continuidade das associações pré-sindicais nesse processo. Tínhamos a cada dois anos o Congresso Sindical, que era chamado Assembleia Sindical Nacional, com delegados eleitos proporcionalmente e politicamente, porque tínhamos na época convenções cutistas. Como disse Valério, não tínhamos o pensamento único, a partidarização. Claro que estávamos, sim, inseridos em partidos do ponto de vista de uma perspectiva histórica, mas tínhamos convenção, tínhamos a proporcionalidade política do ponto de vista das nossas composições. Ou seja, não era uma somatória pelo alto, não era um “acordão” das direções sindicais, mas, efetivamente, programas políticos que construíam a nossa luta, o nosso combate, a nossa direção. E assim foi em todas as direções da ANAS: a primeira direção no Rio, com Regina e Rose; depois, em São Paulo, eu assumi duas gestões; e, em seguida, Minas Gerais. Até a extinção da ANAS foi um processo no qual a democracia sindical, que é a expressão da democracia operária, efetivamente foi o legado da nossa organização, do nosso debate e da nossa discussão desta construção. Isso significa dizer que construímos esse processo com base na experiência histórica da democracia sindical.

Até 1992, quando a ANAS se extingue, tanto ela como todos os sindicatos foram sendo filiados e construíram a CUT. Neste processo, quando ocorre em 1986 o 2º Congresso Nacional da CUT, em que se discute estrutura sindical, um dos pontos da discussão era a construção da organização sindical por ramo de atividade econômica e romper com as estruturas corporativistas de organização sindical, os sindicatos de categoria profissional. Mas

## Há também um retrocesso da própria Central em relação à organização por ramos

esta não era uma tarefa somente para as categorias assistentes sociais, engenheiros, psicólogos, médicos, enfermeiros e outras categorias profissionais. Era também para aqueles ramos que pudessem se ampliar: bancários não ficariam só organizando bancários, porque o ramo seria ampliado, metalúrgicos também, e assim sucessivamente. E, no interior desses sindicatos de ramo, estariam todos os trabalhadores, porque estão na divisão sociotécnica do trabalho e, portanto, são trabalhadores coletivos e estariam sendo abarcados por estes ramos. Ocorre que, se os anos 1980 foram um momento de avanço da luta de classes, no final daquela década, com o avanço do neoliberalismo, com a reestruturação produtiva e, nos anos 1990, com uma CUT já “adocicada”, e somente levando lutas no âmbito das câmeras setoriais, abrindo mão das lutas sociais, há também um retrocesso do ponto de vista da própria Central em relação à questão da organização por ramos.

Nesses últimos minutos, vou só problematizar para abrirmos a discussão, e esta é a primeira questão. A outra questão é que, no caso da organização sindical dos assistentes sociais — temos uma tese, Cabral, Faria e eu — chamamos essa organização de uma transição sindical inconclusa porque também no interior da própria CUT, antes do final dos anos 1980, nós tínhamos uma chamada articulação dos profissionais “liberais” (entre aspas, porque são todos assalariados: não há profissional liberal, isso só na CLT e no varguismo) em que participavam arquitetos, assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, no sentido de que essas categorias fizessem seus congressos sindicais, discutindo desde a base, para a construção do ramo. Porém, embora dois congressos de categorias, psicólogos e arquitetos, houvessem deliberado em seu congresso sobre a transformação, elas não se transformaram: continuaram com federações e sindicatos de categorias profissionais. Isso para dizer que nossa organização dos assistentes sociais foi a única que levou até o fim, do ponto de vista da questão do ramo, a construção aprovada em relação ao ramo.

Paralelamente a isso, a grande maioria dos sindicatos de assistentes sociais, no final dos anos 1980, começa a fazer uma discussão para a construção do ramo. Alguns sindicatos conseguem fazer essa discussão e parte dos assistentes sociais que estão no serviço público se filiam ao sindicato dos trabalhadores do serviço público, tanto os chamados sindicatos por

atividades, como os chamados sindicatos por contratação. Exemplo: sindicato dos trabalhadores em serviço público no município é um sindicato por contratação; sindicato dos previdenciários é um sindicato por atividade. Há uma pesquisa do curso de Serviço Social da PUC-SP, coordenada pelo professor Ademir, juntamente com o CRESS de São Paulo, na qual grande parte dos assistentes sociais que trabalham no serviço público está filiada aos sindicatos de ramos do estado. Mas a outra questão — e isso é importante colocar — é que, em muitos estados, esses sindicatos de trabalhadores em serviço público, partidários e com uma ilusão política nos governos do PT, a partir das eleições dos anos 1980, ao invés de serem sindicatos de lutas e reivindicações, passam a ser “sindicato cidadão”, recebendo, inclusive, recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que é um recurso que não cabe se quisermos manter nossa autonomia sindical. Então, outra questão que coloco é: na realidade, onde está o setor de combate dos profissionais, inseridos na esfera pública, para conquistar esses sindicatos que hoje estão na mão daquilo que se chama sindicato cidadão, que encontra-se cada vez mais governista, estadista, abdicando do que é mais caro para o sindicalismo, sua autonomia e independência sindical?

Outra questão que quero polemizar e trazer para o debate é que há um setor dos profissionais assistentes sociais (mas não só), que hoje está fora de todos os sindicatos, que são os terceirizados, que são precarizados, que estão sem carteira assinada. Então a discussão é mais funda; aliás, é uma discussão que o conjunto do sindicalismo combativo deveria se colocar com uma exigência ao conjunto dos trabalhadores, que hoje está mais precarizado ainda. Lembro que, em 2000, nós fizemos este debate, e eu já trazia essas questões que estou trazendo hoje. Atualmente sou dirigente presidente da Associação dos Professores da PUC. Já estamos no ramo? Eu lhes digo que não, pois deveríamos ter associações de trabalhadores da educação desde as associações por universidades. Na PUC, assim como na grande maioria das universidades, temos associações de professores, separadas das associações de funcionários. Claro que buscamos unidade dos três setores — estudantes, professores e funcionários — para lutas de resistência, mas a unificação sindical de todos os trabalhadores ainda é uma questão a ser enfrentada. Se formos pensar o ANDES, que tem sido a referência de luta e

combate dos docentes do ensino superior, anteriormente era Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, atualmente Sindicato Nacional de Docentes, mas não de trabalhadores da educação. O que estou querendo chamar a atenção é que devemos pensar o que nos coloca em movimento. De como avançar do ponto de vista da nossa organização, da nossa luta e de como construir os ramos.

Rapidamente situei o giro da CUT, embora, na minha avaliação – e acredito que todos que estão aqui também concordem –, a posição de hegemonia da CUT sempre foi a socialdemocracia, mas havia uma tensão no seu interior no qual conseguíamos avançar, como coloquei, no momento da luta de classe, do avanço nos anos 1980. Nos anos 1990 há um neocorporativismo com as chamadas câmaras setoriais e, de outro lado, o que se chamava sindicato cidadão, para o qual a superestrutura das organizações sindicais passa a ser a grande referência, em detrimento dos organismos de base.

Outro aspecto que temos que discutir é que há um conjunto de trabalhadores que estão fora da organização sindical mesmo no serviço público. Por exemplo, os trabalhadores da área da habitação, da agricultura, do abastecimento, do meio ambiente. E não por que queremos, porque não é uma questão da nossa vontade, mas das condições objetivas e subjetivas postas na realidade. Há momentos, sim, em que a categoria se quebra. Na última assembleia na APROPUC para discutir pautas mais imediatas, como a precarização do trabalho, tínhamos dez pessoas. E temos ataques violentíssimos do ponto de vista patronal. Uma universidade que está sob intervenção da Igreja, com a Fundação São Paulo, e que, desde 2006, com as demissões em massa de professores e funcionários e os consequentes processos de precarização do trabalho e do ensino, com a maxiexploração, vem destruindo conquistas históricas dos trabalhadores.

Então, como é que recuperamos e discutimos, nesse novo momento da conjuntura, nossa organização, nossa luta? O que quero chamar a atenção é para uma responsabilidade da política sindical no campo de combate muito mais amplo, embora tenhamos que voltar, sim, para a discussão da nossa categoria.

De outro lado, e esta é outra discussão, quando os sindicatos dos trabalhadores de serviço público, numa linha combativa, começam a se estruturar, os sindicatos de categoria ficam muito mais em uma linha de apoio do que numa linha de frente. Exemplo: em 1979, a primeira

greve dos lixeiros da cidade de São Paulo foi praticamente coordenada pela APASSP – Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo. Por quê? Por que era associação profissional sindical que estava em um processo de luta, que tinha representação, conseguia dialogar e que depois, com a adesão das associações por local de trabalho, conseguiu paralisar todo o serviço público. Até 1988 existiam as associações de servidores públicos, pois eram proibidos os sindicatos de servidores públicos. Até esse período, os sindicatos de categoria apoiavam as associações de locais de trabalho, mas como sindicatos, conseguiam marcar negociações e as associações estavam junto. A partir de 1988 esse papel já não é mais necessário, porque os sindicatos dos trabalhadores de serviço público já podem existir, pós Constituição, e passam a dirigir as greves, negociar as campanhas salariais etc., ainda no final dos anos 1980, com lutas e, depois, muito mais nas mesas de negociações, prescindindo da própria luta, que é outra discussão que temos que fazer, tomando como referência o ponto básico que Valério trouxe. Afinal, o que é o sindicato? Para que queremos o sindicato? Porque o sindicato e o partido são dois instrumentos de luta da classe, mas não só dela: a burguesia também se organiza, e muito bem, do ponto de vista de interesses antagônicos da sociedade. Estamos falando, aqui, de um modo de organização num tipo de perspectiva histórica e política vinculada a muitos trabalhadores, e os assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Mas há sindicatos, por exemplo, que naquele processo – e aí o Rio é emblemático – na realidade paralisam, sequer fazem a discussão da transição (penso que vocês, muito mais do que eu, sabem disso), e em alguns estados, alguns sindicatos permanecem. Então, a decisão é no interior da organização sindical, por isso que muito bem as companheiras colocaram que aqui nós temos um debate. Mas essa discussão tem que ser retomada, e ela é parte do debate de hoje, do que significam esses sindicatos serem retomados e até, se futuramente deixarem de existir, vai ter que ser deliberação da própria categoria na sua instância, daquilo que é real e que é presente. Nós temos que enfrentar essa discussão, temos que enfrentar esse debate.

Em 2000, a FENAS (Federação Nacional dos Assistentes Sociais) foi fundada. À época, particularmente, me criticaram muito, porque aceitei fazer uma palestra nesse Congresso. E eu

comparei ao congresso de fundação da FENAS exatamente para dizer que, na minha avaliação, era um erro a fundação da FENAS. Dizer que se aqueles cinco sindicatos permaneciam, passaram por cima de uma deliberação soberana. Do ponto de vista da legalidade cinco sindicatos podem fundar uma federação (e a CUT, inclusive, estava lá, referendando a fundação), e foi o que ocorreu.

Outro ponto, e aí vou concluir, são duas questões que também merecem um debate. Na deliberação de nossa assembleia sindical nacional organizada pela ANAS, em 1987, da construção do ramo, nós tiramos uma estratégia da transição para o ramo que foi discutida em 1987 e 1991. Uma delas retomamos, inclusive, no 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1995, na Bahia, no sentido de que as entidades nacionais da categoria impulsionassem aquele debate para ver quais eram as questões relativas à vinculação dos assistentes sociais nos ramos de atividade. Isto pouco andou, nós também temos que reconhecer: ocorreu um encontro em Luziânia, que tirou algumas recomendações de articulação nos conselhos regionais (CRESS's), nos sindicatos de ramos nos estados em que existissem, e nas deliberações anteriores e já estava colocada essa questão. E qual é a questão? Não é porque os CRESS's não querem ir aos sindicatos, mas por

causa das atribuições. O CRESS, por exemplo, enquanto Conselho, não pode ir ao Congresso da Conlutas. Este ano, eu, como dirigente da APROPUC, estive lá. Aliás, é um congresso que merece ser compartilhado, e quero terminar dizendo isso: se por um lado nós temos uma CUT governista, por outro lado houve uma derrota da classe trabalhadora no congresso. Estive no congresso da Conlutas e depois no congresso da CONCLAT, que seria uma perspectiva de unificação de uma central autônoma independente. A Intersindical também está dividida, por que parte da Intersindical não veio para o congresso, e isso significa uma derrota. Penso que temos que nos chamar à responsabilidade como uma questão política e não como uma questão moral; precisamos retomá-la do ponto de vista da classe para o próximo período, de frente única, de luta, de resistência e de organização para o período que vem. Temos uma situação em que a classe trabalhadora tem perdido seus direitos e suas conquistas. Temos que construir nossa organização, não sem diferenças, não num consenso pelo alto, mas em cima de programa, de organização, de politização que faça avançar a própria consciência dos trabalhadores e dos assistentes sociais enquanto parte da classe trabalhadora.

Muito obrigada pela atenção de todos vocês.

## **Comparei ao congresso para dizer que, na minha avaliação, era um erro a fundação da FENAS**

### **■ Martha Fortuna**

Agradecemos à professora Bia Abramides. Vamos ouvir, agora, as contribuições da assistente social Regina Marconi, que tem por papel iniciar o debate quanto às contribuições de nossos dois primeiros convidados.

### **■ Regina Marconi, assistente social / Secretaria de Habitação RJ**

Quero iniciar expressando meu prazer em participar deste encontro e a satisfação em ver este auditório cheio. Na época em que eu fazia um movimento sindical, eu saberia exatamente quem eram todos vocês, quem ia levantar, quem ia dizer o quê, como pensavam. Hoje olho esse auditório e, tirando alguns companheiros de jornada, realmente não tenho ideia de quem tenho pela frente. De qualquer forma, constato que esse auditório está cheio numa sexta-feira e isso tem um significado, pois quem faz movimento sindical sabe que a participação não é, assim, auditórios cheios de gente conversando, debatendo, não é isso. Isso é um excelente sinal.

Gostaria que depois Valério nos dissesse se vê uma perspectiva de termos um movimento sindical independente

daqui para frente, daqui a algum tempo. Fiquei fora da categoria por um período, fechei muitas portas durante esses últimos anos e agora estou voltando. Não quero participar do movimento de organização da categoria, mas estou participando dela, vivendo algumas situações. Uma questão que ando observando é que, no tempo em que o sindicato ficou fechado, que a ANAS fechou, o Sindicato do Rio foi ficando sem força. Não foi uma decisão: "Vamos fechar o sindicato!". O que ocorreu é que as lideranças foram para partidos políticos recém-criados ou para os sindicatos por ramo, ou, ainda, para o CFESS ou para o CRESS. Com isso, o Sindicato começou a perder força. Nós não tínhamos quem dirigisse o Sindicato e depois de esperarmos seis meses para uma chapa aparecer, o Sindicato fechou por

**Constato que esse auditório está cheio em uma sexta-feira. Isso é um excelente sinal**

inanição. Nesse período em que o Sindicato fecha por inanição até sua reabertura, pouco tempo depois, da FENAS, o órgão de representação da categoria passou a ser única e exclusivamente o CFESS e os CRESS's. Os conselhos tornaram-se extremamente competentes, mas são eles os organismos mais corporativos que possamos ter, porque são eles quem dão substância à corporação. Quando o Sindicato reabre, essa reabertura é feita com pouca discussão, não reúne a categoria como um todo, não forja um movimento de base. Ele surge com uma representação política diferente do movimento que vem sendo realizado pelo CFESS e pelos CRESS's. Vejo que não se conversa sobre isso, que não se discute politicamente a fundo essa questão. A impressão que tenho é de que vocês se evitam, melhor que não se vejam.

Quando vejo esse auditório cheio, é bom porque essas coisas podem vir à tona e é importante que podemos discutir isso à exaustão, para que tenhamos um caminho organizativo com muita nitidez. Não dá para o povo do sindicato fingir que o CFESS e o CRESS não existem, e não adianta o CFESS e o CRESS acharem que não existe uma confederação nacional posta. Esta é uma questão fundamental que deve ser abordada. Embora tenhamos muito orgulho e saudade do nosso movimento, que tem como marco o III CBAS, que foi uma grande paixão e sejamos reconhecidos por isso, é importante que tenhamos claro que tivemos embates internos muitíssimo sérios. A CEPEAS (Comissão Permanente de Estudos de Assistentes Sociais, que deu origem ao novo momento do SASERJ no início dos anos 80), na hora em que foi fazer sua chapa, rachou. O pessoal do PC foi embora, porque parte do movimento da CEPEAS estava discutindo a ANAMPOS e não se queria que a direção do Sindicato ficasse com essa orientação. O PC do B se retirou da assembleia da ANAS em Diadema, quando foi aprovada a filiação da ANAS à CUT. Os embates foram permanentes, foram constantes, e isso tem que existir para que possamos nos localizar e nos politizar no processo.

Somos uma categoria que, em termos de pressão, somos muito frágeis. Qual a pressão que o assistente social pode fazer frente ao patronato e ao poder público? Dizer que vamos fazer greve, que não vamos atender ao pobre? Todo mundo quer que pobre morra... Isso não é pressão

nenhuma, nós não temos nenhum tipo ou possibilidade de pressão. Nós precisamos pensar nisso. Obviamente também sei que, quando nos juntamos com outro sindicato, e até mesmo sindicatos por ramo de produção, a luta interna entre os sindicatos é imposta. Nas lutas conjuntas, as categorias maiores, ou com maior projeção social, tendem a conquistar suas reivindicações em detrimento das nossas, isso é histórico. Mas isso tem que ser discutido, falado, tem que ser colocado como questão. Se esse auditório está cheio numa sexta-feira para nos ouvir falar sobre sindicato é por que essa necessidade está dentro de vocês. Se vocês acham isso importante, vocês têm que tomar as rédeas disso. E não se faz movimento por acaso, o nosso movimento não foi por acaso. Foi um movimento em que lideranças se encontraram, pensaram, articularam apontando possibilidades, fomos atrás dessas possibilidades e trabalhamos muitíssimo. Socorro desceu de São Paulo para o Sul, cidade por cidade, conversando com todas as organizações sindicais. Márcia Pinheiro foi de Minas para cima. O movimento foi muito lento, difícil. A categoria não queria se sindicalizar, porque dizia que eram funcionários públicos (categoria impedida de se sindicalizar naquela época), e nós dizíamos que, antes de serem funcionários públicos, eram profissionais liberais. Levamos anos falando isso, e estrategicamente fomos compondo um movimento que teve um desfecho importante na época, e que depois perdeu estrutura, até por que não tínhamos condições financeiras de sobrevivência, o que tornava tudo muito difícil.

O que quero ressaltar é que existiu uma estratégia, existiu uma liderança, existiu uma vontade de fazer isso acontecer. O grupo que dirige, hoje, o SASERJ teve uma vontade de reabrir o sindicato e reabriu. Ele hoje é uma realidade. Ignorar isso é bobagem. Se há discordância sobre sua existência, sobre a sua direção, tem-se que ir lá para dentro e acabar com tudo. Mas isso tem que ser um movimento de grandes parcelas da categoria e não se pode ter medo da discussão, do embate, porque isso faz parte da política e faz com que nós nos mostremos, nos vejamos e nos entendamos. Acredito que a categoria, hoje, precisa entender o que ela quer politicamente em termos da sua organização, da sua luta e da sua trajetória.

■ **Martha Fortuna**

Quero registrar e agradecer a presença de colegas representantes da ABEPSS e da ENESSO. Vamos, de imediato, dar início aos debates de nosso evento.

### ● Público

**Rose Serra, professora da UERJ:** Gostaria de chamar a atenção para o aspecto pedagógico dessa retomada, que é muito importante. E ressaltar um ponto que Regina localizou, que é a paciência. Nós tivemos uma paciência de Jó, de não avançar o sinal. Na ocasião da ANAS, houve várias teses de formação da ANAS; havia a tese do Rio, a tese de São Paulo, de Minas, mas o Rio ganhou por ter um aspecto mais lento, mais devagar, respeitando o ritmo da categoria. Na questão, por exemplo, da proposta de entidade única, manifestou-se uma discordância entre nós, brigamos muito com São Paulo, que sempre cumpriu um papel muito importante, puxando à frente, enquanto o Rio estava mais devagar, mais pedagógico nesse sentido. Mas preservamos uma amizade. A extinção da ANAS, por exemplo: fui contra e parece que a história provou que foi um erro, porque a categoria não estava ainda amadurecida, enquanto massa, para esse avanço da história do sindicalismo, para essa proposta por ramo de produção e inserção por atividade. Foi um passo além das nossas possibilidades. Logo em seguida a ANAS foi cumprindo sua função. Então penso que isso é algo que tem que ser retomado e discutido. A discussão sobre a extinção da ANAS deve começar hoje. Para mim, foi um equívoco de momento e a história mostrou que de fato foi. Esse é meu ponto de vista.

**Antônio Soares de Lima Filho (Lúcio), servidor público federal e opositor de base do Sindicato dos Servidores Públicos Federais:** Quero trazer para vocês dois pontos para comentarmos e debatermos abertamente. A minha formação foi praticamente toda do PCB dos anos 1960, na Paraíba. Rompemos na Corrente Revolucionária e, depois, fui para a luta armada, mesmo, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, fundado pelo Mário Alves e Apolônio de Carvalho, e que é a política ideológica que seguimos até hoje. Nós negamos qualquer alternativa que esteja dentro do campo institucional parlamentar, e somos comunistas, não somos anarquistas – com todo respeito aos camaradas anarquistas.

Estive em um debate da Intersindical e

levanto uma questão: há ou não há um vício da esquerda – e nós, como ala esquerda do movimento sempre estivemos juntos – de querer levar o partido para dentro do movimento sindical? Não se pode confundir a sua linha política de partido e querer engessar o movimento sindical trazendo-o obrigatoriamente para isso. A nosso ver, foi o que aconteceu, agora, no Conlutas, e que já prevíamos. Quando percebemos que o Conlutas já estava em Luziânia, ficamos fora, pois já vimos este filme, como diz o Chico Buarque de Holanda em Retrato em Branco e Preto: “Sei que não vai dar em nada, esse caminho eu sei de cor”.

O segundo ponto que quero levantar é sobre o problema da organização da categoria. Não sou assistente social, mas posso trazer esse questionamento. Na minha categoria de servidor público federal, tem gente que não se mobiliza para nada, nem para discutir o bebedouro que está faltando. E há outros que se mobilizam bem na vanguarda. Não existe algo horizontal nos movimentos sociais, tudo é desigual. Há setores que são mais combativos e há setores que são menos combativos. O que não podemos é desistir de criar, nem reproduzir os mesmos estamentos onde perdemos tantos quadros para a direita como ocorre hoje. Atualmente temos vários quadros nossos, formados pela esquerda, atuando nos estamentos sindicais como assessores e dirigentes, por 12, 14, 16, 20 anos liberados, e que não querem mais trabalhar. Não estão mais ligados à categoria objetivamente falando, como gente da base. Não podemos repetir os mesmos erros.

**Maria José Peixoto, diretora do SASERJ e da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS):** A minha simplória experiência no movimento sindical vê uma luta por esta constituição que nós construímos juntos, em defesa da cidadania, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Nós defendemos inclusive, e até hoje, o artigo oitavo da constituição brasileira. Eu sou líder do movimento sindical e defendo o movimento sindical. Também discordo do aparelhamento partidário dentro das entidades sindicais, mas isso não impede que seus diretores

## A extinção da ANAS foi um passo além das nossas possibilidades

sejam filiados aos seus partidos políticos. Porém, partido é uma coisa e sindicato é outra. Os sindicatos devem estar também filiados às suas centrais para fortalecer a luta e defender, inclusive, os direitos dos trabalhadores. Voltando para os assistentes sociais, este é o início de uma grande discussão, e quero parabenizar a comissão organizadora por este evento, pois faz muito tempo que gostaríamos de discutir o movimento sindical dos assistentes sociais, e nem sempre temos esse espaço nos encontros maiores. Nós precisamos discutir muito, aqui e em qualquer outro lugar do território nacional. Os assistentes sociais não são diferentes de qualquer outro trabalhador. No momento em que fecharam as entidades sindicais dos assistentes sociais, os outros sindicatos de trabalhadores de categoria continuaram abertos e, com isso, cresceram bastante. Por isso defendo o sindicato de categoria, mas não sou contra participar das lutas gerais de trabalhadores no conjunto. É isso que fazemos todos os dias.

**Claudia Mota, diretora do SASERJ e da FENAS:** Quero cumprimentar a todos pelo brilhante trabalho e fico muito feliz de ver que a essa universidade conseguiu transpor certas barreiras e deixar que o sindicalismo entre para se apresentar também. Gostaria de fazer uma pergunta especificamente a Valério: como você consegue ver o sindicato de ramo e o “sindicatão”? E gostaria de dizer à senhora Regina Marconi: esse sentimento que você tem sobre sindicato, CRESS, FENAS etc é o sentimento de todos, e deveria ser revisto, realmente, com muita sinceridade e muita lealdade à própria categoria que está se formando e à categoria que está aqui presente, tentando se encontrar.

**Viviane Victor Afonso, diretora do SASERJ e da FENAS:** Gostaria de fazer uma reflexão. Tenho 30 anos, sou considerada jovem no movimento sindical e talvez a perplexidade da mesa ao ver um auditório cheio numa sexta-feira se explique pelo fato de que a universidade não aborda como um todo a questão do movimento sindical, tanto de categoria quanto de ramo. Nós vemos isso pulverizadamente na universidade. Sou formada há cinco anos pela Universidade Federal Fluminense, e não vemos esse tema de forma aprofundada. Então, esta é uma oportunidade de aprendermos, de fato, o que é o movimento sindical, o que é a inserção do trabalhador no movimento

sindical, já que cheguei ao SASERJ através da grande supervisora de campo que tive no município do Rio de Janeiro, e que sempre passava a mim a importância da nossa inserção no movimento sindical.

**Malu Vale, representante da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social:** Minha fala vem no sentido de ressaltar a importância desse debate que temos aqui, hoje. Mas, como representação estudantil, temos que fazer um debate para além do que tange a linha operária estudantil, mas a necessidade dessa discussão realmente estar sendo tocada na base da categoria. Nós vemos hoje a necessidade e a importância da reorganização. Também temos que repensar e discutir a necessidade das nossas entidades. Hoje temos CFESSS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, os sindicatos e muitas vezes essas entidades não refletem a base da categoria, a base estudantil. E por que não? Porque, na verdade, não vemos a necessidade e a importância dessa representação e dessas entidades no tocante a essa nossa discussão. E é nesse sentido que é importante ressaltar o que a classe trabalhadora vive hoje, que é, sim, um momento de reorganização. É, sim, o momento no qual a classe trabalhadora abandona a CUT governista e procura se organizar por fora da CUT. Ter o Congresso que tivemos mês passado em Santos não é qualquer coisa. Ter uma entidade como a Conlutas, que vem tocando a discussão da classe trabalhadora, não é qualquer coisa. É a necessidade que essa classe tem de se organizar contra o capitalismo. É importante notar que o assistente social que tanto roga o projeto ético político, ou uma categoria que se diz mais politizada e com uma visão avançada, muitas vezes não se organiza. Então, isso aqui é um chamado à organização, mas uma organização responsável, com a classe.

**José Rodolfo Santos da Silveira, assistente social:** Em primeiro lugar, é muito importante que numa sexta-feira à noite consigamos reunir esse número de assistentes sociais para discutirmos nossa organização enquanto classe. Essa movimentação no Rio de Janeiro é muito importante, mas é também importante fazermos uma análise de conjuntura. Se vivemos um momento de reorganização, hoje, é por que vivemos um momento de desorganização da classe trabalhadora do Brasil. E esses aliados, esses que constroem conosco a disputa por um novo modelo de sociedade, têm se

reorganizado de diversas formas, mas não têm conseguido obter consenso. Quero entrar, aqui, no debate da polêmica conjuntural do Conclat, mas quero apontar a diferença que é o processo moroso, com a paciência histórica de um processo que, como Lúcio disse, passa pela linha de partido. Temos uma história de organização do Serviço Social que é de pluralidade, de respeito e de marcação de posição, que não pode ser perdida. A discussão principal que temos aqui é a que o professor Valério coloca, sobre a estatização do movimento sindical. Aí existe um debate que é sobre a concepção de organização. A estatização não tem a ver com a concepção de uma organização que foi vitoriosa na década de 1980? Foi, e reler isso, reler quem são os aliados, reconstruir o que foi a possibilidade de transformação do campo democrático popular na década de 1980, essa é a tarefa de todo assistente social que prime pela construção de uma nova sociedade. Essa é a tarefa e é muito importante o que estamos fazendo aqui.

**Jocilene Ignácio, diretora do SASERJ e assistente social da Secretaria Municipal de Educação:** Pensar a organização de classe e da nossa representação nos coloca em um lugar não só de trabalhador, mas também de retornar a ser um profissional de denúncia. Nós vemos essa repressão dentro do nosso local de trabalho de forma geral, pois, enquanto profissional de assistência, estamos lá em defesa do popular e, por isso, muitas vezes somos até oprimidos, assediados moralmente. Então, além de discutir essa questão da organização enquanto trabalhadora do campo da assistência, é importante poder também retomar dentro dessa categoria, o profissional de denúncia que acho que nós temos que ser.

**Conceição Robaina, assistente social, conselheira do CRESS/RJ:** Vou levantar uma questão e gostaria que fosse comentada. Particularmente a respeito da fala de Regina sobre a inanição que matou o SASERJ naquela época, eu tenho uma tese que talvez seja em causa própria. Penso que a organização por categoria não respondia mais aos interesses e à necessidade combativa das pessoas que estavam à frente da entidade. Na verdade, hoje não me parece que essa organização por categoria dos assistentes sociais reflita esse anseio da categoria, mas mais preocupante que isso é saber que a maioria da nossa categoria não

está organizada em lugar nenhum. E se há alguma coisa que nos unifica aqui é a necessidade de encontrar caminhos que nos façam avançar, mas avançar enquanto classe — e aí cada um de nós tem suas teses de por onde fazemos mais avançar, por onde temos potência para avançar. Esta é a discussão que está colocada, não é uma questão de “a” ou “b” ou discernimento do outro. Quero conversar com os companheiros que querem fazer a luta avançar na direção de um avanço de classe. Então, acho que a preocupação e a palavra de ordem que nos unificam aqui é que todos nós nos organizemos, aonde acharmos que faz avançar a luta da classe, e vamos disputar. É esse o projeto de sociedade, os caminhos, o método. E se está em disputa, é legítimo e inerente ao processo.

**Rodriane de Oliveira Souza, assistente social, representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):** Quero dizer para esta mesa e para a organização deste evento que é um prazer muito grande o Conselho Federal de Serviço Social estar aqui, participando desse momento que, sem dúvida, é de fundamental importância para nossa categoria profissional. Recebam nossas saudações pelo esforço, pelo empenho e pela preocupação desses colegas que estão levando à frente essa discussão. Esse é um tema que vem nos preocupando e que vem nos unindo. É uma preocupação que atravessa anos. O marco sem dúvida é o encontro de Luziânia. Mas depois dele tivemos o CBAS aqui nessa universidade, tivemos os três últimos encontros nacionais CFESS/CRESS, onde, de alguma forma, com desenhos diferentes, com pessoas diferentes, com entidades diferentes, viemos tentando construir algumas alternativas, pensando pelo menos em algumas estratégias para fazer avançar essa luta maior dos trabalhadores. Agora, sem dúvida, dentro da nossa categoria profissional, temos alguns impasses e algumas dificuldades. Estamos abertos ao diálogo, mas temos dificuldades em dialogar com algumas entidades, como a FENAS, quando não comunga dos mesmos princípios nas nossas estratégias. Essa é a questão. A judicialização do processo das anuidades dos CRESS's, na perspectiva, mesmo, de quebrar uma das espinhas dorsais dessa organização política, é uma grande dificuldade para fazermos avançar o diálogo na luta maior da categoria profissional. É por isso que temos que levar à frente o debate e aprofundar a

## É fundamental que nos organizemos politicamente, seja em partidos, seja em sindicatos

posições nele existentes.

**Bianca Lessa, presidente do SASERJ e diretora da FENAS:** Como disse Regina, é muito simbólico este auditório cheio de colegas. Demonstra que nós, assistentes sociais, queremos discutir nossas lutas, nossas bandeiras, nossas demandas. Essa discussão do movimento sindical de modo geral é muito presente para mim. A mesa contextualizou, fez todo um resgate histórico da profissão, mas senti muita falta de um debate contemporâneo. Por mais que eu compreenda que tenhamos um debate sobre a FENAS, há quem concorde ou discorde da FENAS, do SASERJ, da própria CUT, mas, penso que hoje temos a FENAS, temos o sindicato dos assistentes sociais por categoria, temos companheiros nos sindicatos de ramo. Então, como é que podemos avançar a partir do que está posto hoje? Gostaria que a mesa fizesse uma reflexão sobre isso.

**Charles Toniolo de Sousa, assistente social e membro da comissão organizadora do evento:** Compus a comissão que organizou esse evento justamente para ver isso acontecer, para não só ver o auditório cheio, mas para ver as pessoas falarem o que precisa ser falado, e que precisávamos ouvir há muito tempo para poder trazer a discussão à tona. Gostaria de trazer uma questão para o professor Valério Arcary. Quando houve o fechamento da ANAS, acabamos tendo o Conjunto CFESS/CRESS como a nossa principal referência de organização política. E muitas vezes isso se confunde com a natureza da organização sindical. E aí, na medida em que o debate não consegue ser massificado para a categoria, que é o que estamos tentando fazer agora, isso acaba criando uma série de confusões. Os debates que a categoria faz muitas vezes não ajudam a revelar melhor essas diferenças. Por exemplo, ficamos discutindo a relação entre CRESS

e Sindicato a respeito do pagamento da anuidade. Temos muito mais a discutir do que o valor da anuidade, até porque a anuidade é muito diferente do imposto sindical. A anuidade faz parte de um processo de regulamentação do exercício e fiscalização profissional. O imposto sindical, a meu ver, parece muito mais uma imposição no sentido de estar no controle dos sindicatos do que efetivamente um processo de organização sindical. Gostaria que pudéssemos discutir essas coisas, senão não conseguiremos avançar no nosso processo de organização política.

**Hudna Mendonça, formanda em Serviço Social pela UFRJ e militante do PSTU:** Gostaria que a mesa pudesse falar um pouco mais sobre a relação entre partido político e sindicato. Existe uma confusão muito grande entre a organização política partidária e a organização sindical – no caso do movimento estudantil, da própria ENESSO e das coordenações. Houve um fenômeno de apartidarização do movimento, quase um preconceito, como se aqueles que têm partido não pudessem participar, porque necessariamente iriam aparelhar o movimento social. Essa é uma concepção que tem que ser discutida. O fato de estar participando não significa o aparelhamento. Não é de agora que venho escutando essa questão do movimento sindical do assistente social. Estou me formando agora, depois de quase seis anos na universidade, e sempre existiu um tabu sobre isso. É muito importante isso ser colocado de maneira clara. Ainda que existam divergências, é fundamental que nos organizemos, politicamente, seja em partidos, seja em sindicatos. Gostaria que a mesa discutisse o papel que cumpre o partido político, o papel dessa relação com o sindicato e, mais do que isso, o que é o aparelhamento de fato, para que não se deixem mais dúvidas e as pessoas possam se organizar livremente.

### ■ Martha Fortuna

---

Devolvemos, então, a palavra ao professor Valério Arcary para seus comentários e suas considerações finais.

### ■ Valério Arcary

---

Agradeço a todos os que me dirigiram perguntas. Vou me concentrar nos temas que soam, digamos, mais teóricos, históricos, não vou falar sobre o tema da segunda mesa que é a organização dos assistentes sociais. Não por diplomacia,

mas por que não conheço o assunto, não foi para isso que fui convidado. Primeiro a respeito da pergunta que Regina me dirigiu, se o movimento sindical independente é possível no Brasil. Creio que sim, por duas razões. O

Brasil é um dos países onde esse processo está avançando mais rapidamente. Este exato momento não é muito favorável, mas se nós considerarmos o período, é. Neste momento, onde a organização sindical avança mais rapidamente é na Grécia. Lá está ocorrendo uma situação explosiva e há, digamos, uma libertação dos sindicatos das estruturas sindicais burocráticas, um impulso que vem de uma situação revolucionária. O governo realmente poderá ou não cair, dependendo da dinâmica da luta. Por que no Brasil, entretanto, há uma situação favorável? Primeiro por uma razão fundamental: por que nós temos um dos proletariados mais concentrados e que tem diante da nação, ou seja, em relação às outras classes da sociedade, um peso social relativo maior. Isso decorre do fato de que a urbanização e a industrialização brasileira foram muito concentradas e, nos anos 1990, quando o resto da América Latina se desindustrializou, paradoxalmente o Brasil continuou se industrializando. Então são 95 milhões da população economicamente ativa, dos quais já temos hoje 40 milhões de carteiras assinadas, mais de 6 milhões de funcionários públicos e há um processo de assalariamento muito intenso e acelerado nos últimos anos. Então, objetivamente este proletariado é um gigante. Ainda há muita gente que vive do trabalho que não é assalariado, mas, proporcionalmente, o mundo do trabalho assalariado é muito grande. Isto é a fortaleza, isto é o elemento objetivo, esta gente vai lutar, vai lutar porque são jovens, porque estão concentrados, porque são dez regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes, porque os níveis de exploração são espantosos. Não se enganem: são baixos salários. É verdade que diminuiu o desemprego nos oito anos do Governo Lula, mas é verdade que só diminuiu o desemprego para salários de até dois salários mínimos. Se você considerar na equação salários de três ou mais salários mínimos, diminuiu o número de carteiras assinadas no Brasil nos últimos oito anos, não aumentou. Então, são níveis de exploração pela intensidade do trabalho, pelos baixos salários. A reação deste gigante que está contido, que não encontra um ponto de apoio para lutar, é uma questão de tempo.

O que bloqueia a fraqueza subjetiva? É uma classe trabalhadora que recomeça sem o ponto de apoio que foram as organizações construídas de 1978 a 1983. Então, começa de patamares de reorganização que são quase

moleculares. Os níveis de consciência que avançaram nos anos 1980 depois retrocederam a uma ruptura geracional, uma ruptura subjetiva. Por exemplo, o nível de consciência classista: “Sou trabalhador, tenho interesses diferentes do meu patrão, não vou vestir a camisa da minha empresa, vou vestir a camisa da minha classe!”. Isto que era, digamos, *tatibitate* nos anos 1980, hoje para os trabalhadores é uma nova aprendizagem; é preciso reaprender que não é para vestir a camisa da EMBRAER, é para vestir a camisa da classe trabalhadora.

Alguns me perguntam: a luta de partidos é tão intensa, será que ela não divide os trabalhadores? Claro que ela divide os trabalhadores, mas ela é inexorável. A luta de partidos é a forma civilizada da luta de ideias. Sem a luta de partidos, o que vamos ter é uma luta entre líderes, ou seja, entre pessoas, vamos ter uma subjetivização da representação a tal grau que a classe vai ter que procurar a grande liderança, a liderança messiânica. Qual a diferença entre a liderança messiânica e o partido? É que o partido é o sujeito social coletivo, é uma forma dos grandes líderes, dos pequenos líderes se organizarem e se controlarem uns aos outros. E como sujeito coletivo, é uma forma superior mais complexa, mais adulta, mais civilizada que o líder individual. O líder individual não tem compromisso com o programa, ele tem compromisso com a sua carreira. O partido tem um programa e ele é o coletivo de líderes que se controlam, melhor ou pior, mas que tentam se controlar coletivamente. Então a luta de partidos é inexorável na sociedade contemporânea, e não estou falando da luta dos partidos proletários contra os burgueses, estou falando da luta dos partidos de esquerda uns contra os outros. É dessa luta que estou falando. Ela é inexorável, porque a classe trabalhadora é heterogênea. Há setores massivos hoje da classe trabalhadora que apoiam a regulação social do capitalismo e apoiam o projeto de desenvolvimento nacional associado ao capital internacional porque têm confiança de que através da reforma do capitalismo a sua vida vai melhorar e têm medo de um confronto com a burguesia. Por isso apoiam os líderes, os partidos que dizem: “Nós vamos pouco a pouco, sem confronto com os capitalistas”. A maioria dos trabalhadores, hoje, aqui no Brasil, pensa assim. Há outros, que são minoritários, que não têm o apoio da maioria dos trabalhadores, que acham que não há nenhum futuro para os

## Havia possibilidade - era hipótese na mesa - de que a ditadura fosse derrotada por uma greve geral

trabalhadores reformando o capitalismo, que é preciso ir além do capitalismo. São minoritários, são setores que não têm medo do confronto, querem o confronto, querem o conflito, querem a luta de classes. A luta entre os partidos que querem o confronto — que nós chamaríamos de extremistas, radicais, revolucionários — e os partidos que querem as reformas, que nos chamaríamos de moderados, ela não pode ser proibida, ela vai ocorrer em todo organismo de frente única. O drama não é este. O drama é que manter os organismos de frente única é muito difícil, porque a intensidade da luta dos partidos pode ser tão grande, que rompa os organismos de frente única.

Vejam, em 1983 a CUT só foi fundada sobre a base de uma cisão, porque na época os dois partidos de esquerda majoritários do Brasil, que eram o PC e o PC do B, não quiseram romper com a estrutura sindical que era a herança do varguismo que tinha sobrevivido, e pior, uma parte não era a herança do varguismo, eram os interventores da ditadura militar, que não tinham nada a ver com os varguistas. Eram os caras que foram colocados pela ditadura para substituir os varguistas, que já eram moderados, mas não eram de plena confiança dos militares, compreendem? Então, naquele momento, depois dos dois CONCLATS, se rompeu porque a decisão era fundar a central sindical. E rompeu por que a pelegada obedeceu às ordens do governo militar, que dizia ser proibido ter central sindical no Brasil, era ilegal montar a central sindical. Sabem por quê? Por que os militares tinham medo que a ditadura acabasse com uma greve geral. Ninguém sabia como ia terminar a ditadura. Então havia possibilidade, era hipótese na mesa, de que a ditadura fosse derrotada por uma greve geral. E eles não dormiam com medo que aquilo que aconteceu na Vila Euclides acontecesse em escala nacional. Então, era vital reprimir o ABC, abortar a experiência do ABC, impedir a generalização do ABC. Havia, então, duas tendências do movimento sindical: uma que defendia generalizar o ABC em todo o país, e a outra que defendia manter a estrutura sindical tal como ela é. Se explodisse o ABC em escala nacional, todo o aparato varguista que vivia do imposto sindical teria sido dizimado, aniquilado. Não foi, ele aguentou a transição gradual com as Forças Armadas.

Vocês não se enganem: há milhares de pequenos sindicatos — e às vezes não tão pequenos, como comerciários, setores como eletricidade — que são

controlados pelos herdeiros dos herdeiros dos herdeiros da burocracia varguista, que se perpetuaram depois de 25 anos encerrada a ditadura militar. Então, observem, estou citando isto por que a frente única pode ser rompida, e em alguns momentos tem que ser rompida. Nos sindicatos de base não rompeu, mas a escala de federações e de centrais sindicais rompeu, e é por isso que se rompeu a CUT: se rompeu a CUT e não os sindicatos de base. Rompeu-se a CUT por que ela se transformou num braço auxiliar do Ministério do Trabalho, e não tenho nenhum pudor em esconder essa relação, a tal ponto que o presidente Lula convidou o presidente da CUT para ser ministro do Trabalho e ele disse: “Sim, senhor. Aceito!”. E saiu alegremente da presidência da Central, e virou ministro do Trabalho. E, no dia seguinte, não é que havia alguém escandalizado na sede da CUT. Não. Estavam todos felizes, comemorando, abrindo garrafas de champanhe. Não tinham vergonha alguma, achavam a coisa mais natural do mundo.

Então, o que quero alertá-los é: naquele momento, por que o PC do B e o PC não vieram e romperam com a pelegada? Por que eram a minoria. Se a pelegada viesse, era metade do movimento sindical, talvez fosse um ligeira maioria. Era difícil contar, não sei se vocês sabem, mas nos dois CONCLATS, nos prédios da fundação da CUT, não se conseguiu contar. Não se conseguia contar porque a hora da medição de forças ia decidir quem era a maioria e a minoria, e como eles tinham medo que o bloco que veio a construir a CUT pudesse ser a maioria — porque era duvidoso, devo alertá-los, havia essa possibilidade — eles não aceitaram a votação, por que eles nunca aceitariam. Quero frisar, agora, esta ideia: nunca aceitariam a frente única em condições de minoria. Eles só aceitariam a frente única se fossem à base do abraço de urso — conhecem a imagem do abraço de urso? O urso, antes de destruir sua vítima, ele se levanta, ri e abre os braços.

Qual é, então, o drama da reorganização? O drama da reorganização que estamos vivendo é que, naquelas circunstâncias, foi possível a frente única porque o que era estrutura de sindicatos que vinha para a construção da CUT tinha uma maioria muito grande, clara. Essa maioria era, digamos, a corrente sindical dirigida pelo Lula, que tinha o apoio da Igreja Católica, que tinha apoio em organizações internacionais, por exemplo, da igreja da Holanda, da

igreja da Alemanha. Eu fui secretário-geral da CUT regional de São Paulo durante uma gestão, e quem pagava as contas, quem pagava o aluguel da sede era a igreja da Alemanha, e o dinheiro era recebido via uma ONG, através do Banco Central. Então, para não termos nenhuma ideia, digamos, ingênua sobre como funciona o mundo, quem paga, manda. Havia correntes comunistas minoritárias, mas eram tão minoritárias que a relação de forças estabelecia um enquadramento, que elas aceitavam, à frente única, porque era a única possibilidade de chegarem às massas, e o aparato que dirigia, que tinha traços burocráticos desde a sua fundação, era claramente majoritário. Qual é o drama da sua reorganização? É que na atual reorganização, as duas forças principais são o PSOL e o PSTU. São equivalentes, mas com uma diferença: o PSOL tem mais peso eleitoral e o PSTU tem mais peso operário. Então, no movimento sindical, o PSOL não pode ganhar, não tem maioria sobre o PSTU, porque o PSTU é o dobro da força do PSOL. Não é um pouco mais, é o dobro, o dobro. Se for contar direitinho é um pouquinho mais, mas não quero exagerar. Mas depois do ponto de vista político-eleitoral, o PSOL é mais do que o dobro, é o triplo, é o quádruplo. Então, se tem dois partidos que têm critérios de implantação social diferentes, que disputam quem dirige a reorganização.

Como se deve realizar esta luta de partidos? Apresentando as ideias, seus critérios. O PSOL vai argumentar seus critérios, o PSTU vai argumentar seus critérios, vai-se votar, vai haver uma maioria e uma minoria. O problema é: se aceitavotar? Entendem? Este é o problema, porque se criou uma concepção de que só se aceita a frente única se estiver em maioria. Isto é uma deformação completa dos organismos sindicais. Vejam, como é que a esquerda aceitou a frente única estando em minoria diante de uma burocracia sindical tão corrupta como se revelou a da CUT? Por que, afinal, de onde veio o Delúbio? Vamos dizer as coisas como são: de onde veio o Delúbio? Não veio da CUT? Tem alguma coisa mais monstruosa na história da esquerda latino-americana — não vou dizer nos últimos dez anos, mas dos últimos 50 anos — há alguma coisa mais monstruosa do que o caixa do Delúbio? Por que o Delúbio foi o homem do FAT, depois foi o homem do careca de Minas, que se chamava Marcos e tinha um segundo nome que não será pronunciado em público. De onde veio o Delúbio? Veio da CUT. Então, o drama é

reeducar o movimento sindical no valor da frente única. E o valor da frente única equivale à decisão dos organismos, não importa quem seja a maioria, porque nos sindicatos a luta política é legítima, mas o mandato é sindical. E se vota, e há uma maioria e uma minoria, e se respeita, não importa quem é a maioria e a minoria. Isto é conjuntural, depende dos trabalhadores.

Por último, dois comentários muito breves: o que é uma burocracia sindical? Eu às vezes creio que não se entende, parece que são pessoas, parece que é como se fosse um desvio de caráter. A burocracia sindical no Brasil, como no resto do mundo, é uma casta social. Quando a pessoa entra na burocracia sindical, muda a sua vida e não aceita voltar a ser um trabalhador, não depois de uma luta implacável. E quando volta a trabalhar, é uma derrota pessoal tremenda. Então, a burocracia sindical é um segmento exterior à classe, é um segmento intermediário. Geralmente, leva um modo de vida mais próximo das classes médias altas, eventualmente dos setores mais baixos da burguesia. A burocracia sindical pode ter todo tipo de discurso, e significa que as organizações mais revolucionárias podem desenvolver no seu seio segmentos que são burocratas sindicais, porque são pessoas que não querem mais deixar de ser dirigentes sindicais. Então, como é que se resolve o problema da burocracia sindical? A primeira coisa que tem que se votar, é que as pessoas não podem cumprir mandatos atrás de mandatos, têm que voltar a trabalhar. A maneira mais simples de acabar com a burocracia sindical é deixar claro que em nenhuma organização de trabalhadores, seja ela qual for, os mandatos são eternos. Há rotatividade dos cargos e todo mundo é substituível. Às vezes não são companheiros tão experientes, mas só poderão vir a ser se tiverem experiência. Então, o primeiro critério para desburocratizar os sindicatos é impor a rotatividade nos cargos. Um mandato. No limite máximo de tolerância, dois mandatos. Isto parece simples, mas não é simples. Vocês verão no frígir dos ovos. A cabeça acompanha o chão que os pés pisam. As pessoas criam hábitos e não querem largar as organizações por que têm vantagens materiais, prestígio. E não pensemos que a maioria dos seres humanos é despojada: não é! Então, temos que ter regras para nos controlar tal como nós somos, a nossa humanidade tal como ela é.

Por último, quero dizer que, em

## Não podíamos passar por cima da deliberação soberana de 5.082 trabalhadores da cidade e do campo eleitos nas assembleias de suas categorias

condições normais, a maioria dos trabalhadores não acredita que a sociedade pode ser diferente do que ela é. Não nos enganemos: o cidadão normal não acredita, na minha família ninguém acredita. Na minha família todos me respeitam, sou o único que chegou a fazer universidade e todo o resto, todos acham que sou a pessoa mais culta, têm muito orgulho porque publiquei uns livros, falo vários idiomas etc., mas todos eles acham que eu sou um sonhador – a parte da família que gosta de mim. A minha tia acha que eu sou um lunático, do bem, mas um lunático. Então, observem, em condições normais, a maioria da sociedade não acredita que o mundo pode ser diferente do que é. Quando nós dizemos que é possível aqui, agora, já, um mundo para além da propriedade privada, um mundo em que a produção seja social e apropriação seja social, em que o dinheiro não seja a medida de tudo, que a coibiça seja reprimida, que a avareza seja reprimida, que seja valorizada a fraternidade e a solidariedade, que haja controles claros de tudo que é social, que não haja ninguém com vantagens, que não haja privilégio, que a regra universal tem que ser respeitada por todos e não há exceções; quando nós dizemos isso, as pessoas dizem: não é possível. Elas não dizem: “É ruim”. Elas dizem: “Não é possível!”. Por que de um lado estamos nós, os ativistas, dizendo isso, e conosco todas as tendências socialistas. De outro lado, você tem toda a ideologia da sociedade dizendo: “Não é possível, não

é possível, não é possível!”. Isto posto, a luta política dos partidos entre os que pensam que é possível e os que pensam que não é possível tem que ser feroz, não poderia deixar de ser feroz. É uma luta quotidiana. Ela tem que existir, e é uma luta no local de trabalho, no sindicato, no conselho, no local de estudo, no bairro, dentro da família. A luta, se é possível ou não é possível, é a forma mais elevada da luta de partidos. E, no início, essa luta é desenvolvida por uma vanguarda. Só em momentos excepcionais da história, como foi em 1979 e 1981, como foi em 1984 e 1992, é que o nosso discurso ganha ampliação de massas ou, de repente, as pessoas acreditam: “Quem sabe eles têm razão?”. Em 1979, o setor mais avançado olhou para o ABC e disse: “Nossa, que força, que potência! Talvez seja possível!”. Em 1984, com as Diretas, o setor mais avançado olhou para as ruas e pensou: “Que força, que potência! Quem sabe é possível?”. Em 1992: “Que força, que potência!”. Meus amigos, faz 13 anos quando nós dissemos isto. Para os mais jovens, falar das Diretas é como falar da Guerra do Peloponeso. É como falar das Guerras Púnicas, é falar de um episódio da história que ficou para trás. Então, a esquerda que tem que se reconstruir é uma esquerda que vai ter que falar da história, mas vai ter que ser capaz de construir lutas que façam com que a maioria do nosso povo, inclusive assistentes sociais, acreditem de novo que é possível. Bem-vindos, vocês, que acham que é possível!

### ■ Martha Fortuna

Novamente agradecemos ao professor Valério. Passamos a palavra à professora Bia Abramides para suas considerações.

### ■ Beatriz Abramides

Muitas questões foram colocadas e penso que, na realidade, nós vamos ter que, efetivamente, aprofundá-las. Vou começar pelo final, exatamente em alguns pontos que Valério colocou. A primeira delas é a questão da frente única, que ele trabalhou muito bem. Naquele momento, o PCB e o PC do B, minoritários de fato, ficam com a pelejada na unidade sindical e não vêm construir a CUT, rompem a frente única. Na primeira conferência nacional da classe trabalhadora, em 1981, com mais de cinco mil trabalhadores da cidade e do campo, delegados nos sindicatos rurais e urbanos deliberaram pela fundação da CUT, em 1982. Na sequência há, também

em 1982, um processo eleitoral em que apoiavam Orestes Quércia em São Paulo, e vários candidatos a governos nos estados, se subordinando à questão eleitoral e freando a organização sindical. Além da questão central: o que significava uma central sindical no país? E mais uma vez a CUT foi adiada para 1983. Em 1983, nós dissemos: “Não! Quem está rompendo com a frente única não somos nós!”. Por que não podíamos passar por cima da deliberação soberana de 5.082 trabalhadores da cidade e do campo, delegados eleitos nas assembleias de suas categorias. Eu estava no congresso da Conlutas e no final, quando parou o plenário, imaginei: “Será que se repete

uma discussão, não mais agora entre as posições da unidade sindical e da ANAMPOS, mas entre os dirigentes da Intersindical e da Conlutas, para uma reorganização e uma possível saída desse processo?”. Pareceu-me muito semelhante. Eu estava sentada, e aí a Intersindical vai para uma plenária e se retira, rompe.

Aqui temos que fazer uma discussão mais aprofundada de frente única, em duas direções. Lá atrás, tínhamos que romper com a CUT, não com os sindicatos de base, porque desses nós temos que estar dentro, que assumir esses sindicatos de base. Uma instância nacional é diferente de um sindicato de base de organização. Temos que ter clareza até para fazer a discussão de organização da categoria, senão nós faremos uma discussão de forma. Marx dizia: “Cabe aos trabalhadores soberanamente decidirem sobre suas formas de organização”. Trotski também dizia, sobre os sindicatos, a mesma coisa. Ou seja, a forma de organização deve corresponder à necessidade da luta, e não a uma estrutura ou a uma superestrutura, o que, na realidade, é uma falsa discussão. Essa questão é que tem que ser tomada por nós neste momento, do ponto de vista conjuntural.

Este é um aspecto. Outro aspecto é que, lá atrás, eu me perguntava, e me perguntei muitas vezes, quando Trotski falava sobre o sindicato, sobre frações de esquerda e revolucionárias no interior de sindicatos reformistas. Possivelmente Valério vai me responder: “De sindicatos, mas não de centrais sindicais”. Vejam, a composição que ainda está na CUT é uma composição operária. Esta é uma questão que temos que debater: como trazer o campo operário para o campo de luta? Mas um campo de luta que apresente um programa de luta e de ação para os próximos períodos. E também no campo da esquerda. O balanço que foi feito na Conlutas em relação à própria Conlutas, foi um balanço mais complacente, porque nós tivemos problemas graves. Lembremo-me que, no ano passado, quando fomos à Avenida Paulista, a Conlutas assinou, junto com a CUT, a questão dos juros. Depois reviu sua posição, mas, vejam: uma coisa é frente única, outra coisa é ficar amalgamado numa política que vá na contradição da nossa perspectiva de combate e luta. Eu penso que nós temos que começar a avaliar até como preparação para o próximo período, que vai ser muito duro.

Muitos levantaram o que é a

partidarização e o que é a estatização, e penso que Valério definiu muito bem que a estatização é a fase final mais degenerada da partidarização. A partidarização é extremamente problemática, porque ela traz para o interior do movimento sindical e da luta sindical não o debate da organização sindical, que não é aquela visão autonomista de que os trabalhadores não devem estar organizados em partidos, senão, seria negar a própria perspectiva do partido do ponto de vista do projeto revolucionário. Por que, como se colocou aqui, aqueles querem reformar a sociedade no momento em que o capitalismo sequer mais suporta reformas. O programa de transição do Trotski é atualíssimo, porque a reforma agrária, que é uma bandeira possível lá atrás num determinado momento de desenvolvimento das forças produtivas, hoje coloca na ordem do dia a questão da propriedade da terra. Então, vejam, discutir a organização dos trabalhadores passa por discutir essas questões. Qual é a nossa concepção sindical do ponto de vista da perspectiva da luta da própria classe? Então, penso que só esses temas que vocês estão trazendo aqui já merecem um debate, uma perspectiva de informação e formação, até para que nos fortaleçamos na perspectiva da nossa organização.

Aí entra um pouco das questões que Lúcio trazia, sobre a partidarização. Eu me perguntava: “Bom, e agora? Nós vamos ter ‘Intersindical do A’ com o PSOL, ‘Intersindical do B’ com o PCB, a Intersindical do PSOL e a Conlutas com o PSTU, onde uma parte já lá atrás ‘puxou o carro’, ou seja, mais diminuta?”. Vejam, não estou dramatizando, esse quadro que estou trazendo é um quadro real. Se não fizermos essa discussão e não buscarmos elementos para a política para o próximo período, efetivamente será um desastre do ponto de vista da luta de classes, e temos responsabilidade política neste processo.

Quando Rose questiona se o momento de extinção da ANAS foi um erro ou um acerto, quero dizer o seguinte. Muitos diziam: “Vamos extinguir”; outros, “Não vamos extinguir”. Porém a deliberação em 1987 pela extinção dos sindicatos da categoria e da ANAS, com a construção do ramo, se deu por unanimidade, na assembleia sindical nacional, e decidimos por um processo de transição, isso é bom lembrarmos. O que não prevíamos era o giro tão rápido da CUT para o sindicalismo de negociação e, a seguir, para o governismo, e o abandono da construção

## Estamos com disposição de auxiliar a luta de classes neste país e reconhecer sua necessidade histórica?

do ramo. Também não avaliávamos como o capital avançaria com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva que colocou a classe trabalhadora na defensiva. Daí a transitoriedade sindical inconclusa, que nos coloca hoje novos debates para seu enfrentamento. Quanto à questão da unidade é bom lembrar que os sindicatos que tinham como dirigentes militantes do PC do B abandonam o congresso da ANAS, quando esta se filiou à CUT por deliberação de 88% de seus delegados em Diadema. A Rose estava na direção naquele momento. Posteriormente os assistentes sociais militantes do PC do B e dirigentes de alguns sindicatos apoiam a construção do ramo na assembleia da ANAS, mas, a seguir, passam por cima da deliberação e fundam a FENAS, investindo na manutenção de alguns sindicatos da categoria. Atualmente a posição majoritária da CUT, a Articulação Sindical, que encontra-se na FENAS, busca impulsionar, de norte a sul do país, a retomada dos sindicatos de assistentes sociais nos estados.

Temos que entender isso, por que senão não vamos entender por que alguns sindicatos continuaram, por que há uma rearticulação da própria FENAS, qual é o acordo majoritário no campo da política da própria CUT e, à época, do próprio PC do B, da CNTSS, com a posição majoritária da Articulação Sindical da CUT. Temos que enfrentar esse debate. Mas há momentos diferenciados do (e no) debate. Temos que compreender em cada estado como ocorre esta rearticulação: se tem representatividade, se é sindicato de fachada ou se é uma necessidade real da categoria. A questão da judicialização que a FENAS impõe sobre os CRESS's, que aqui foi trazida, tem que ser denunciada. Utilizar-se de um instrumento ao qual, na realidade, nós somos contrários, que é o imposto sindical. Somos pela auto-organização financeira, e esse imposto é colocado numa direção de arrebentar com a organização dos trabalhadores. Isso tem que ser denunciado. Mas esta denúncia não pode colocar para baixo do tapete o debate da organização dos trabalhadores. São coisas distintas, e penso que nós temos que ter essa maturidade política para compreender essa questão. Eu me lembro quando a Conceição e Ester diziam sobre o Sindicato do Rio: "Vai para o buraco". De fato, no caso do Rio de Janeiro, sequer teve a discussão da transição, pois o Sindicato já estava esvaziado, mas não extinto. Diferentemente do Sindicato de São Paulo, em que houve deliberação pela extinção.

Sabem como foi rearticulado o Sindicato dos Assistentes Sociais de São Paulo? Foi rearticulado há dois anos pela Ana Maria Martins, deputada estadual do Partido Comunista do Brasil, durante o momento em que a categoria se reuniu para a luta do Serviço Social nas escolas. Trata-se de um Sindicato de fachada, esvaziado, sem representatividade. Nós, em São Paulo, devemos nos preocupar em fortalecer e tirar o Sindicato dos Servidores Municipais da mão da burocracia petista da Articulação Sindical, retomar o sindicato de lutas. Estamos preocupados com os previdenciários e os judiciários, que vêm de um processo de greve e que apoiamos. Estou trazendo esses dois exemplos por que nós não podemos fazer uma discussão generalizada como se fosse tabula rasa no Brasil inteiro. Se fizermos assim, estamos ferrados. Agora, se ouvirmos as discussões e as questões completas apresentadas em cada estado, vinculando-as à conjuntura e à perspectiva de organização dos trabalhadores, nós, sem dúvida alguma, estaremos avançando. Não podemos fazer uma discussão única.

Outra questão muito importante levantada aqui é a dos mandatos. Na ANAS já discutimos isso. Tivemos dois mandatos da direção nacional em São Paulo e, na terceira vez, dissemos não. E depois o pessoal de Minas Gerais veio assumir a direção. O mesmo agora, na Associação dos Professores: estamos indo para a segunda gestão e já preocupados em preparar companheiros para uma próxima gestão. Nós temos essa compreensão. E muitos já disseram, aqui, que há momentos de fluxo, de refluxo, momentos em que a luta de classes avança. Então, penso que para o próximo período essa é questão que temos que trazer. O que pode trazer essa categoria ao campo de combate de luta. Ela veio, historicamente, numa perspectiva de organização, de autonomia e de independência sindical; tem uma radicalidade, porque a realidade radicaliza a pobreza, a miséria e a destruição da própria vida. Ela colou a determinados movimentos durante um período grande — e é importante que se diga isso, é o petismo lá de trás, da época da fundação daquele partido — e teve que ir se descolando à medida que efetivamente deveria se garantir a autonomia e independência e, com dureza, fazer uma crítica ao partido que se construiu, assim como à Central. Mas ter essa clareza de que não é de hoje, já há algum tempo a Central se tornou governista. Ou seja, como trabalhadores e com os trabalhadores, a pergunta

que faço é: estamos com disposição de retomada, de aprofundamento, de organização e de luta, não só para auxiliar nossa organização, mas estar num processo de auxiliar a luta de classes nesse país e reconhecer sua necessidade histórica? Essa questão nós temos que abordar. Ela vai nos levar a ver que estratégias políticas vamos utilizar em cada conjuntura e na relação com essas organizações autônomas independentes.

Rose citou, lá atrás, a discussão da entidade única. Qual era a discussão da entidade única à época? Era pensar, de um lado, a organização por ramo, sindicalmente e do ponto de vista de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, vinculando o debate à questão da formação e do exercício profissional. Só que, à época, nem ABESS (hoje ABEPSS), nem CFESS, nem CRESS's aceitavam essa proposta. Era uma chuva de textos contrários a isso, de Norte a Sul desse país. E dizíamos: "Vamos tentar romper com essa setorização, formação e exercício profissional. Será que não conseguimos uma entidade, tal qual a ABI, a OAB, para que saíamos dessas amarras

corporativas?". Mas não vingou. E, com isso, não estou querendo dizer que não temos entidades de luta, organizativas, de combate. Mas foi o caminho escolhido pela categoria, pelas entidades. Então, penso que teríamos que refletir essa discussão de hoje colada à conjuntura dos anos 2010, colada às exigências que estão postas à classe trabalhadora em 2010, tal qual nós colamos lá atrás indo para a CUT, sabendo com quem dá e com quem que não dá para fazer frente única. Assim os debates vão ocorrer, efetivamente, e poderemos avançar.

Por último, ainda tenho essa preocupação: termos centrais de esquerda cada qual com uma hegemonia de um partido. Espero que não, porque, se tivermos, isso é ir na direção contrária do que é uma perspectiva classista e de luta para o movimento sindical. Efetivamente, partidizar é um desastre para a esquerda, é um desastre para uma perspectiva histórica revolucionária na qual ainda acreditamos, como uma possibilidade histórica para os homens na perspectiva da emancipação humana.

Obrigada!

## ■ Martha Fortuna

Agradecemos novamente às contribuições de Bia Abramides. Para encerrar esta primeira mesa do evento, devolvemos a palavra à assistente social Regina Marconi para suas contribuições e considerações finais.

## ■ Regina Marconi

Quando nós fizemos a CEPEAS, no Rio, a CEPEAS era apenas uma comissão. Quem chegava, falava e votava. Nós não tínhamos nenhum tipo de estrutura, a não ser as decisões das reuniões, tomadas para avançar na luta da categoria. Quando assumimos o Sindicato entramos, de fato, na estrutura sindical, com a ata assinada pelo Ministério do Trabalho, mas nós não desmanchamos a CEPEAS. Ela continuou funcionando às quintas-feiras, como sempre. Sindicalizado ou não sindicalizado participava, discutia, e o que a CEPEAS decidisse, a diretoria do sindicato encaminhava. Em momento algum nos submetemos à legislação sindical, embora fôssemos um sindicato formalmente constituído, com o aval do Ministério do Trabalho. O mesmo ocorreu com a ANAS — e, pensando na federação, toda a estrutura da federação expulsava do interior dela grande parte da organização sindical da categoria, formada majoritariamente pelas APAS's (Associações Profissionais) —; mas nós construímos a ANAS, uma organização com representação em todo o território

nacional, organizando toda a categoria. Ela estava organizada ao largo da legislação vigente, que não reconhecia sua estrutura democrática e aberta à participação direta dos assistentes sociais. Fazíamos plenárias de 500 delegados sem precisar da tal estrutura sindical. Óbvio que não tínhamos o dinheiro que a Federação tem hoje, já que, além da participação dos sindicatos, as federações lidam com uma cota do imposto sindical. A ANAS não tinha isso, mas nós funcionamos perfeitamente e organizamos a categoria como um todo. Então, quando a FENAS tenta ferir, como a companheira falou, os recursos do CFESS, na verdade ela não o está fazendo por princípio, já que não abre mão da sua própria estrutura, onde ela se meteu e se fundou. Ela o faz como ação política, para estreitar as possibilidades de ação do CFESS. Mas de nada adianta tirar o dinheiro, de nada adianta, porque a ação política pode ser facilitada por ele, mas não determinada. Nós, ao final dos anos 70 e início dos 80, incendiamos este país sem ele. Então, não é por aí que você

constrói ou desconstrói politicamente. Claro que se tivermos recursos é mais fácil, e a CUT, por exemplo, em algum momento precisou ter recursos para poder ir à frente. No entanto, se uma das estratégias que se fez para acabar com a primeira CONCLAT em Praia Grande foi nos deixar no frio e ao vento, à noite, sem alojamento para dormirmos, se as federações fechavam todas as portas, se não havia alojamento para os milhares de delegados que chegavam, a não ser os do PCdoB e do PCB, isso não nos impediu de construirmos a CUT. O que vale é a participação da categoria, a organização independente, a vontade de construir as coisas. Se tivermos isso, vamos fazer, se não tivermos, não faremos nada, mesmo tendo recursos. Agora, a FENAS nos representa formalmente, queiramos nós ou não. Penso que a boa perspectiva é que entremos nela e a transformemos no jeito como queremos que ela funcione. É isso que precisa ser feito, é isso que vai dar uma nova direção à entidade. Da mesma forma que no CFESS, no CRESS e nos sindicatos. Por que não adianta ficar dando conselho. Não adianta dar palpite na direção política do outro, porque o outro faz o que quer com a sua direção

política. Para podermos interferir, temos que ter mobilização e transformar por dentro. Não há, absolutamente, outra saída, já que a estrutura formal dessas entidades permite que funcionem através de pequenos grupos e sem consulta direta às bases. E se quisermos entrar e fazer com que essas entidades nos representem, é só nos organizarmos, é só irmos para lá. Logicamente vai haver embates e problemas. Mas vale a lição histórica do SASERJ no início dos anos 80: quando a CEPEAS foi expulsa do Sindicato, mas fomos para o sindicato dos médicos, para o dos arquitetos, para o dos engenheiros, a cada semana fazíamos a reunião da CEPEAS num sindicato diferente. E a categoria ia encontrar conosco, discutíamos, deliberávamos sobre nossa organização e lutas, enquanto o Sindicato permanecia fechado para nós. Mas nada disso nos impediu de construir a nossa organização na perspectiva que entendemos ser a melhor. Então, esse tipo de expediente, de diminuir os recursos financeiros de uma entidade, é inócuo quando a categoria ou quando cada grupo resolve assumir o seu próprio destino.

Obrigada!

#### ■ Perciliana Rodrigues

---

Encerramos, assim, a primeira mesa do nosso evento, agradecendo à contribuição de todos, convidados e público presente. Faço um apelo no sentido de que todos os presentes permaneçam no auditório, pois

vamos iniciar imediatamente a segunda mesa de nosso evento, assim que as próximas coordenadoras assumirem seus postos à mesa. Obrigada.

## Mesa 2

# Sindicato por Ramo e por Categoria: Formas de Organização Sindical

### ■ Conceição Robaina, assistente social e conselheira do CRESS/RJ

---

Iniciaremos, agora, o segundo momento deste evento. A primeira mesa tratou a história da organização dos trabalhadores e teve por objetivo contribuir para uma contextualização da discussão que faremos agora.

A mesa “*Sindicato por ramo e por categoria: formas de organização sindical*” tem o objetivo de traçar um painel com experiências concretas de entidades nas duas formas de organização, para que possamos aprofundar o debate proposto para esse seminário. A comissão pensou na organização dessa mesa convidando duas experiências de organização por ramo e duas experiências na organização

por categoria, se preocupando em trazer para cada uma dessas experiências um assistente social para falar desta forma de organização.

Já temos nossas convidadas aqui conosco e, em nome da comissão organizadora do evento, quero agradecer a todas pela presença e contribuição. Cada convidada terá quinze minutos para sua exposição inicial. Isto feito, passaremos a palavra ao plenário para um bloco de dez intervenções de dois minutos cada e retornaremos a palavra a nossas convidadas. Vamos iniciar os trabalhos com a contribuição de Cíntia, do Sindicato dos Nutricionistas do Rio de Janeiro.

### ■ Cíntia Teixeira, representante do Sindicato dos Nutricionistas / RJ

---

Quero parabenizar o seminário. Infelizmente minha categoria ainda não chegou a esse patamar de organização - espero que algum dia chegue. Mas se há um diferencial, como Valério Arcary falou, é que pelo menos meu sindicato não é monolítico. É um sindicato que, em nível nacional, é corporativo, mas tem referência aqui no Rio de Janeiro como sindicato de trincheira frente ao projeto neoliberal, pelo qual a categoria não só

de nutricionistas, mas diversas categorias na linha de produção foram terceirizadas. Então, sobrou-se muito pouco do segmento de nutricionistas estatutários e, com o avançar disso, veio toda a questão de gênero. É uma categoria meramente feminina e a composição do sindicato só tem duas nutricionistas, a maioria é homem. Então, é uma categoria que vem sofrendo não só com questões de gênero, mas com todo o processo de exploração e

## Fazemos uma trincheira ao que o neoliberalismo coloca para a classe trabalhadora de que ele não é mais trabalhador, e sim colaborador da empresa

opressão que vem do sistema do capital, fortalecido pelo projeto neoliberal. A proposta foi trazer um pouco da experiência de um sindicato corporativo. É um sindicato da área da saúde, mas em que também trabalha e milita o setor fabril. Então, não se traz só uma experiência no setor de saúde nos níveis hospitalar e de unidade básica, mas que também milita e trabalha nas fábricas, nas linhas de produção da indústria.

Nós vimos fazendo a discussão de sindicato de ramo e, na prática, temos uma iniciativa e a necessidade de não nos excluirmos frente à unidade de luta dos outros trabalhadores. Entendemos que a concepção de sindicato de ramo é importante, mas há necessidade de fazermos uma reflexão, do que, no Rio de Janeiro e a nível nacional, se conseguiu avançar. Acreditamos na concepção do sindicato de ramo, mesmo sendo sindicato corporativo, mas a unidade dos trabalhadores é fundamental. Então, é necessário construirmos de fato o que é ser na prática um sindicato de ramo. Na fábrica Rica ou na Sadia, por exemplo, para qualquer atividade ou movimento sindical que é feito, temos que entrar em contato com o sindicato de Laticínios, que é o sindicato dos trabalhadores de lá e, juntamente com eles, tentarmos fazer uma mobilização e até a construção de planos de carreiras e salário. Isso é sindicato de ramo? Nós não estamos nos excluindo, nós estamos tentando buscar uma unidade. Na área da saúde, tentamos minimamente buscar com um grande sindicato, que é o Sindsprev, uma unidade de ação, em que nós temos discussões específicas. Isso é verdade, não

vamos tapar o sol com a peneira. Então, isso faz parte de uma discussão de como vamos dar condições até de fortalecer a categoria, não só com discussões gerais, mas com discussões específicas. Mas acreditamos que a discussão geral tem que nortear a discussão específica, e por isso reivindicamos a concepção do sindicato de ramo.

Há um entendimento de que, como já foi dito, temos que ter cautela e paciência. Mas, infelizmente, algumas categorias não são tão avançadas como o Serviço Social. Nós não passamos por revoluções na grade curricular, por exemplo. Progredimos ao ponto de colocar para a categoria que hoje ele é profissional de saúde como sempre, e não gerente das empresas. Hoje trabalhamos, debatemos e fazemos uma trincheira frente ao que o neoliberalismo coloca para a classe trabalhadora de que ele não é mais trabalhador, e sim colaborador da empresa. E é difícil fazer essa discussão, porque você forma profissional na universidade, mas você não discute as questões trabalhistas dentro da universidade. E é onde encontro nutricionista terceirizado nas empresas de alimentação, sendo oprimido e explorado na linha de produção. Onde encontro, numa indústria, o nutricionista que veste a camisa da empresa, mas que trabalha mais de 50 horas por semana. Perde-se a consciência de identidade de classe e isso é importante, é consequente e é maduro. Nós, enquanto sindicato, discutir dentro do sindicato de ramo como vamos encaminhar essas discussões. Quero colocar o sindicato à disposição e parabenizar novamente a mesa.

### ■ Conceição Robaina

---

Agradecemos a contribuição de Cíntia e passamos, imediatamente, a palavra à assistente social Margareth Alves Dallaruvera, presidente da Federação Nacional de Assistentes Sociais.

### ■ Margareth Alves Dallaruvera, presidente da FENAS

---

Gostaria de agradecer pelo convite de estar aqui com o coletivo trocando algumas experiências, algumas verdades, já que ninguém detém a verdade. Queremos refletir com vocês se o movimento Pró-Organização dos Assistentes Sociais é um processo de organização ou de reorganização sindical dos assistentes sociais. O tema do evento nos chama atenção, pois o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro existe e foi marcado com muita luta. O processo da organização que

se deu tem uma história e precisamos contá-la. O Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro tem uma carta sindical que é de 15 de maio de 1959. É um instrumento normativo do Ministério do Trabalho, mas o que temos que discutir, para além de ter uma carta sindical, é se a entidade garante o que defendemos, que é representatividade. Esse é o ponto de debate central que devemos colocar. Em 1990, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro foi o primeiro sindicato a fechar, e como

está aqui no livro da própria professora Abramides, ele não fechou pelo debate da construção de ramo, mas como resultado de um processo de baixa mobilização da categoria dos assistentes sociais.

Alguns fatos decisivos marcaram a história do SASERJ, e quando falamos de organização, temos que ter todo um conhecimento do que foi feito na história, pois foi uma história construída com luta e grande participação da categoria. Em 1990, 29 pessoas presentes numa assembleia votam pelo fechamento provisório do nosso Sindicato – provisório por seis meses. Com 24 votos, dois pela manutenção e três pela abstenção, o SASERJ ficaria fechado por apenas seis meses. E, no entanto, o SASERJ não ficou fechado por seis meses, e sim por cinco anos. Em 1993, o professor Orlando Ribeiro Pinto inicia com um grupo o processo de reabertura do Sindicato. Esse grupo, principalmente na Prefeitura do Rio de Janeiro, onde nós éramos 56 assistentes sociais, lutava para ser reconhecido na área da saúde. Um momento em que vivíamos, como trabalhadores da saúde, uma greve de seis meses. Momento em que estávamos na lei 952 e o nosso pleito maior era chegarmos à lei 953, que é um sonho dos assistentes sociais da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro até hoje, e que só conseguimos através de uma nova lei, que é a lei conhecida como Lei do SIMAS (Sistema Municipal de Assistência Social), em seu artigo terceiro. E nesse momento, quando acaba a greve e todos recebem seus aumentos salariais, os assistentes sociais foram a única categoria da prefeitura que não recebeu aumento. Os assistentes sociais, então, se reúnem e entram na Justiça por contra própria. Perdem na Justiça e, segundo o advogado, por não ter sido um advogado de sindicato a impetrar o processo. Houve uma assembleia no Hospital Souza Aguiar, em que havia mais de duas mil pessoas, todas trabalhadoras da saúde, e os assistentes sociais, então, se reúnem e querem sua representação do ponto de vista sindical. Momento, ainda, em que nós íamos atuar dentro do próprio CRESS / 7ª Região, tínhamos a parceria do CRESS e tínhamos, então, sido eleitos para representar a categoria num processo de negociação. Vamos, então para uma audiência com o prefeito César Maia, em 1994. A presidência do CRESS compareceu à audiência junto conosco, tentamos entrar num processo combativo, só que o prefeito argumentou que não havia o nosso sindicato para que se iniciasse um processo de negociação, éramos apenas

representantes eleitos numa assembleia e o Conselho Regional não poderia entrar em negociação. Foi nesse momento que os assistentes sociais da prefeitura do Rio de Janeiro passaram, então, a entrar no movimento pela reabertura do nosso Sindicato.

Havia, então, um grupo liderado pelo professor Orlando, que era ex-dirigente do Sindicato, filiado ao PFL, apoiado pelo grupo de assistentes sociais que estava ajudando a atender ao movimento que ele tinha; e havíamos nós, o outro grupo, da Prefeitura do Rio de Janeiro, todos militantes de partidos de esquerda, e que éramos apoiados pela direção do CRESS/RJ, pela UERJ e pela UFRJ. Nesse momento, todas as assembleias foram conduzidas pelo CRESS/RJ. Os grupos se juntam e então se cria uma chamada Comissão Sindical, para discutir o processo de adesão à reabertura do Sindicato. Formam-se as chapas, a primeira liderada pelo professor Orlando e a segunda chapa liderada por mim, escolhida pelo grupo dos assistentes sociais, pois se queria um nome de professor para liderar a cabeça da chapa. Ganhamos apertado nas urnas. Não foi um processo qualquer de organização dos assistentes sociais aqui no Rio de Janeiro. A nossa chapa foi vencedora apoiada basicamente pelas pessoas que estavam dando todo o apoio ao nosso Sindicato. Nossa diretoria toma posse em 1995 e, naquele momento, negamos inclusive tomar posse pela presidente da comissão eleitoral, por ser uma pessoa ligada à chapa um, e pedimos que a nossa posse fosse feita pela presidente do CRESS. Vejam que neste momento a ANAS já estava extinta: portanto, o Rio de Janeiro passa por todo esse processo quase um ano depois de extinção da ANAS.

A partir da reabertura do Sindicato, dois meses depois, fomos convidados pela direção do CRESS a estarmos no VIII CBAS, em Salvador. Fomos todos contentes para lá, sem entender nada do que estava sendo discutido ali naquela mesa. Apanhei da Regina Marconi, sem saber por que estava apanhando. Só queria pegar o microfone e defender a reabertura, todo o processo rico de discussão; o Sindicato do Rio de Janeiro acabava de ser reaberto, então, nós queríamos falar no CBAS, mas na verdade estávamos apanhando. Montamos a nossa banquinha ali, começamos a passar o livro de ouro e aí começamos, então, a tomar conhecimento da questão da extinção da ANAS.

A partir daí, com a reabertura do

**Em 1990,  
29 pessoas  
presentes numa  
assembleia  
votam pelo  
fechamento  
provisório do  
nosso Sindicato -  
por seis meses**

Sindicato, começamos a discutir a importância da data-base da categoria dos assistentes sociais, que, no momento, estava aqui no Rio de Janeiro sendo representado pelo SENALBA, para iniciarmos o processo de dissídio e acordo coletivo. A questão é: os profissionais têm conhecimento, quando saem da faculdade, do que é acordo coletivo? O que é dissídio? São questões das quais só vão tomar conhecimento depois que saem da faculdade. Realizamos, então, o primeiro seminário nacional em 1995, quando discutimos o piso salarial, a carga horária e condições de trabalho, e fizemos todo o processo de discussão de desmembramento do projeto da Cristina Tavares. Fomos a Brasília em 1996 levar essa discussão e entregamos à deputada Jandira Feghali. Realizamos em 1998 o segundo seminário nacional. O TJ foi outra conquista nossa, porque os assistentes sociais aprovados no Tribunal de Justiça não conseguiram entrar e foram para dentro do Sindicato. E nós, com nosso departamento jurídico e dialogando com o departamento jurídico do CRESS (pois, mesmo estando junto na luta, não poderia entrar com ação por força da lei da criação dos conselhos profissionais) entramos em 1998 com uma ação e ganhamos o mandado de segurança contra o ato do corregedor, o que garantiu que os nossos colegas assistentes sociais hoje estejam trabalhando no Tribunal de Justiça.

Em 2000, passamos a nos inserir na luta das mesas de negociação. A nossa luta coletiva não é uma luta só de um sindicato, nós temos 11 sindicatos de categorias profissionais que trabalham juntos. Outra questão que também defendemos foi da emenda 34, garantindo que os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores com profissões regulamentadas, tenham o seu duplo vínculo. Estivemos, também, em todos os momentos da luta pela carga horária de 24 horas do estado do Rio de Janeiro em 2002. É polêmica essa situação - não para nós que sempre defendemos diminuição da jornada - e os assistentes sociais hoje no estado têm 24 horas, foi uma luta nossa liderada pelo companheiro Valdir, já falecido, ex-tesoureiro do SASERJ. Estendemos a jornada dos fonoaudiólogos para os assistentes sociais.

Outra conquista nossa é que os assistentes sociais da Prefeitura eram tidos como “papa-defuntos”. Nós é que entramos no Ministério Público, foi através das nossas ações que conseguimos alterar o ato do atual secretário de Saúde, fazendo com que os assistentes sociais

deixassem de ser “papa-defuntos” na rede municipal do Rio de Janeiro. Convivi um ano e meio com proteção policial, sendo ameaçada de morte por defender os interesses da categoria. Gostei muito quando o professor Valério coloca que há sindicalista que não passa por nada, mas esse não faz sindicalismo; pois o verdadeiro sindicalista sempre passou por uma situação, caso contrário não é sindicalista. A luta pela convocação dos assistentes sociais na Prefeitura do Rio foi liderada pela companheira Maria José Peixoto, pela qual vários assistentes sociais estão entrando pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 2004, lançamos o projeto “Encontro com Autores”, um projeto dinâmico que realizamos dentro do Sindicato, no qual autores participam para falar de suas obras, para que possamos construir coletivamente esse debate e gerar ações propositivas para nossa categoria.

Continuamos a luta e, em 1999, com a nossa sede reformada, totalmente equipada, tivemos a possibilidade de levar os candidatos a prefeito para dentro da sede, para fazermos debates sobre os programas de governo e entregarmos nossa carta-compromisso.

O SASERJ vira referência nacional em 2000 porque, a partir dele, que é o quinto sindicato, nós então criamos em dezembro a Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Como bem disse a professora Abramides, não foi com gato pingado, foi com o auditório cheio, em três dias de intensos debates. Todos os conselhos regionais de Serviço Social foram convidados, todas as entidades da categoria foram convidadas, porque queríamos construir o debate coletivamente. E hoje a FENAS tem 12 sindicatos reabertos, sete sindicatos já estão reabrindo no Brasil e nove estados estão sem mobilização. O de São Paulo reabriu em 1993 com a deputada Ana Martins (PCdoB), teve novo processo de abertura e está reabrindo agora em agosto com várias forças, colocando os trabalhadores de Bauru a Santos, com os municípios se organizando. Vai ser agora a reabertura do sindicato, sem a questão de estar partidariado ou não.

O que temos garantido são os encontros nacionais. Os congressos da Federação são organizados a cada três anos, com os delegados eleitos na sua base. A nossa reflexão é: quando as entidades da categoria vão efetivamente fazer o debate? Hoje estamos na mesa nacional de negociação do SUS, com representação do Rio Grande do Sul;

estamos no Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador, estou no final do mandato na vice-presidência do CNAS, e no Conselho Nacional de Saúde com duas companheiras, Maria Laura Bicca, do Rio Grande do Sul e Viviane Afonso, do Rio de Janeiro.

Nós não queremos reabrir sindicatos, não estamos reabrindo sindicatos. A base da categoria é que está se organizando. Se não formos para lá, vai abrir de qualquer maneira. Mas não podemos ter representação e não garantir a representatividade, porque, no sindicalismo de categoria que defendemos, temos a clareza de que o mais importante não é a nomenclatura, mas a posição da direção da entidade. Até por que discutimos no encontro de Fortaleza se não deixaríamos de ser a FENAS e viraríamos um sindicato nacional. Mas é um processo, é um projeto que ainda não passou por dentro da nossa Federação. O mais importante para nós não é a nomenclatura nesse momento, mas a posição da direção da entidade. Não defendemos qualquer sindicato, mas um sindicato que, para além das lutas específicas, se insira também na luta geral dos trabalhadores e contra o capitalismo. Um sindicato classista, democrático, organizado pela base e que caminhe para a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais. É esse sindicalismo que defendemos. Já deixo claro que a FENAS não vive de imposto sindical: somos contra o imposto sindical. Nós temos a nossa organização. Quem dá sustentação financeira à Federação são os sindicatos que estão se reabrindo, não vivemos de imposto sindical.

A respeito da organização por ramo, os sindicatos passam a ter um processo de organização que dificulta a construção do ramo. Não somos contra a organização por ramo, nós a defendemos e entendemos que a tese teórica é perfeita para o combate do projeto neoliberal. O que nós discordamos são as distorções que estão se dando no caminho para a construção do ramo, inclusive algumas distorções do

ponto de vista conceitual. É um momento em que não se está entendendo mais o que é categoria, o que é ramo, o que é profissão e o que é ocupação para o Ministério do Trabalho pela CBO. Após 24 anos, o que estamos encontrando é a não unificação dos sindicatos. Muito pelo contrário: os sindicatos estão sendo criados “a rodo”. Há distorções entre sindicatos gerais e sindicatos de ramo. Não há nenhum sindicato de ramo no Brasil, a tese não foi materializada. Nós temos que trabalhar e discutir democraticamente para materializar a tese do ramo. Outra questão é a da hegemonia partidária, são sindicatos pela luta da hegemonia partidária e as centrais sindicais.

Como vem se dando a luta política dos sindicatos? O que está sendo posto nisso? É a questão da consciência profissional e a consciência de classe, temos que dialogar sobre isso. De que adianta discutir se sou nutricionista, se sou assistente social do banco Bradesco? Eu vou falar de onde trabalho: sou assistente social do Bradesco. Ele é médico de uma metalúrgica, mas não é metalúrgico, é médico de tal lugar. Isso é a diferença de consciência profissional e consciência de classe, porque felizmente defendemos a consciência de classe, mas os trabalhadores, de modo geral, já estão atrelados à consciência profissional.

Para finalizar, gostaria de trazer uma questão. No 36º Encontro Nacional CFESS/ CRESS do Rio Grande do Norte, o Ivan Martins Pinheiro, entre outras questões, coloca algo que trouxe para refletirmos: vocês, assistentes sociais, vão, também, ter que encontrar uma mediação, porque o conselho (CFESS e CRESS) não pode ser um instrumento de luta. Ele é instrumento de regulação, e nós temos que fazer este debate. Mesmo sendo de vanguarda, nós temos que debater. Nunca duvidem da nossa capacidade de luta! Muito obrigada!

Muito obrigada e desculpem por ter passado o tempo previsto, mas ele é pouco para um debate tão rico!

**Não há nenhum sindicato de ramo no Brasil, a tese não foi materializada. Defendemos a consciência de classe, mas os trabalhadores, de modo geral, estão atrelados à consciência profissional**

## ■ Conceição Robaina

Nosso agradecimento à contribuição de Margareth. Vamos ouvir, agora, a assistente social Márcia Canena, ex-diretora do SindJustiça/RJ.

## ■ Márcia Canena, assistente social e ex-diretora do SindJustiça RJ

Gostaria de agradecer pelo convite e reforçar a importância deste evento. Sou assistente social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro há 12 anos, fui diretora do SindJustiça na gestão passada

durante dois anos e atualmente sou delegada sindical de Niterói. Continuei e continuo na militância. Em primeiro lugar, é importante que entendamos que o papel do partido é organizar a classe

toda no sentido da transformação, da revolução. Qualquer sindicato sempre terá um caráter corporativo; ou seja, irá representar determinado segmento, defender os direitos trabalhistas. Porém, além disso, o sindicato ocupa um papel importante na formação política dos trabalhadores, na construção da consciência de classe: portanto, o sindicato não é só um espaço de luta econômica e corporativa, mas também de informação e construção da solidariedade de classe. Na nossa concepção, o sindicato tem que necessariamente se preocupar com o trabalho e a representação de base, e percebemos que esta é uma grande questão hoje, pois há certa crise do movimento sindical. Além do neoliberalismo e do individualismo, que conseguem ideologicamente ganhar cada vez mais espaço na sociedade, os sindicatos também têm dificuldade de garantir essa democracia pela base, o não atrelamento, enfim, de garantir uma credibilidade junto a sua categoria.

Consideramos muito importante o sindicato por ramo de atividades. No caso do Judiciário do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça tem, atualmente, em média, 15 mil servidores; ou seja, um número imenso. Nesta mesma entidade, conseguimos reunir analistas judiciários, técnicos judiciários — que são aquelas pessoas que trabalham mais nos cartórios —, oficiais de justiça, assistentes sociais, psicólogos, comissários, ou seja, todos que trabalham no Judiciário compõem a base do SindJustiça. E o índice de sindicalização é bastante alto para a nossa realidade. Em média, temos pouco mais de 50% da categoria sindicalizada, além de aposentados, o que é um percentual alto frente à realidade que temos por aí. Esta discussão é importante porque, quando trabalhamos em um setor como este, todos temos o mesmo presidente do Tribunal, o mesmo Corregedor, normas, relações com juízes, uma série de questões que nos identificam. Nós fazemos parte desta mesma categoria, que trabalha neste espaço, neste lugar. Então, não poderíamos de forma alguma fazer, por exemplo, uma associação. Entendemos que isso é um equívoco, pois você tem que usar o espaço do sindicato que tem toda base para que você possa garantir a discussão das questões específicas dentro dele, ao invés de buscar fragmentação com associações paralelas que, na verdade, vão fragilizar esses segmentos. Nosso entendimento é de que a entidade sindical é fundamental. Se existe problema numa direção,

há de se fazer a disputa, o debate, o questionamento para se avançar, e não para se criar outras associações que vão dividir os trabalhadores.

O movimento no sindicato por ramo se dá da seguinte forma: para todos os movimentos em que a categoria é chamada, os assistentes sociais participam como qualquer outro servidor, ou seja, nas assembleias, nas greves, na militância, cada um com sua militância, com seu nível de engajamento. De forma alguma um assistente social se coloca diferente em um movimento, por exemplo, de greve. Ele é tão servidor quanto os outros. As pautas de reivindicações são construídas nos espaços democráticos, nas assembleias gerais, nos conselhos deliberativos sindicais, e assim se constrói uma identidade muito maior. Na medida em que nos entendemos como servidores judiciários e compartilhamos essas experiências, essa vivência e as dificuldades, nos identificamos mais. A realidade que temos do Judiciário é de falta de condições de trabalho, de uma série de coisas comuns a todos. É claro que cada um tem suas especificidades. Os assistentes sociais do Tribunal, por exemplo, têm problemas com a relação entre o número de processos e a capacidade laborativa. Hoje são 305 assistentes sociais, alguns se aposentando, e temos uma demanda cada vez maior, uma demanda enorme para o assistente social atuar, uma população em situação de extrema exploração. A consequência disso é o profissional adoecido, exausto e sobrecarregado, que leva o trabalho para casa sem hora extra, que trabalha até tarde, dificultando, inclusive, sua militância. Este é um dos elementos que dificulta a participação do assistente social no movimento sindical, embora devesse até ser o contrário.

A proposta de organização do sindicato por ramo tem uma relação direta com o nosso projeto ético político. É exatamente essa compreensão da luta dos trabalhadores, da luta de classes, mesmo. O SindJustiça, por exemplo, consegue combater um pouco daquele corporativismo que é muito forte em nós, daquela questão sobre se o problema é meu ou não é meu. Conseguimos ter uma visão muito mais ampla de toda a realidade do Judiciário, e mais: pelo fato de sermos assistentes sociais, pela nossa formação, pelo nosso engajamento, pela nossa visão, acredito que temos muito a contribuir na própria luta sindical. Além disso, nós, assistentes sociais do Tribunal, trabalhamos também com

servidores, ou seja, nós conhecemos, melhor do que ninguém, esse lugar, a situação por que passa o servidor de Justiça. A questão do assédio moral, por exemplo, que é gravíssima no Tribunal de Justiça, as relações de hierarquia, as relações de opressão são extremamente fortes; a remoção, que é a grande pressão exercida sobre o trabalhador judiciário etc. Então, nós, assistentes sociais do Tribunal, temos uma capacidade enorme de fazer a análise daquela realidade e intervir nela. Contudo, os assistentes sociais do SindJustiça ainda não têm uma postura de ocupar os espaços dentro do sindicato, um espaço de vanguarda, de disputa política. Ficam muito mais na luta pontual do que na liderança desse movimento.

O SindJustiça é um sindicato muito representativo no estado do Rio de Janeiro, tem muita força política. Vivenciamos isso na ALERJ, nos embates que temos no próprio Tribunal e nos avanços que temos conseguido ao longo dos anos, que são um reflexo da força da entidade sindical. Porém, percebemos que, apesar de ser um sindicato por ramo, onde congregamos todos os trabalhadores, há, sim, especificidades que devem ser consideradas, e esse é o grande desafio. Em 2007, aprovamos a organização de núcleos de segmentos singulares, ou seja, dentro do próprio sindicato temos um espaço para as especificidades. Mas dentro do sindicato, e não fora dele, não construindo nada paralelo e fragilizado. Isso tem que ser implementado, porque é assim que se vai ganhar força, fazendo

a disputa dentro do sindicato. Nós temos um exemplo grave no Tribunal que é, por exemplo, o sindicato dos escrivães, que existe há muito tempo. Em todas as greves, os escrivães se colocam à parte do movimento, e, às vezes, encaminhando demandas que até se chocam. Isso vem nos mostrando ao longo dos anos que não é no divisionismo que avançamos. As proposituras de outros sindicatos só levam a uma marcação, uma separação.

Entendemos que este desafio está dado no sindicato por ramo: garantir a especificidade sem perder a visão do todo, tendo uma identidade de classe. E isso é um papel importante do sindicato, porque é a formação política e o fortalecimento da classe. Gostaríamos de deixar registrado que qualquer outro encaminhamento que não seja para fortalecer a entidade sindical significa uma fragilização. A história mostra há séculos que, quanto mais unificado, mais força se tem.

Esse debate tem que ser feito nas universidades, nas salas de aulas. Nós, assistentes sociais, com a nossa formação, trazemos o debate da discussão política, mas falta, realmente, o engajamento condizente com isso. Somos mais de 50% de assistentes sociais sindicalizados no SindJustiça; no entanto, a militância está aquém do necessário, e precisamos ocupar esse espaço em todos os locais em que atuamos, enquanto empresas ou organização. O importante é que ocupemos lugar enquanto assistentes sociais e que possamos contribuir também com o movimento.

**Este desafio está dado no sindicato por ramo: garantir a especificidade sem perder a visão do todo, tendo uma identidade de classe**

### ■ Conceição Robaina

---

Agradecemos Márcia Canena por suas contribuições e passamos a palavra a nossa última convidada, Maristela Farias, representante do Sindsprev/RJ.

### ■ Maristela Farias, representante Sindsprev / RJ

O Sindsprev, em princípio, era da previdência e da saúde federal, antes da abertura para o ramo da seguridade social, a partir de uma discussão iniciada no Congresso da FENAT, em 1995, e concretizada em 2002, quando a construção do ramo foi de fato aprovada. Hoje, além da previdência, temos a saúde federal, estadual, municipal, FUNASA, FNS, enfim, diversas categorias. O Sindsprev foi vanguarda nessa discussão em nível nacional, porque, mesmo dentro da federação, ela só avançou concretamente no Rio de Janeiro. Isso por que, com o aprofundamento do governo

de frente popular, que levou à paralisia das lutas e acelerou a entrega do país ao capital estrangeiro, se fez cada vez mais necessária essa implementação do ramo como forma de luta mais unitária entre a classe trabalhadora — principalmente a saúde, um setor amplo que abrange muitas categorias e, se não tiver uma unidade de ação na prática, dificulta o resultado das conquistas. Com relação ao imposto sindical, esta é uma política da qual o Sindsprev é contra. Não recebemos o desconto do imposto sindical de nenhuma categoria.

Para continuar minha contribuição,

farei a leitura de uma reflexão a respeito do contexto econômico e as relações de trabalho. Como consequência da globalização, destacam-se a precarização nas relações de trabalho, o aumento do desemprego estrutural, a exigência de maior qualificação profissional e o crescimento do mercado informal. Dentre essas mudanças, podemos citar os cortes nos gastos sociais, a retração do Estado e o aumento da responsabilidade civil. Acrescenta-se, ainda, o não compromisso formal por parte do Estado com o pleno emprego, caracterizando a contraposição aos princípios constitucionais e o aprofundamento das desigualdades sociais. As mudanças citadas irão refletir diretamente na implementação das políticas sociais, especificamente na seguridade social, que possui relação direta com o trabalho, onde a assistência é direcionada aos portadores de deficiência, aos idosos, às crianças e aos adolescentes, ou seja, aos impossibilitados de trabalhar, e a seguridade ampara aos que trabalham, o que nos remete a discutir o trabalho enquanto meio de reprodução humana e subsistência, bem como enquanto determinante quanto ao acesso aos direitos sociais.

Existe um elevado número de trabalhadores ocupados que não contribuem para a previdência social, podendo ser subdivididos em três grupos: os que recebem menos de um salário mínimo, os que possuem idade entre 10 e 16 anos e os que estão acima de 60 anos. No Brasil, a assistência não tem programas para os aptos ao trabalho: os programas de erradicação do trabalho infantil são muito tímidos, e os que estão entre 60 e 67 anos não estão acolhidos pelos benefícios sociais. Os trabalhadores

inseridos no mercado de trabalho, além das mudanças nas relações de produção, sentem ainda o impacto das mudanças impostas pelas reformas no âmbito da previdência social.

Na atualidade, discute-se constantemente a possível crise do Estado devido aos gastos sociais e previdenciários. Tais gastos são vistos de forma secundária, ou seja, por não gerarem riqueza, são postos em segundo plano e caracterizados como sendo dispendiosos. Na verdade, a “crise do Estado” passa pela não arrecadação de impostos dos grandes produtores, pela morosidade e ineficiência na fiscalização da arrecadação tributária. Essa possível crise do Estado impulsiona as investidas do setor privado nas áreas econômicas e sociais. O desmantelamento de estatais ou paraestatais, cujos rendimentos foram negativos, abriu o caminho para que as grandes corporações se estabelecessem.

Os elementos citados anteriormente, privatização e cortes nos gastos públicos, não podem ser considerados meios de ajustar as contas públicas, pois existem países considerados desenvolvidos onde o gasto público é consideravelmente superior ao brasileiro e não existe crise no Estado. Esse fato nos leva a refletir acerca dos caminhos pelos quais estão sendo conduzidas as políticas sociais.

Para concluir, diante dessa conjuntura, os ataques estão sendo aplicados ao conjunto da classe. Por isso, uma organização política destes trabalhadores precisa unificar e não segmentar as lutas. Por isso, defendo a concepção do sindicato de ramo, porque entendo que fortalece a unidade dos trabalhadores, e a partir do todo é que vai se refletir a luta dos assistentes sociais, pois esta luta é de todo o conjunto da civilidade social, assim como da classe trabalhadora.

### ● Público

**Daniele Parente, assistente social da Prefeitura do Rio de Janeiro:** Fico muito feliz com a organização desse debate, que vem sendo há muito tempo negligenciado em torno de uma suposta polarização entre o Conjunto CFESS/CRESS, o Sindicato e a Federação dos Assistentes Sociais, o que causa grande prejuízo no sentido da organização política, porque são lutas complementares em seus campos específicos, de acordo com a legitimidade e com a especificidade de cada uma dessas entidades. Observo como a categoria vem produzindo esse distanciamento das suas entidades de categoria e, ao mesmo tempo, com a fala das representantes sindicais aqui à mesa, identifico algumas contradições.

Por um lado, a partir da fala da representante da FENAS, parece que essas lutas têm seus espaços definidos e seriam complementares; mas não entendo, por exemplo, como há um questionamento tocante ao valor da anuidade do Conjunto CFESS/CRESS, porque é um Conjunto que tem um papel importante, histórico, complementar, um papel de politização, de consolidação da direção social da categoria dos assistentes sociais. Então, me parece uma contradição muito grande esse tipo de ação política e jurídica contra um Conjunto que vem colaborando para essa politização e para esse direcionamento social.

Outra contradição que identifico é no tocante a uma questão mais específica, no âmbito da prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo ainda com a fala da representante da FENAS, sindicato por categoria e sindicato por ramo são complementares, mas, ao mesmo tempo, existe uma ação no sentido de criar mecanismos impeditivos à livre organização dos trabalhadores. Os trabalhadores da prefeitura têm a opção de se filiar ou à Associação Municipal dos Servidores, que é uma entidade cartorial, ou, então, ao Sindicato dos Assistentes Sociais. Então, onde é que fica a nossa liberdade de organização, não temos caminho? Penso que a questão da liberdade de organização deve ser preservada e buscada. Para exemplificar, houve um movimento de organização dos assistentes sociais da prefeitura, em que nós buscamos o Sindsprev e o Sindicato dos Assistentes Sociais para engrossar essa luta e não fomos recebidos. Então, se neste momento é colocado que são lutas complementares, no momento da luta

concreta a complementaridade não se coloca.

**Maria José Peixoto, diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro e da Federação Nacional dos Assistentes Sociais:** É importante registrar neste evento que o Sindicato dos Assistentes Sociais é contra o imposto sindical, que não foi imposto pelo SASERJ, é lei. Essa questão não deve absolutamente ser colocada como “mala” para o nosso movimento sindical. É descontado porque a lei preconiza e os patrões exigem que se pague; senão, não se pode trabalhar na iniciativa privada; isto é o primeiro ponto. Na prefeitura do Rio, todos os assistentes sociais têm um acordo político, administrativamente, no qual, em todo mês de fevereiro, há o prazo de dez dias para que os trabalhadores de nível superior procurem seus sindicatos e paguem diretamente a eles. Neste caso, os assistentes sociais filiados ao sindicato não têm o imposto sindical descontado e são automaticamente absolvidos. Aqueles que não são filiados ao sindicato pagam o seu imposto sindical na Caixa Econômica Federal. Quero deixar muito claro que o imposto sindical não é uma proposta nossa e que repudiamos qualquer contribuição impositiva, e o imposto sindical é uma delas. Nós temos trabalho, temos militância e trabalhamos com muita seriedade.

Se há divergência no entendimento entre ramo e categoria, gostaria de dizer uma coisa: os estudantes, por exemplo, quando estiveram na ponta, trabalhando em uma empresa privada, se não fizerem o acordo coletivo, a convenção coletiva de trabalho, vão ficar sem um real de reajuste salarial ou da inflação. Fiquem atentos a isso, porque são as entidades sindicais de categoria que fecham acordo coletivo com a iniciativa privada. E aí, é preciso repensar de que forma vamos discutir esse sindicato de ramo sem prejudicar aqueles trabalhadores que não estão nas instituições públicas, porque uma coisa é ser trabalhador de instituições públicas, outra coisa é ser trabalhador da iniciativa privada, onde às vezes se trabalha muito e se recebe muito pouco em relação ao servidor público.

**Rose Serra, professora da UERJ:** Existe algo da maior importância chamado formação sindical. Qualquer pessoa que queira entrar nessa luta sindical tem que ter uma mínima

**Não entendo como há um questionamento tocante ao valor da anuidade do Conjunto CFESS/CRESS, que tem um papel histórico, de consolidação da direção social da categoria dos assistentes sociais**

formação, entender algumas coisas, se inteirar da história. Temos que nos preocupar com o que vem daqui para frente, mas não podemos ignorar os equívocos e acertos, que a minha geração, por exemplo, teve. Este é um ponto importante.

Como foi colocado pela Margareth, há um equívoco nessa discussão entre ramo e categoria. Não penso que seja a centralidade da luta, mas movimento de ramo, como foi pensado pela CUT, era outra coisa. Gostaria de dizer que não partilho dessa animosidade, nunca foi a nossa estratégia de luta. Temos que aprender a ler a realidade. Se o real está apontando que os sindicatos voltaram, uma coisa que montamos com a nossa luta, é preciso primeiro ver o que isso significa. Se esses sindicatos foram apoiados pelas bases, eles são legítimos; então, vamos ver o que aconteceu nesse período histórico. Quando digo que fui contra a extinção da ANAS, me baseio no seguinte argumento: ora, nós deixamos espaço vazio, e o espaço vazio foi ocupado pela FENAS. Não basta apenas se constituir contra a FENAS, basta termos uma leitura do real e vermos o que queremos construir agora. Para isso, as pessoas têm que conhecer a história, principalmente os mais jovens, que devem se inteirar do que era realmente a proposta da CUT, não ter uma ojeriza como princípio. A CUT foi fundamental nesse período histórico para que tivéssemos algumas conquistas hoje. Então, não pode ser uma luta tão somente ideológica, tem que conhecer a história de ontem e de hoje.

Eu, por exemplo, não concordo muito com essa história de criar entidades paralelas. Se você não concorda com o sindicato, como nós já fizemos com o Sindicato do Rio de outrora, fomos para dentro dele, criamos um grupo, que foi o embrião da ANAS e que foi a estrutura aprovada para a proposta do Rio. Vivenciamos isso, assumimos o sindicato com legitimidade de algo novo e a ANAS foi uma realidade. Então, sugiro que nos encaminhamentos desse grupo se tenha paciência, que é fundamental para quem quer mudar as coisas. Vamos devagar e sair um pouco desse campo da animosidade. Vamos ver mais fundo para depois construirmos aquilo que é pertinente agora e com consistência de prática política, para que o barco não seja abandonado, porque é difícil essa luta. A luta sindical é muito difícil, nem todo mundo segura a barra.

**Bianca Lessa, presidente do SASERJ e diretora da FENAS:** É lamentável que a mesa tenha sido tão corrida. Por mais valiosa que tenha sido a primeira mesa, o anseio de todos aqui era tratar sobre esse debate: sindicato de ramo e categoria. É importante

pautar qual é o papel do sindicato, realmente. Qual é o papel do conselho? Acho que a base, de uma maneira geral, não tem essa clareza, há uma deficiência na formação. A universidade não discute isso atualmente, e aí ficamos debatendo, numa briga desnecessária. Sabemos que o sindicato é para defender trabalhador e lutar pelo que a base vai pleitear, mas, para isso acontecer, a base tem que estar lá dentro, tem que participar. Não adianta irem dez pessoas na assembleia do sindicato, decidir os encaminhamentos, e os outros cinco mil que estão de fora dizerem que não é daquela forma, é de outra. Ouvi uma frase de um professor que diz: se quero que o sindicato tenha a minha cara, tenho que estar lá dentro do sindicato. E quando decidi que tinha de me representar, me propus a participar. Faço questão de representar minha categoria, faço questão que o Sindicato represente o que acredito ser pertinente e não me proponho a ficar do lado de fora reclamando dizendo que o sindicato não faz, que o sindicato poderia fazer. Assim como, no momento em que eu achar que o CRESS tem que fazer isso ou aquilo, vou para dentro do CRESS cobrar. Mas, infelizmente, não temos essa prática, por isso este encontro é muito válido, e pertinente este debate, que deve ser ampliado para a categoria de uma maneira em geral, em um segundo encontro.

**Tânia Diniz, assistente social, conselheira do Conselho Federal de Serviço Social:** Gostaria de parabenizar o evento, parabenizar a forma como ele foi construído, com essas duas mesas. Está posto um desafio para nós. Quero reforçar o que a Bia colocou na primeira mesa: mais do que ficar discutindo a forma, é preciso fazer o debate do conteúdo, de como pensar essa sindicalização como forma de organização da categoria, e aí vale a pena reafirmar que o Conjunto CFESS/CRESS, como sujeito político coletivo, vem defendendo, vem construindo coletivamente nosso projeto ético político, buscando as mais diferentes estratégias na defesa desse projeto, na defesa dos trabalhadores, dos serviços prestados aos usuários. Nesse sentido, acabamos de saber, por exemplo, que como resultado da nossa luta coletiva, foi homologada a convocação de 450 assistentes sociais para a previdência. Isso é muito mais do que regulação, isso reforça o coletivo. Estamos na luta cotidiana buscando as mais diferentes formas de enfrentamento do projeto neoliberal.

**Moara Paiva Zanetti, assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:**

Gostaria de dizer que este debate da organização sindical da própria categoria ainda está muito defasado na academia. Nossa formação tem um caráter diferenciado e me causa estranhamento quando vejo que o nosso índice de filiação sindical é igual ao da classe trabalhadora como um todo. Boa parte, eu inclusive, não está filiada a espaço nenhum. É importante chamar para a organização sindical, mesmo, não entrando agora no mérito de ser por ramo ou por categoria, até por que não é uma coisa dada a ideia de que o sindicato por ramo é revolucionário e por categoria é conservador.

Quero falar da minha experiência em relação ao SASERJ e chamar a atenção para quando o Valério Arcary fala sobre discurso e prática, pois se pode ter uma fala inflamada, quase revolucionária, mas é preciso ir às práticas. Nas vezes em que eu e companheiros da Prefeitura fomos procurar o sindicato, não fui recebida, fui quase expulsa do sindicato. O dia, por exemplo, do debate com os prefeituráveis foi o mesmo dia em que o Marcelo Garcia, nosso almoz na SMAS, esteve lá para fazer um ato de filiação. Ou seja, se criou um palco ali, chamou-se a categoria para o debate com os prefeituráveis, mas também o gestor, que foi lá fazer um ato de filiação de pleno apoio a essa gestão do SASERJ. O que isso significa? O que significa entrar na Justiça em relação à anuidade do CRESS? O que significa entrar pela via judicial contra uma entidade que faz luta política, sim, não dá conta das questões sindicais, mas que também não é só de regulação, tem papel político? O que é tentar desmontar essa entidade pela questão financeira?

Outro ponto a ser levantado é a filiação do nosso Sindicato e da FENAS à CUT, que cumpriu um papel histórico, mas que hoje já temos clareza de que tipo de papel cumpriu. Quanto ao imposto sindical, há vários sindicatos que o devolvem. Se vocês são tão contra, então por que não devolvem para quem contribui? Existem várias formas de se fazer isso.

A relação entre Marcelo Garcia e SASERJ todo mundo conhece, mas várias outras, como a da prefeitura de Nova Iguaçu, são exemplos dessa articulação entre o SASERJ e os gestores municipais para estabelecer acordos que não necessariamente são em benefício da categoria.

O chamado para a organização sindical é também um chamado para a observação das contradições. Quem acha que o caminho é pela organização por categoria, também convidado a estar lá dentro para tentar mudar, porque atualmente é muito complicado e não representa a nossa categoria.

**Jefferson Lee de Souza Ruiz, assistente social e assessor político do CRESS/RJ:** Gostaria de abordar três questões. Concorde que os percentuais de participação sindical dos assistentes sociais estão muito abaixo da média da classe trabalhadora. Segundo as pesquisas que estão disponíveis, os assistentes sociais têm nível de participação em sindicatos, o que não significa sindicalização, em torno de 10%. E dados do DIEESE de quatro a cinco meses atrás apontavam a sindicalização média da classe trabalhadora brasileira em torno de 17% no país. Não é uma diferença de apenas meio por cento. Isso é um problema sobre o qual realmente temos que nos debruçar. Penso que a categoria tem que fazer experiências concretas de luta, seja em que modelo de sindicato for, para poder saber qual a forma mais adequada para a sua organização. Mas eu defendo, pessoalmente, que a organização por ramo é a mais adequada.

Quero deixar duas questões para serem pensadas quando este debate for retomado, com mais tempo. A primeira é que o sindicato profissional em geral vai na contramão da construção do ramo, porque ele promove a organização por categoria, a organização corporativa. Na minha impressão, os sindicatos profissionais contribuem para uma divisão social do trabalho que é muito moldada à lógica capitalista. Não é a toa que a maioria dos sindicatos profissionais são de pessoas formadas em nível superior, o que alimenta uma divisão entre aqueles que têm acesso à graduação e aqueles trabalhadores que não têm acesso à educação. Portanto, de novo, o trabalho intelectual, o trabalho manual e várias outras divisões que estão escritas por grandes contribuições marxistas ao longo da história.

Uma segunda questão que gostaria de registrar para os próximos debates é que várias vezes foi mencionada aqui uma falsa polêmica entre FENAS, Conjunto CFESS/CRESS, CRESS e SASERJ. Não compartilho dessa visão. Estou no CRESS há dez anos e acho que, em vários momentos, houve tentativa de aproximação desse debate, e todas as vezes que isso não evoluiu foi por diferenças políticas. A FENAS continua defendendo, pelo que sei e já ouvi sendo falado publicamente, que o Conjunto CFESS/CRESS não deve estar representado em conselhos de direitos e políticas porque não é representação legítima de trabalhadores. Por exemplo, há a questão que já foi amplamente tratada aqui da tentativa de inviabilizar o Conjunto CFESS/CRESS. Uma coisa é o companheiro Ivan Pinheiro, na sua fala inicial do Encontro Nacional do CFESS/CRESS, em 2005, dizer que os assistentes sociais precisariam pensar outra forma

**Não é uma coisa dada a ideia de que o sindicato por ramo é revolucionário e por categoria é conservador**

de organização que não o Conjunto CFESS/ CRESS porque não seriam instrumentos de luta — e isso foi revisto por ele depois, no debate, que não consta na transcrição —; outra coisa é ouvirmos assistentes sociais retomarem esse debate para o público. Para mim, isso é desconsiderar a contribuição que o Conjunto CFESS/CRESS teve na mudança histórica dessa profissão.

Por fim, gostaria de dizer que, sem desconsiderar as mediações que existem em todo esse debate, só conheço uma experiência — posso estar desatualizado — de sindicatos que se dizem contra o imposto sindical e que tomaram medidas concretas para além da mera devolução do imposto sindical da sua categoria: o Sindicato dos Eletricitários de Campinas. Para vermos como tem que se fazer mediação, o presidente atual da CUT, que todos sabemos qual papel cumpre na conjuntura, é deste sindicato. Mas é o único que conheço que teve a coragem de entrar na Justiça para pedir que se impedisse a cobrança de imposto sindical de qualquer trabalhador, sindicalizado ou não, no seu sindicato. Isso é dizer e atuar no sentido de combater a existência de imposto sindical e fica aqui, assim, um desafio para a FENAS e para o SASERJ.

**Nelson Coelho, assistente social:** Na minha humilde opinião e entendimento, penso que está sendo colocada aqui uma falsa polêmica, ser contra ou a favor do sindicato por categoria ou sindicato por ramo. Para mim, a realidade aponta para outro caminho, e posso falar isso por experiência própria. Militei por alguns anos no movimento estudantil da UFF, onde tivemos greves duras, difíceis e algumas vitórias. Isso só foi possível por que setores do movimento estudantil, os trabalhadores da UFF e muitos dos professores se uniram. Essas vitórias foram bastante necessárias, até mesmo para a motivação da luta de estudantes dentro da universidade. Respeito os companheiros e as companheiras que defendem que temos que nos organizar pelo sindicato de assistentes sociais, mas sou totalmente a favor de nos organizarmos por ramo. A nossa classe está cada vez mais fragmentada, e organizar o sindicato de assistentes sociais só pela categoria vai fragmentar ainda mais a luta da classe.

Para concluir, penso ser muito complicado setores se colocarem contra algo que é uma luta histórica da classe trabalhadora. Gostaria que a FENAS explicasse aqui para toda a categoria por que se colocou contra a redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais para 30 horas semanais. Essa foi a informação que me colocaram. Se não for isso, gostaria de esclarecimentos e peço perdão de minha parte.

**Janete Luzia Leite, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e militante da base no âmbito do sindicato nacional dos docentes universitários:** Mais do que fazer a organização por ramo ou por categoria, é importante saber o que entendemos por concepção sindical, pois isso começa a clarificar, e aí volto a Bia e a Rose, que chamam a atenção para a história. Nós entendemos que a CUT teve um papel primordial, mas é preciso entender o que é a CUT hoje. E quero saber o que é estarmos nos vinculando a um sindicato que está na base da CUT. Isso, para mim, não é ser contra o neoliberalismo. A CUT é a central sindical chapa branca, é a central sindical do governo. Gostaria de ouvir um pouco a que esse sindicato se propõe. Não ouvi isso. Qual é a concepção que se tem de sindicato? Temos várias questões que têm que ser debatidas antes de entrar na opção por ramo ou por categoria.

Nesse sentido também vem a indagação de como é que vamos continuar sem esse divisionismo e como vamos fazer essa vinculação, pois ela é voluntária, mas também é compulsória: se você se vincula, o imposto está garantido. Hoje, a reforma sindical do Governo Lula está indo de vento em popa. O sindicato chapa branca está começando a querer se sustentar formando pequenos sindicatos locais para formar federação. É esse o movimento do PROIFS: são vários sindicatos locais, porque o dinheiro dos sindicatos vai para a federação, da federação vai para a central sindical. Temos que pensar nisso e conhecer a realidade, sim.

**Simone Lessa, assistente social da UERJ e filiada ao Sintuperj:** Tenho tido a oportunidade, nos últimos anos, de conhecer a realidade dos assistentes sociais que trabalham na política de assistência na Baixada Fluminense, que é uma realidade muito dura, de uma precarização de trabalho absurda, nós temos números sobre isso. É uma carga horária de trabalho importante, uma remuneração insuficiente — para não usar uma expressão mais dura —, condições de trabalho precaríssimas, com salários atrasados, sem vínculo empregatício. Muitos colegas não têm sequer uma entidade mantenedora que faça um vínculo com a prefeitura; são pessoas que não têm vínculo algum. E sei que o CRESS, como entidade que regulamenta e fiscaliza a profissão, acompanha isso. Queria saber se o sindicato tem acompanhado, se percebe o seu papel nesse processo. São trabalhadores, resultados de um processo maior, que a mesa já indicou, da precarização, da “ONGnização” das políticas públicas e, em especial, das políticas de assistência. Gostaria de saber se vocês têm pensado estratégias nesse sentido, já que é um sindicato de base estadual.

**Perciliana Rodrigues, assistente social da UERJ:** Sou assistente social aqui da universidade, trabalho no hospital Pedro Ernesto, sou militante sindical, sou atualmente da oposição do Sintuperj, faço parte da diretoria executiva da Conlutas, participei da formação da nova central e sou militante do PSTU. A minha escola, a parte da minha formação política que fez com que eu chegasse até aqui, foi militância na categoria. Pouco participei do movimento estudantil, mas foi a militância no CRESS, no Sindicato dos Assistentes Sociais e na base da ANAS que possibilitou a minha formação política, para que hoje eu pudesse militar em espaços mais amplos, que reunissem outros segmentos de trabalhadores.

Gostaria de colocar duas questões, e me parece que há uma confusão que já pode ser uma pauta para um novo debate: o que é a concepção e o papel dos sindicatos? Para que servem os sindicatos? O sindicato pode servir como uma escola para a revolução, pode servir como instrumento fundamental para o avanço de consciência da classe trabalhadora. E se for por ramo, se ele tiver uma política de unificação mais ampla, melhor é, porque ele vai ajudar a acelerar o processo de consciência da classe, de tomada de consciência da classe. Agora, há uma confusão entre o que é o sindicato enquanto organismo, enquanto instrumento de luta, e as suas direções, o papel das suas direções. E aí a nossa tendência é jogar tudo fora: joga sindicato com direção e a categoria se afasta. Vivemos esse problema, hoje, aqui na universidade. O Sintuperj já foi um dos sindicatos mais combativos do estado, porque a política que estava colocada pela direção do seu programa, que prezava pela democracia operária, pela participação da

base, pelo princípio da independência e autonomia sindical, que é fundamental. Não é possível fazer luta para os trabalhadores se o sindicato, seja por ramo ou por categoria, for atrelado a patrão e ao governo, não é possível. Infelizmente, nesses últimos anos, a atual direção do sindicato é uma direção entreguista, subordinada à ordem que está aí. A base se desfiliou em massa, porque ela olha para o sindicato e diz: “Esse não é mais o sindicato em que eu confio, esse não é mais aquele sindicato de luta”. E aí ela se afasta, porque confunde o que é direção e o que é instrumento da sua organização. E aí, obviamente, temos uma batalha muito maior para convencer aquele companheiro de que, apesar dessa direção, ao refletir de fato seus interesses, ele não pode se desfiliar, ele tem que continuar na luta participando para mudar essa direção, dar condução política. Penso que estamos fazendo um pouco disso aqui, misturando essas duas coisas.

Apesar de defender a concepção do sindicato por ramo, penso que um tema para um bom debate, com desdobramentos, é a questão do papel das direções. Isso é fundamental, porque vai estar colocado em todos os âmbitos da luta. Para terminar, gostaria de fazer um chamado para a proposta que a comissão traz como desdobramento desse seminário, no dia 20, aqui mesmo na UERJ, às 17h30: uma plenária de avaliação desse encontro para perceber o quanto ele pôde avançar nas discussões, o quanto ele ainda é débil e que outros passos podemos e devemos tomar a partir desse primeiro momento. É assim que a categoria vai poder mostrar o seu real interesse e o seu comprometimento com seu processo de luta.

**Participamos do Conclat e avaliamos que foi um congresso positivo. Não alcançou o objetivo final, mas reuniu quatro mil trabalhadores. Portanto, é significativo**

### ■ Conceição Robaina

---

Após as contribuições do público, voltaremos a palavra a nossas convidadas, para que possam, rapidamente, fazer suas considerações.

### ■ Cíntia Teixeira

---

Não vou entrar no mérito específico da categoria do Serviço Social. A única reflexão que posso colocar é a necessidade de se fazer o balanço do que conseguimos construir enquanto ramo, não só no serviço público. Temos que ser consequentes também com que está colocado no mercado de trabalho hoje. No sindicato de categoria é fato, concordo com a Perciliana, que só conseguimos construir o avanço de uma consciência de classe quando unimos as lutas. Nós viemos percebendo isso ao longo do tempo. Agora, existem pontos que temos que avaliar de que modo vamos encaminhar. No Sindsprev, por exemplo — a Maristela está aqui e não vai me deixar

mentir — tirando o que é minoria, maioria, maioria da direção, minoria ou não, existem os núcleos e existem também debilidades. Mesmo que tenha sido construído o ramo, há núcleos que são hiperavançados, porque existe ali uma luta ferrenha, com a qual se consegue construir uma consciência de classe, mas também existem setores que são quarteirizados na saúde e que têm uma grande debilidade de fazer a discussão.

Então, ao mesmo tempo em que temos que ter paciência, temos também que avaliar que essa reflexão não significa fechar o sindicato e montar um sindicato de ramo, não é essa proposta, mesmo por que a consciência da classe trabalhadora

não está ganha para isso. Em minha opinião, tem que ser algo construído, trazendo um pouco a realidade da minha categoria, que é também saúde, mas não tem apenas nutricionistas, tem também enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos etc. Tirando por minha experiência: somos a favor do sindicato de ramo. Temos experiências próprias de que isso é positivo, mas onde nós temos pernas, referências e militância lá na ponta. Agora, se vivemos um momento de refluxo, onde não há consciência da classe, onde as pessoas não se veem no sindicato, não se organizam nos sindicatos ou em fórum nenhum, como na prática vai se dar a construção de sindicato de ramo? Fico contente por que a nova conformação do Sindicato dos Nutricionistas traz um

### ■ Margareth Alves Dallaruvera

Vou tentar ser bem breve em relação ao que Daniele coloca. Primeiro penso que nós temos que ter bastante tranquilidade, transparência, lealdade e, principalmente, a verdade. A FENAS nunca ajuizou processo algum na Justiça contra anuidade. O que aconteceu com o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro foi uma assembleia no Sindicato dos Metroviários, amplamente divulgada, com bastante participação da categoria, com convite e presença da direção do CRESS 7ª Região. Fizeram todo o processo de falar e explicar a questão do orçamento e a receita do Conselho, mas a base da categoria deliberou que o Sindicato deveria entrar com uma ação na Justiça. Nós estamos falando aqui de discurso de base, o CRESS esteve lá com sete ou oito representantes da direção, todos falaram, todos defenderam. Nós defendemos a assembleia, a organização de base, e a base se organizou em uma assembleia legítima e votou. Em nenhum momento o CRESS deixou de saber. Foi convidado, esteve presente em todos os momentos da assembleia. Isso foi em 2002, o SASERJ só ganhou por mérito agora e não foi como divulgado, para os 22: foi para todos os assistentes sociais filiados ao SASERJ até 2002, diferente do que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde ganharam a liminar. Aqui não foi liminar, a ação é de 2002 e o mérito só saiu agora, já está em fase de execução, mas são processos que têm que ser discutidos depois. Isso é outro debate, nós não viemos aqui discutir este ponto. Estamos abertos para discutir em um espaço específico essa questão da anuidade.

Com relação à colocação, ainda de Daniele, a respeito da Prefeitura, ASFON-Rio e SASERJ, com certeza vamos ter liberdade, inclusive a liberdade de entrar nos sindicatos e disputar a hegemonia da direção das

leque do movimento estudantil. Nós não somos filiados à CUT e nem à Conlutas. Participamos do Conclat e avaliamos que foi um congresso positivo. Não alcançou o objetivo final, mas reuniu quatro mil trabalhadores. Portanto, é significativo, os trabalhadores não podem ignorar esse fato. Mas é importante avaliar e ter paciência.

Outra discussão que é importante fazer, e a minha categoria já faz, é a função de conselho e sindicato. Isso é um debate longo, de autarquia federal e movimento sindical, mas a verdade é que o Conselho de Serviço Social é um conselho avançado politicamente, perante o que é o meio, e isso é importante, tem que ser levado em consideração.

entidades. E se não for na ASFON-Rio e não for no SASERJ, vamos então à categoria em que se sentir representado para disputar o Sindicato dos Servidores Municipais.

Em relação à intervenção de Rose Serra, penso que a realidade tem que ser conhecida, colocada, percebemos que as pessoas falam sem conhecer a realidade. Não vejo equívoco na extinção da ANAS. Tenho dito sempre que nós respeitamos o movimento, temos orgulho. O livro da Bia está sempre conosco, tudo o que vocês escrevem, os anais da ANAS, tudo está lá, guardado conosco. Foi a conjuntura, um processo daquele momento. Hoje é outro momento: a base se organiza, discute e agora o mais importante é respeitar o movimento da base, e não fazer aquilo de “vou virar as costas porque vocês não existem”. Querendo ou não, nós existimos, estamos aí, estamos crescendo, e crescendo na luta que está localizada pela base.

A questão da deficiência da formação profissional colocada pela Bianca é um debate para o qual convidamos os representantes da formação profissional para discutirem no nosso CONFENAS. São sempre convidados para todos os nossos CONFENAS, mas, infelizmente, não aparecem para o debate.

Moara, gostaria que as coisas fossem relatadas da forma exata. Nem Moara, nem ninguém, jamais foi expulso do sindicato. Temos que parar com isso, nós não somos crianças, não estamos aqui para ficar enganando com discurso bonito e não ter prática. Não apresentamos discurso teórico aqui, apresentamos prática de militância. E o nosso sindicato, toda última segunda-feira do mês, está aberto para a categoria, é a diretoria falando com a categoria. O problema que aconteceu de relação com a Moara foi de que não foi o grupo que colocou em relação aos assistentes sociais.

No momento em que nos convidaram para uma mesa, inclusive, já estava tudo pronto sem nenhum respeito a nossa pessoa. Então, é outro problema e estamos abertos para fazer essa discussão.

Quanto ao imposto sindical: nós devolvemos o imposto para aqueles que são filiados, nós devolvemos. Muito do imposto sindical não vai para o nosso sindicato, mas este é um assunto que realmente vamos ter que desmembrar depois para podermos agora passar a palavra.

O que é mais grave aqui, também colocado por Moara, é a relação entre o sindicato, Marcelo Garcia e a prefeitura de Nova Iguaçu. Quero deixar registrado neste evento que não existe nenhuma ligação pessoal, principalmente minha, com Marcelo Garcia. Não é o projeto político que defendo; ele é do DEM, não defendo o projeto dele. Vocês têm todo o direito de se manifestar, mas também é bom sabermos ouvir. Amigo é aquele que frequenta a nossa casa, mas, na hora em que nós estamos lá lutando para a entrada dos concursados na Prefeitura, estamos falando com o gestor. Ele é gestor ligado ao DEM, que não tem nada a ver comigo na minha postura pessoal, profissional, ética, moral, e nem dos demais dirigentes do nosso sindicato. Em Nova Iguaçu, Moara, você deve se lembrar bem, estávamos lá na Prefeitura brigando com os vereadores, onde os assistentes sociais

estavam ganhando pouco. Quem fez a luta lá fomos nós, Moara. Quem fez a greve na assistência social da prefeitura de Nova Iguaçu foi o nosso sindicato.

Para terminar, Jefferson coloca, entre outras coisas, nossa fala em relação ao CFESS/CRESS não ter assento dos conselhos de direito. É outra inverdade, não é isso. Não é esse o debate que está posto não só pela FENAS, mas por todas as federações de categorias profissionais, muito pelo contrário. Nós entendemos que os conselhos são importantes, eles têm papel importante na consolidação das políticas públicas. Porém, nós defendemos que é o espaço do controle social, que não é o segmento dos trabalhadores, mas é o segmento da garantia de defesa de direitos. Esse é o debate. O que está acontecendo é a deturpação de algumas falas, de alguns posicionamentos. Infelizmente não vou poder terminar, mas nos ressentimos de não aprofundar e não qualificar o debate, não poder efetivamente mostrar, inclusive, o que a nossa entidade defende. Não é com 20 minutos ou com meia hora, mas com certeza o sindicato está aberto, a FENAS está aberta toda última segunda-feira do mês, às 18h. Sempre foi assim, historicamente. Vamos lá para dentro discutir. Vamos tratar essas questões com seriedade, sem muita emoção e sem inverdades.

## Nós devolvemos o imposto sindical para aqueles que são filiados

### ■ Márcia Canena

Quero agradecer e penso que o que está ocorrendo aqui mostra de fato a necessidade dessa discussão. Cada debate é uma questão político-ideológica. Ficou clara para mim a necessidade de se levantar dados de fato, de sabermos o que está acontecendo com a nossa categoria, com a nossa militância.

Gostaria de lembrar que a comissão de fiscalização do CRESS fez uma pesquisa importante no sistema sociojurídico, levantando os dados da realidade desses trabalhadores. Este é um caminho muito importante, também, além do debate do seminário, do debate político-ideológico estar

travado, isso está dado aqui, mas também levantarmos dados para conhecermos melhor a nossa realidade.

Quero lamentar muito e dizer que, no próximo seminário, se consiga organizar melhor o tempo das mesas, porque este debate foi muito prejudicado. Precisamos de tempo para as pessoas se colocarem. Mas acho que é um avanço, é um grande evento, importantíssimo, e pudemos conhecer um pouco mais, pensar um pouco mais sobre a necessidade da nossa organização enquanto trabalhadores, seja como for, essa necessidade de organização sindical.

### ■ Maristela Farias

Concordo com Perciliana quando ela coloca que, independente de ser sindicato por categoria ou por ramo, se não existir o respeito à democracia operária, e se as instâncias do sindicato não funcionarem, não dá certo. Também defendo o sindicato de ramo. Estamos a serviço da constituição do ramo, ainda com debilidades e até mesmo com alguns desvios burocráticos, até por que as falhas fazem parte da natureza humana. Mas temos que continuar lutando para mudar as coisas, para avançar nas formas. E para que isso aconteça de fato, a base tem que estar no sindicato, tem que estar na militância. O sindicato é só um

instrumento, ele não tem pé, não tem braço, quem faz o sindicato são os militantes, é a base do sindicato. Então, se não houver essas pernas e esses braços, não existe o sindicato.

Quero dizer que esse momento está sendo muito importante e é só o primeiro debate. Pela discussão que se deu aqui, se vê a necessidade de dar continuidade a essa discussão. Reivindico também que o tempo seja maior, mas entendo que nesse momento a discussão inicial proposta era de esclarecimento do funcionamento e da burocracia sindical, por isso não foi tão priorizado este segundo debate, que vai continuar.

## ■ Conceição Robaina

---

Nos foram solicitadas mais três intervenções. Após consulta à coordenação do evento, vamos abrir esta possibilidade, pedindo às colegas que sejam o mais breve possível.

## ■ Martha Fortuna, assistente social e diretora do CRESS/RJ

---

A primeira colocação é que a questão das anuidades não foi estendida no processo que foi judicializado. No processo judicial das anuidades impetrado em 2002 só foram atendidas 22 assistentes sociais. Não foi estendido para a categoria como um todo, isso está documentado. São só 22 assistentes sociais que ganharam na Justiça, através de ação do Sindicato, confirmado pela assessoria jurídica do CRESS 7ª Região, na Promotoria, nas varas etc.

A segunda, para deixar bem claro: se é a anuidade está sendo questionada, a assembleia do CRESS é aberta, divulgada amplamente nos

jornais, conforme o estatuto e o regimento do Conselho, e se há um questionamento sobre isso, eu me pergunto ou pergunto a todos: por que essas assistentes sociais, inclusive as que compõem o sindicato, não participam das assembleias de definição da anuidade? Por que não podem estar presentes? Porque não vão às assembleias discutir? Tivemos recentemente uma assembleia para definir os rumos da categoria, as teses para o Encontro Nacional CFESS/CRESS, e não havia uma assistente social que se filiasse ao sindicato. Então, se é uma discussão sobre a entidade, participe do evento, participe da entidade.

## ■ Moara Paiva Zanetti, assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

---

Gostaria que as pessoas entendessem sobre o “quase expulsar”. Talvez seja essa a nossa divergência, Margareth. Foi dito pelo sindicato às pessoas da Prefeitura que estavam lá que não sabiam o que estávamos fazendo ali, que não deveríamos estar ali. Fomos levar uma carta de demandas para o novo prefeito e disseram que não deveríamos entregar aquilo e queriam cercar a nossa fala. Então, talvez a nossa divergência seja sobre o que significa o “quase expulsar”, mas, enfim, foi essa a postura do sindicato em relação aos trabalhadores e à categoria. E foi outra a postura em relação aos gestores.

Não sei de sua relação pessoal com o

Marcelo Garcia aqui no SASERJ. Pelo que avalio, é muito pior: é uma relação política, que coopera com um projeto profissional conservador, um retrocesso no que conseguimos avançar, indo de acordo com os gestores. Então, sua relação pessoal não sei e não me interessa, mas o que vejo é bem pior. Você poderia ser até amiga dele, mas não levar isso para dentro do Sindicato. Não vou ficar dizendo: “É verdade, é mentira, é a minha palavra contra a dela”. Não sei essa nova gestão, mas quem participou em algum momento daquele Sindicato, tentou reivindicar alguma coisa, talvez possa dar seu testemunho.

## ■ Margareth Alves Dallaruvera

---

Faço questão de responder às duas. As 22 assistentes sociais que estão nos autos do processo judicial são as que assinaram a lista de presença, as que estavam na assembleia. São profissionais que foram dar seus contracheques. Inclusive agora, na execução, o desembargador solicitou a relação de todos os assistentes sociais filiados até a data da assembleia. Foram mais de 1.000 assistentes sociais e a lista foi entregue esta semana para entrar na execução dos autos do processo. Agora, o debate não foi para isso. Vamos debater ou no CRESS ou no sindicato.

Em segundo lugar, quero dizer, Moara,

que no SASERJ recebemos todo mundo, sempre recebemos. A companheira que está aqui, hoje, falando pelo Sindsprev, e que é enfermeira, chegou no Sindicato na época em que foram vários candidatos a prefeito lá, e se apresentava como líder dos assistentes sociais, falando em nome dos assistentes sociais. É muito complicado outro trabalhador entrar na sua sede, sendo de outra categoria profissional, e vocês em nenhum momento colocaram isso. Mas esse não é o momento, e temos que colocar com clareza, transparência e verdade.

## ■ Conceição Robaina

---

Para encerrar o evento, em nome da comissão organizadora, queremos registrar a presença de cerca de 200 participantes neste seminário, agradecer e parabenizar a todos pela sua participação.

# Panorama das Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais e Perspectivas de Organização Sindical

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) - Auditório 51  
6 de Maio de 2011

■ Conceição Robaina, assistente social, conselheira do CRESS/RJ

Boa tarde.

É com enorme satisfação que abrimos este primeiro seminário do mês de maio de 2011. Ele ocorre na primeira semana de uma verdadeira maratona de atividades, em cerca de 20 diferentes cidades do estado do Rio de Janeiro. São minicursos, seminários e mesas-redondas, pensados para oferecer aos assistentes sociais, estudantes e demais interessados um panorama da produção teórica e prática do Serviço Social, mas também para possibilitar um debate sobre alguns dos principais desafios que se apresentam à nossa profissão e a políticas sociais nas quais atuamos. Neste ano de 2011 há uma característica específica no Mês do Assistente Social. Suas primeiras atividades serão coordenadas por uma gestão do CRESS que se encerra no próximo dia 13 de maio, em nome da qual hoje me manifesto, a gestão “Ética, Autonomia e Luta”. A partir do dia 16, a coordenação das atividades estará a cargo dos dezoito colegas recém-eleitos para a direção da entidade, na chapa que tem por nome “Trabalho e direitos: a luta não para”. Desde já desejamos aos colegas

muito sucesso nas tarefas que terão e convidamos aos assistentes sociais, estudantes e demais aliados a apoiarem as atividades e lutas a serem desenvolvidas.

Nosso seminário de hoje debaterá um tema tão polêmico quanto necessário para a conjuntura dos dias atuais: as condições de trabalho a que estamos submetidos na atualidade e nossa organização sindical. Para contribuir com nossas reflexões, receberemos dois convidados, que serão melhor apresentados mais à frente pela mesa do debate central: a professora Cleier Marconsin, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, e o professor Mauro Iasi, da Escola de Serviço Social da UFRJ. Também poderemos ter acesso a importantes informações sobre a nossa própria organização sindical, organizadas a partir de uma pesquisa que foi realizada por um projeto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, coordenado pela professora Maria Inês Bravo, em evento que realizamos no ano de 2010.

As condições de trabalho a que os assistentes sociais estão submetidos certamente não diferem significativamente daquelas vivenciadas pelo conjunto

## **Temos uma certeza: não há solução para essas demandas no enfrentamento individual do complexo mundo do trabalho**

da classe trabalhadora. Experiências como salários insuficientes, pressão por produtividade, autoritarismo das relações de trabalho, ausência de condições efetivas de um bom atendimento à população se alinham a medidas que hoje visam desqualificar as políticas públicas existentes, transformando-as em espaço de investimento e lucro privado e depondo contra seu caráter gratuito e universal. O Conjunto CFESS/CRESS, no âmbito de sua atuação, tem buscado cumprir para a identificação dessas situações e para sua solução. Por exemplo, através das ações das comissões de orientação e fiscalização dos CRESS's de todo Brasil e de iniciativas como a resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social. Além das condições apontadas naquela resolução, hoje convivemos com a luta pelas 30 horas semanais da jornada de trabalho. Embora aprovada por lei federal em agosto de 2010, passados quase nove meses, diversas instituições se negam a reconhecer esse direito, o que vem exigindo de nós muitas ações políticas, jurídicas e de divulgação do direito às 30 horas, de forma a conseguir ampliar seu alcance para toda a categoria.

Queremos dizer, desde já, que temos uma certeza: não há solução para essas demandas no enfrentamento individual do complexo mundo do trabalho, com seus interesses distintos e modos particulares de funcionamento, sobretudo em uma sociedade capitalista.

Esta constatação nos leva, necessariamente, ao segundo ponto do nosso seminário de hoje. A história da organização dos trabalhadores construiu em alguns séculos, como um dos instrumentos de sua luta, as organizações que conhecemos por sindicatos. Estas organizações adquirem perfis próprios, a depender de diferentes fatores: geográficos (podem ser diferentes de país para país); conjunturais (podem ter maior ou menor grau de dependência dos diversos governos, bem como se fortalecer em momentos em que outras lutas populares organizam massas em defesa dos seus direitos); organizativos (podem ser menos ou mais democráticas, menos ou mais burocratizadas), entre outros. Todos esses aspectos em geral se relacionam entre si.

Os assistentes sociais brasileiros há várias décadas contribuem para essa organização. Vários deles o fizeram em entidades próprias da categoria (os chamados sindicatos profissionais ou, se quiserem, corporativos). Outros, em sindicatos gerais, que organizam

trabalhadores de diferentes profissões, formações, níveis de escolaridades e atribuições. Fomos, também, uma categoria com presença ativa em momentos importantes na história da luta sindical brasileira. Para citar apenas um deles, lembramos a fundação da Central Única dos Trabalhadores, na década de 1980.

Esta nossa história já foi recuperada no primeiro seminário sobre organização sindical, organizado pelo Movimento Pró-Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com o CRESS, que aconteceu aqui na UERJ em julho do ano passado<sup>4</sup>. Na avaliação daquele evento, vários colegas apontaram que foi uma oportunidade ímpar, extremamente importante para todos os presentes, mas que precisávamos continuar nosso diálogo sobre os diversos aspectos que envolvem a organização dos trabalhadores em geral, e por conseguinte, dos assistentes sociais brasileiros.

Estas são, portanto, as tarefas que nos trazem ao seminário de hoje. Nosso método será o debate fraterno, sem esconder possíveis divergências entre nós, pois é no confronto democrático de ideias que podemos chegar a estratégias que nos apontem os caminhos mais adequados e unitários a seguir.

Ciente da importância desse tema e dessas demandas, a atual diretoria do CRESS-RJ apoiou, desde o início, a realização dos debates sobre esses temas. É fundamental destacar que a organização desse seminário, tal qual o primeiro, foi realizada em conjunto com o Movimento Pró-Organização Sindical dos Assistentes Sociais, embora ele esteja no bojo das atividades do mês de maio, que tradicionalmente são promovidas pelo Conselho. Cabe registrar, assim, nosso agradecimento aos companheiros de base que contribuíram para que este evento acontecesse. Da mesma forma, gostaríamos de agradecer a colaboração e o companheirismo da direção da Faculdade de Serviço Social da UERJ, sobretudo na pessoa do professor Marcos José Duarte, que hoje não pôde estar conosco, mas pediu que estendêssemos suas saudações a todos e dissêssemos que ele estará presente no dia 13 de maio, no evento comemorativo do Dia do Assistente Social e de posse da nova direção, também aqui na UERJ.

Antes de constituirmos a mesa de debates desse seminário, que será conduzido pelas companheiras Martha Fortuna e Denise Nicacio, vamos conhecer por quinze minutos os dados que foram

<sup>4</sup> O conteúdo do Seminário encontra-se reproduzido na primeira parte desta edição da revista EM FOCO.

coletados entre os presentes ao seminário realizado em julho de 2010. Eles podem nos ajudar a traçar um perfil do envolvimento da categoria com a organização sindical e nos serão apresentados pelas colegas do projeto responsável pela pesquisa, Altineia

e Mariana (o projeto é desenvolvido aqui na UERJ e coordenado pela professora Maria Inês Bravo).

Parabéns pelo mês do assistente social e pelo compromisso cotidiano de todos vocês!

### ■ Altineia Maria Neves, assistente social

---

Boa tarde. Meu nome é Altineia e vou apresentar o resultado da pesquisa intitulada “Movimento sindical: a atuação política dos assistentes sociais”<sup>5</sup>, juntamente com Mariana.

### ■ Mariana Maciel do N. Oliveira, assistente social

---

Sou Mariana, assistente social, faço parte da pesquisa do projeto *Políticas Públicas de Saúde* e trabalho, também, no Ministério da Saúde. A pesquisa que apresentaremos é coordenada pela professora doutora Maria Inês Souza Bravo e tem como equipe as assistentes sociais Altineia Maria Neves, Bruna Santana da Silva, Juliana Souza Bravo de Menezes, Maria Cristina Braga, Mariana Maciel e as alunas Maíra Carvalho da Silva, Mohabiana Jacuru Theonilo e Naitê Guedes Gomes.

Essa investigação surge do interesse em estudar a organização da classe trabalhadora. O projeto desenvolve, hoje, várias pesquisas nesse sentido, que estudam a organização da classe trabalhadora e os movimentos sociais. O que despertou o interesse em estudar este tema foi a reabertura de sindicatos de assistentes sociais em alguns estados do país nos últimos anos. O objetivo geral é analisar essa participação dos assistentes sociais nos sindicatos, seja no sindicato por ramo ou por categoria. A intenção é pesquisar, estudar e discutir essa participação, verificando se ela vem ou não ocorrendo e como ela deve se dar.

O processo teórico e metodológico utilizado foi o levantamento bibliográfico. Pesquisamos o material que já havia sido produzido sobre o tema, os dados disponíveis e, a partir daí, identificamos como iríamos elaborar o questionário, ou seja, quais eram as questões que nos interessavam. Partimos para uma análise do material reunido, sempre com o compromisso de devolver a pesquisa aos entrevistados e de mostrar o resultado que conseguimos obter através da aplicação do questionário. Os elementos norteadores da análise estão no movimento sindical: como o movimento sindical se encontra hoje, o perfil da classe trabalhadora, as condições de trabalho dos assistentes sociais e também o que tem acontecido no Serviço Social nos últimos anos.

O instrumento utilizado foi um

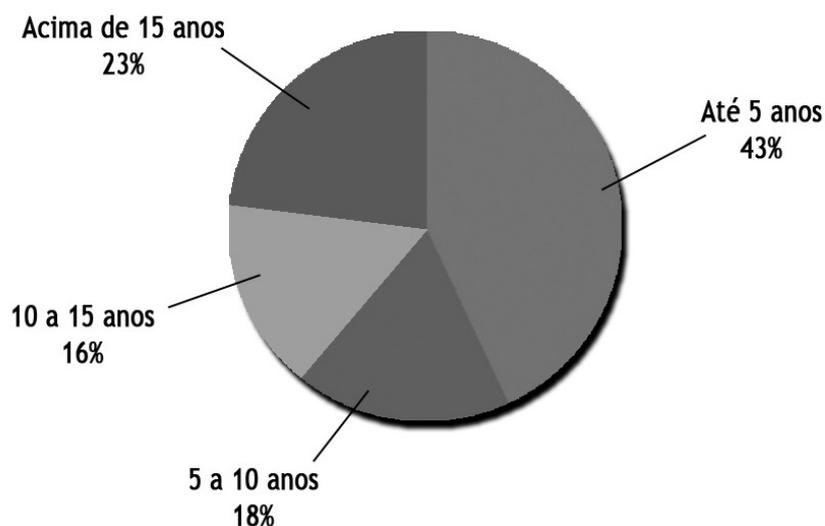
formulário, que apresentava questões abertas e fechadas, em dois blocos. O primeiro levantava questões relativas ao perfil e às condições de trabalho dos assistentes sociais; o outro, a participação em sindicatos ou em outras entidades. A aplicação do questionário se deu em três momentos. O primeiro foi no seminário “Parâmetros de Atuação do Assistente Social em Saúde”, que ocorreu em 2009, aqui na UERJ, quando tivemos retorno de 43 formulários. Seu resultado foi apresentado na minha dissertação, no final do ano passado. Agora vamos apresentar o resultado do segundo momento em que o questionário foi aplicado, no primeiro seminário de “Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro”, em julho de 2010, quando tivemos o retorno de 63 formulários. O terceiro momento em que esse questionário foi aplicado foi no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ocorreu em julho de 2010 em Brasília, quando o aplicamos durante a mesa que discutia justamente o movimento sindical. Estes últimos dados ainda estão em processo de sistematização.

O primeiro seminário de organização sindical foi realizado no dia 9 de julho aqui na UERJ, após um momento em que diversos assistentes sociais começaram a se reunir e colocar a necessidade de discutir esse tema. Contou com o apoio do CRESS-RJ, da Faculdade de Serviço Social da UERJ e do projeto *Políticas Públicas de Saúde*. Naquele evento contamos com 220 participantes, dos quais 149 eram assistentes sociais, 59 estudantes de graduação e pós-graduação e 12 profissionais de outras áreas, entre elas, Biologia, História e Psicologia. Esses dados foram levantados a partir das fichas de inscrição. Todos que chegavam recebiam o questionário e eram orientados a devolvê-lo ao final. Tivemos retorno de 63 questionários, dos quais 61 foram preenchidos por profissionais e dois por estudantes. Altineia dará continuidade à apresentação.

<sup>5</sup> A citada pesquisa é fruto do Projeto “Saúde, Serviço Social e Movimentos Sociais”, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela professora doutora Maria Inês Souza Bravo.

Como Mariana nos disse, foram dois blocos de questões. Começamos com o primeiro, que trata do perfil e das condições de trabalho dos profissionais da pesquisa. A primeira questão é sobre o tempo de formação dos participantes. Conforme demonstrado no gráfico 1, 43% têm até cinco anos de formação; 18% têm de cinco a dez anos; 16% têm de dez a quinze e 23%, acima de quinze anos. Se somarmos 43 com 18, veremos que a maioria dos participantes tem até dez anos de formação. O restante, 39%, está acima deste período.

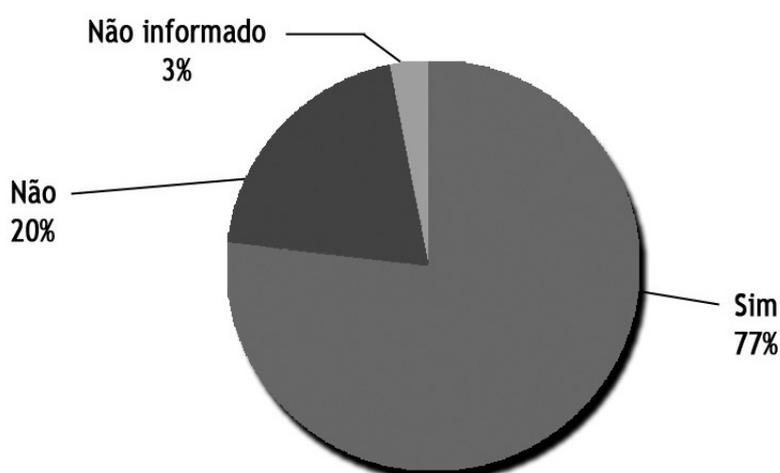
Gráfico 1  
Tempo de Formado



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, cujos dados estão apresentados no gráfico 2, vimos que 77% dos participantes estão inseridos; 20% não estão – dentre eles estão os estudantes, os bolsistas e os voluntários – e 3% não informaram.

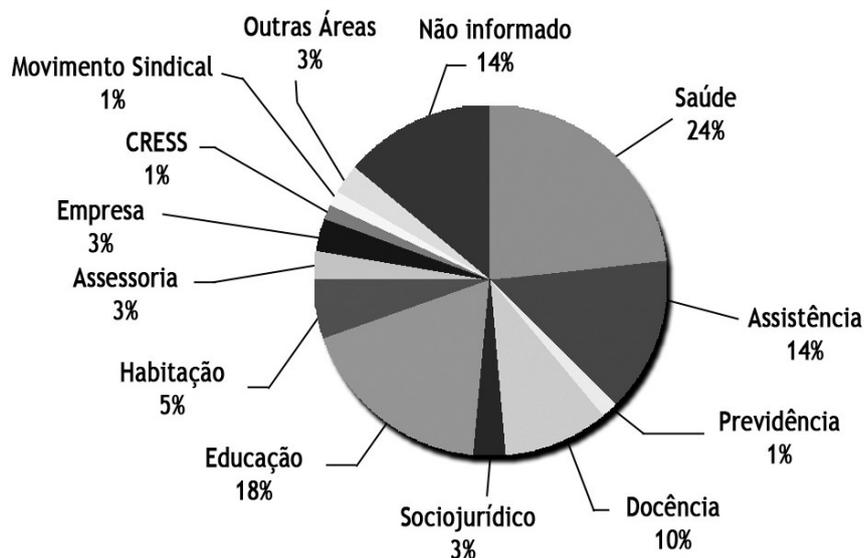
Gráfico 2  
Está inserida(o) no mercado de trabalho  
como assistente social?



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Sobre a área em que os profissionais estão inseridos, vejamos o gráfico 3: 24% estão na área da saúde; 14%, na assistência social e 1% na política de previdência social. Das políticas sociais, a seguridade social tem prevalência (o que é uma tendência nacional), seguida da educação, com 18%, e, depois, pelos profissionais que atuam na docência, com 10%. Temos, também, percentuais menores: 3% que atuam na área sociojurídica, 5% na habitação, 3% na assessoria e empresa, 1% CRESS, e 1% no movimento sindical, visto como uma área de trabalho, também.

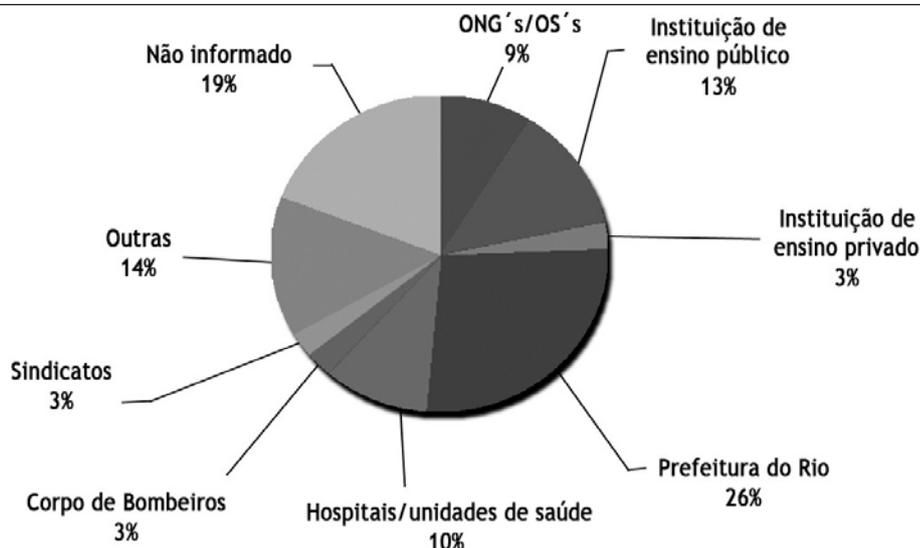
**Gráfico 3**  
**Área de Trabalho**



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Sobre as instituições empregadoras, no gráfico 4, vimos que a maioria pertence ao quadro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (a maior empregadora dentre os questionários que retornaram, com 26%). Isso tem a ver com o protagonismo dos profissionais da Prefeitura nessa retomada do debate sobre a organização sindical da categoria aqui no Rio de Janeiro - inclusive com uma presença marcante no evento. Depois, vemos 13% para as instituições do ensino público; 10% para as unidades de saúde, especialmente hospitais; 9% para ONG's e organizações sociais e, com percentuais menores, temos as instituições do ensino privado, Corpo de Bombeiros, sindicatos e outras instituições. 19% não foram informados.

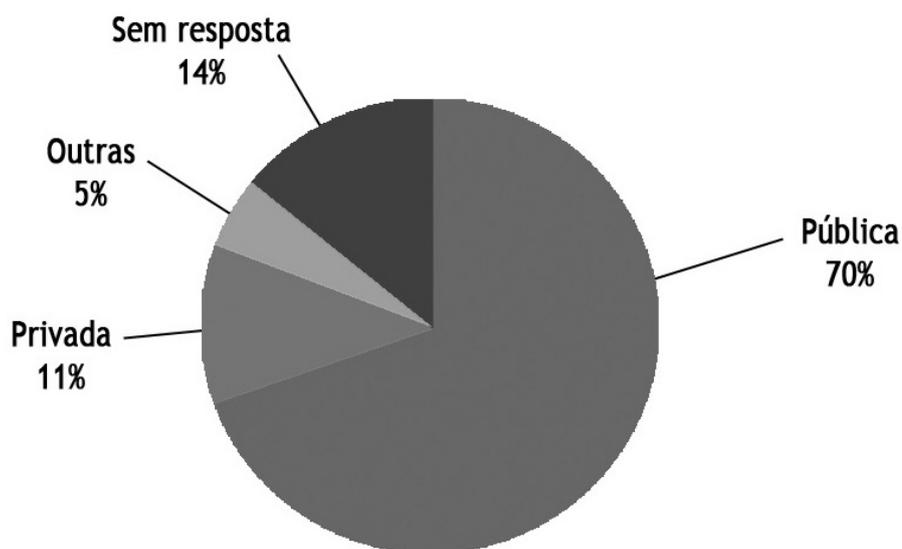
**Gráfico 4**  
**Instituições em que trabalha**



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Quanto à natureza das instituições, gráfico 5, 70% são públicas, 11% privadas e 14% não responderam.

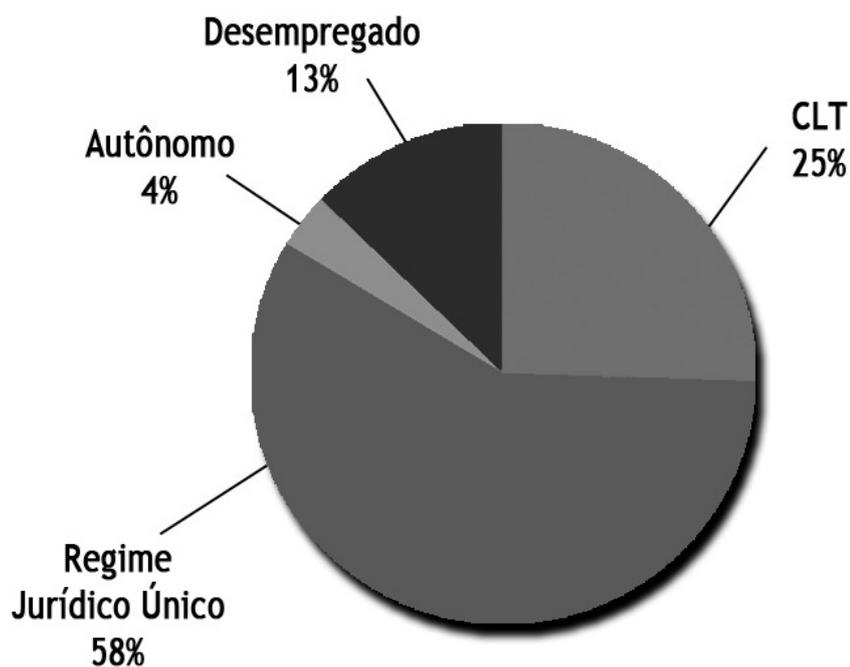
**Gráfico 5**  
**Tipo (Natureza das Instituições)**



Fonte: Pesquisa: "Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais". Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Dos participantes da pesquisa, de acordo como o gráfico 6, 58% estão empregados no regime jurídico único - o que é coerente com a resposta anterior, já que a maioria está no serviço público; 25% têm vínculos celetistas, atuam com carteira de trabalho; 13% estão desempregados e 4% são autônomos.

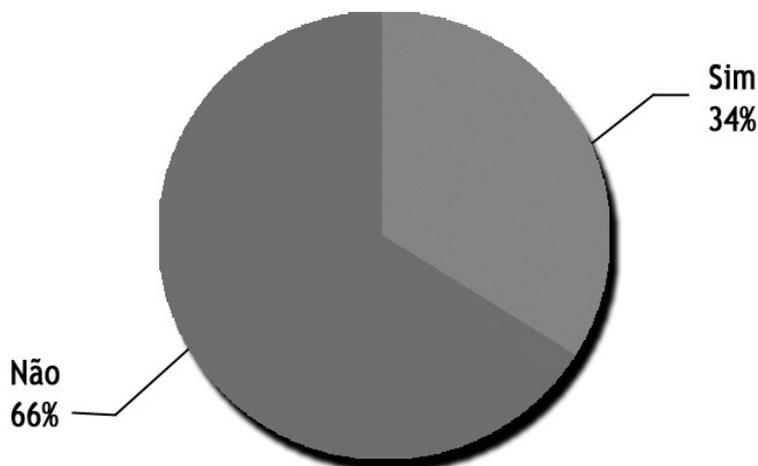
**Gráfico 6**  
**Vínculo Empregatício**



Fonte: Pesquisa: "Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais". Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

No segundo bloco de questões, que trata sobre a participação em algum sindicato, conforme demonstra o gráfico 7, 34% participam e 66% não o fazem (é bom lembrar que na pesquisa nacional do CFESS<sup>6</sup> o percentual de participação da nossa categoria no movimento sindical é de 10,4%).

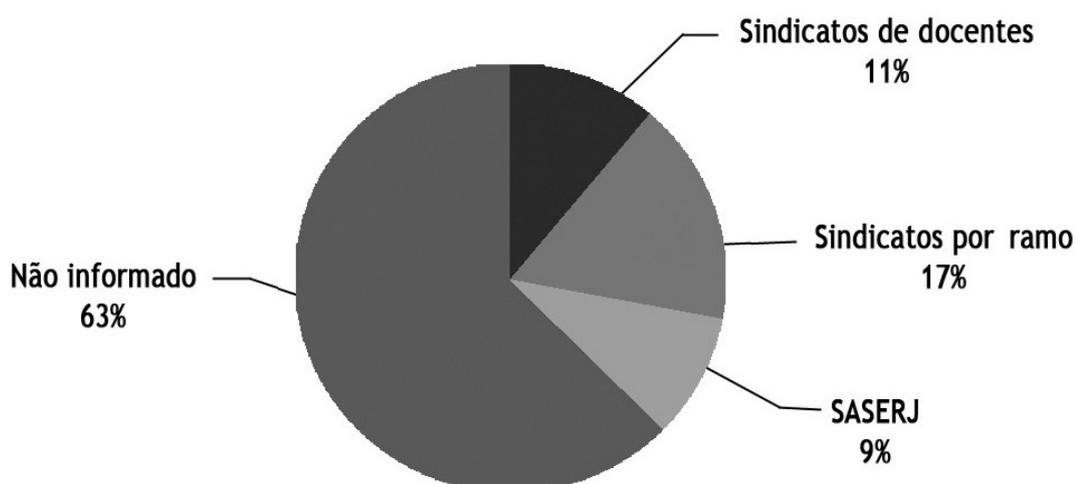
**Gráfico 7**  
**Você participa de algum sindicato?**



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Perguntamos de qual sindicato os profissionais que responderam nossa pesquisa participam. O resultado, evidenciado no gráfico 8: 17% estão em sindicatos por ramo de atividade; 11%, em sindicatos de docentes – lembrando que esses sindicatos se referem às associações de docentes das universidades públicas do Estado; 9% pertencem a sindicatos de categoria – eram os profissionais ligados ao SASERJ – e 63% não informaram, ou seja, é o percentual que não participa do movimento sindical.

**Gráfico 8**  
**Se sim, qual?**

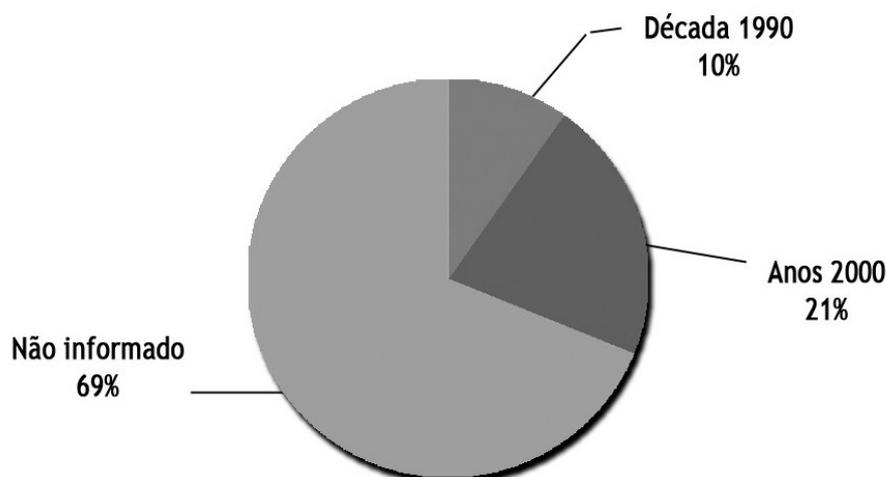


Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Entre os que participam de sindicatos (gráfico 9), 21% participam desde os anos 2000 (lembramos que a maioria dos que responderam à pesquisa é jovem na trajetória profissional); 10% o fazem desde a década de 1990 e 69% não informaram (destes, 66% não têm participação - é sempre bom lembrar).

<sup>6</sup> CFESS. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). Colaboradores: Rosa Prêdes et alli. Brasília: CFESS, 2005.

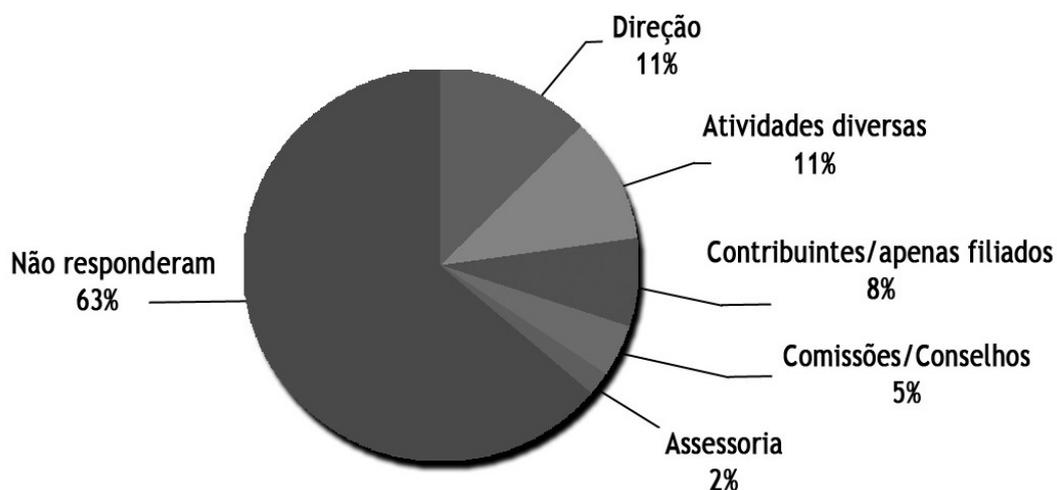
Gráfico 9  
Desde quando participa?



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Quanto à forma de participação (gráfico 10), 11% estão nas direções dos sindicatos; 11%, em diversas atividades, como greves, assembleias, passeatas, atos públicos etc; 8% declararam que são apenas contribuintes ou filiados; 5% estão em comissões e conselhos; 2% em assessorias e 63% não responderam.

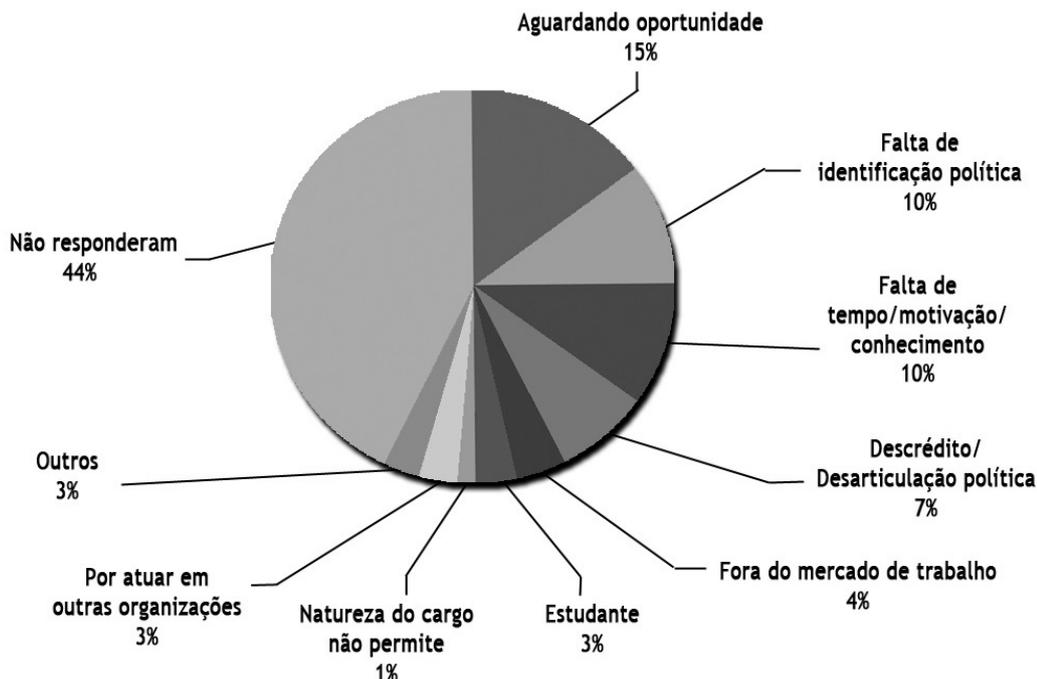
Gráfico 10  
De que forma participa?



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Perguntamos aos 63% que declararam não atuar em sindicatos por que não participam. Conforme demonstrado no gráfico 11, 15% disseram estar aguardando a oportunidade de fazê-lo, por meio de respostas como “estou aguardando mudar a atual formação ou conformação dos sindicatos para poder participar” (são os recém-formados e os que estão desempregados). 10% sinalizaram falta de identificação política com o movimento sindical; 10% declararam falta de tempo, de motivação e de conhecimento; 7% citaram o descrédito e a desarticulação do movimento sindical; 4% se justificaram pelo fato de estarem fora do mercado – são estudantes ou profissionais cuja natureza do cargo não permite participação, como os militares, ou por atuarem em outras organizações; 44% não responderam.

**Gráfico 11**  
**Se não, por que?**

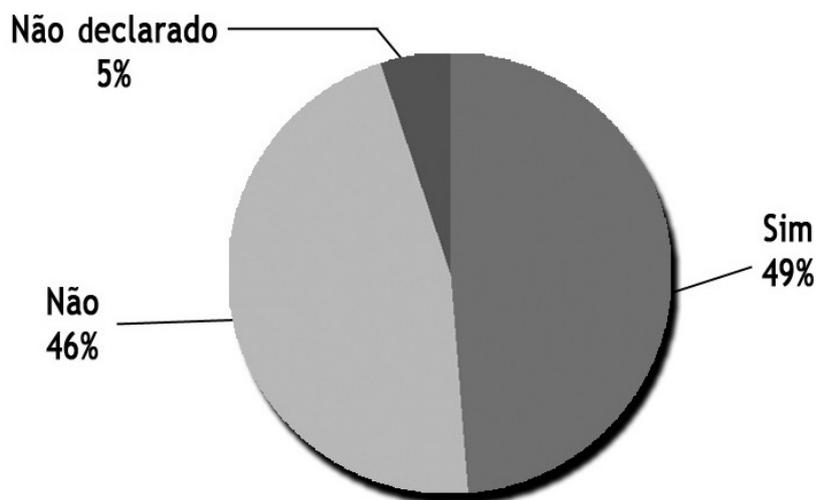


Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Indagados se participam de alguma entidade da categoria ou de outra organização dos trabalhadores (gráfico 12), 49% declararam que sim, e 46%, que não.

**Gráfico 12**

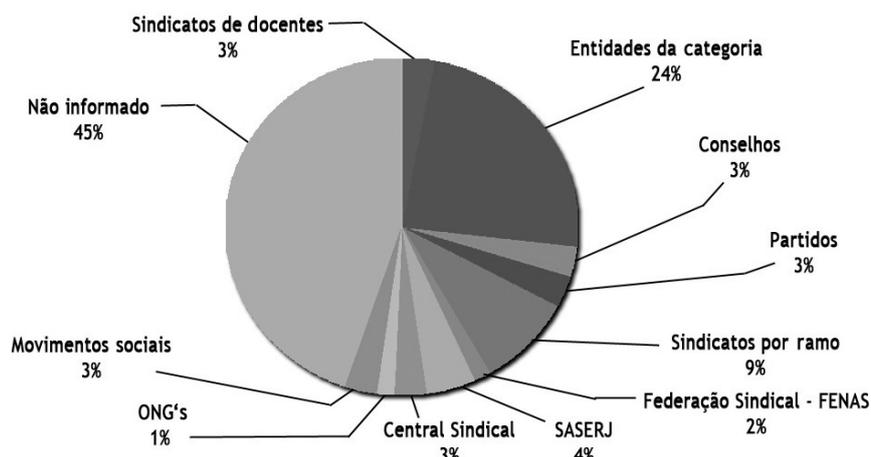
**Participa em alguma entidade da categoria ou de organização dos trabalhadores?**



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Quanto à base dessas entidades (gráfico 13), 24% se concentram nas entidades da própria categoria; 3%, nos conselhos de política e de direitos; 3% em partidos políticos; 9%, em sindicatos por ramo, 2% na FENAS e 4% no SASERJ; 3%, em centrais sindicais; 1%, em ONG´s; 3%, em movimentos sociais. 46% não informaram e 3% disseram participar em sindicatos de docentes.

**Gráfico 13**  
**Se sim, qual?**



Fonte: Pesquisa: "Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais".  
Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Questionamos se esses participantes avaliam que há uma baixa participação em geral nos sindicatos e 90% responderam que sim.

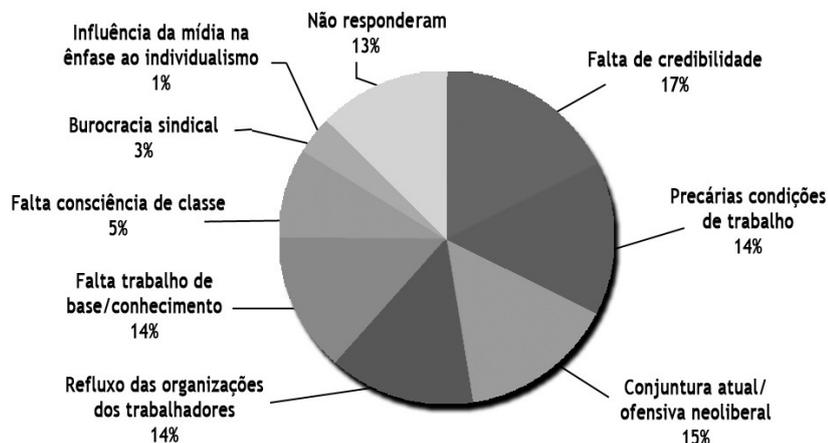
**Gráfico 14**  
**Você avalia que hoje há uma baixa participação, em geral, nos sindicatos?**



Fonte: Pesquisa: "Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais".  
Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Quanto às razões para esta baixa participação, em geral, nos sindicatos, foram apresentadas as seguintes análises, conforme demonstra o gráfico 15.

**Gráfico 15**  
**A que você atribui tal situação?**

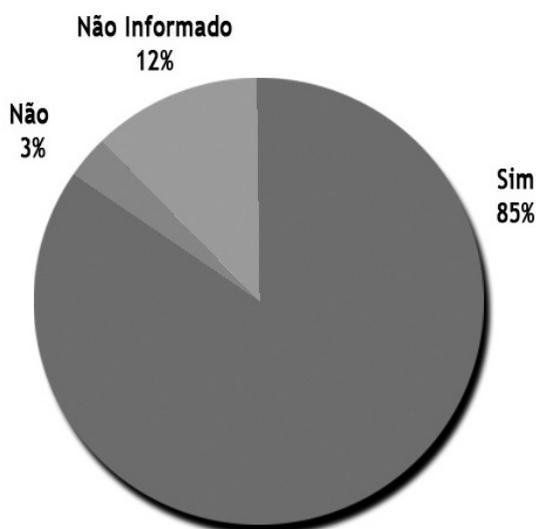


Fonte: Pesquisa: "Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais".  
Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Com relação à participação específica dos assistentes sociais em sindicatos, 85% avaliam que é baixa e 12% não declararam.

Gráfico 16

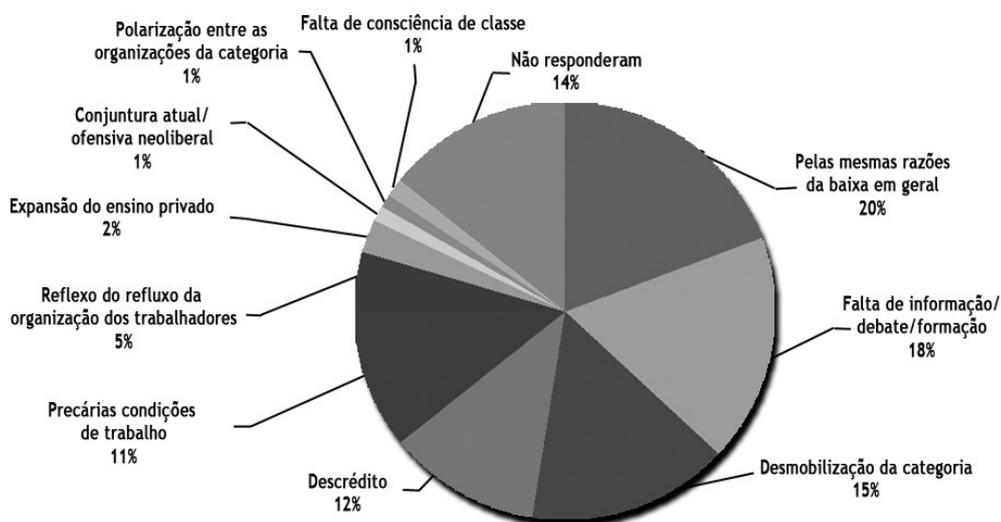
### Você avalia que hoje há uma baixa participação dos assistentes sociais nos sindicatos?



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

A respeito dessa baixa participação dos assistentes sociais no movimento sindical, 20% acreditam que ela se justifica pelas mesmas razões pelas quais há uma participação reduzida nos sindicatos de modo geral; 18% a atribuem à falta de informação, de debate, de formação no interior da categoria; 15%, à desmobilização da categoria; 12%, ao descrédito do movimento sindical no interior da categoria e 11% às precárias condições de trabalho. Em seguida aparecem o reflexo da organização dos trabalhadores, a expansão do ensino privado, a conjuntura atual, a polarização entre as organizações da categoria e a falta de consciência de classe.

Gráfico 17  
Qual sua análise?



Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

A última questão era aberta: o participante poderia fazer a observação que considerasse necessária. Foi um momento em que muita gente se colocou à vontade, escreveu bastante, fez uma análise que tentamos resumir. Vimos que as observações ora eram voltadas para a participação das organizações sindicais, ora tinham relação com o Serviço Social. Assim, organizamos as respostas em dois blocos para esta devolução, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1

<b>ASSUNTOS ABORDADOS NAS OBSERVAÇÕES LIVRES</b>	
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO E ÀS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção cooptada</li> <li>• Influência da expansão do ensino privado</li> <li>• Múltiplos vínculos dificultam a participação política</li> <li>• Falta de identificação com as entidades sindicais</li> <li>• Necessidade de fomentar a organização e o debate sindicais</li> <li>• A centralidade do trabalho não é valorizada</li> <li>• Crise do capital tem favorecido a retomada do debate sobre a organização da categoria</li> <li>• Último CONCLAT estimulou o debate sobre a organização da categoria</li> <li>• Os profissionais participam apenas dos eventos das entidades organizativas da categoria</li> </ul>
<b>EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO E AO TRABALHO PROFISSIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precariedade na contratação dos assistentes sociais</li> <li>• Ausência da história da organização sindical dos assistentes sociais na formação</li> <li>• Os debates sobre organização sindical têm sido tendenciosos</li> <li>• “Disputa” entre entidades e sindicatos da categoria</li> </ul>
<b>OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de construção de espaços de discussão</li> <li>• Importância do retorno da pesquisa realizada</li> </ul>

Fonte: Pesquisa: “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”. Projeto Políticas Públicas de Saúde. FASSO/UERJ, 2010.

Em relação à participação em organizações sindicais, as pessoas falaram da direção complicada dos sindicatos; da influência da expansão do ensino privado; dos múltiplos vínculos que dificultam a participação política dos profissionais; da falta de identificação com as entidades sindicais; da necessidade de fomentar a organização e o debate sindicais junto à categoria; da centralidade do trabalho, que não seria valorizada; da crise do capital, que favoreceria a retomada do debate sobre a organização

da categoria; do último CONCLAT<sup>7</sup>, que estimulou o debate sobre a organização da categoria; e, por fim, dos profissionais que participam apenas dos eventos das entidades organizativas da categoria. Inclusive, se somarmos os percentuais de participação em entidades sindicais e entidades de organização política, veremos que há uma participação muito endógena ao Serviço Social, pois a maioria está atuando nas entidades do Serviço Social e em sindicatos da própria categoria.

<sup>7</sup> O Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizou-se nos dias 05 e 06 de junho de 2010 em Santos/SP, tendo por tema central “Vamos unir para fortalecer a luta”. Motivadas para o debate e a deliberação sobre uma nova central sindical unificada, mais de 4 mil pessoas de todo o país participaram deste evento.

Em relação ao Serviço Social foram destacadas: a precariedade na contratação dos assistentes sociais; a ausência da história da organização sindical dos assistentes sociais na formação; os debates sobre a organização sindical, que viriam sendo tendenciosos. Foi muito destacada a disputa entre entidades e sindicatos da categoria e a necessidade de construção de espaço de discussão, como o primeiro seminário. Muitos aproveitaram a ficha e o formulário para elogiar o seminário e valorizar o espaço, afirmando que ele deveria se repetir. Mencionaram, também, a importância do retorno desta pesquisa, cuja devolução estamos fazendo neste momento.

Fazendo algumas reflexões preliminares vemos que a pesquisa revela uma baixa participação dos assistentes sociais nas organizações sindicais, o que confirma a pesquisa do CFESS já mencionada. Os impactos das transformações do mercado de trabalho são apontados como uma das causas da baixa participação nos sindicatos, tanto dos trabalhadores em geral como dos assistentes sociais.

A partir do que Beatriz Abramides (2009)<sup>8</sup> coloca, refletimos que os assistentes sociais vivem as mesmas condições que afetam o conjunto da classe trabalhadora (isso ficou bastante firmado no primeiro seminário). É no interior da luta de classes que se inscrevem os assistentes sociais, como trabalhadores, em sua condição de assalariamento.

Nos dados da pesquisa percebemos que há muita confusão entre categoria profissional e classe social. Os sujeitos da pesquisa apontam a dificuldade de o assistente social se identificar como partícipes da classe trabalhadora. Trazemos, aqui, com base em Iamamoto<sup>9</sup>, a reflexão que vem sendo firmada na categoria, de que o assistente social como trabalhador assalariado é um sujeito de classe.

Percebemos que, se de um lado os assistentes sociais têm a tendência de culpabilizar o sujeito individualmente pela baixa participação nas lutas sindicais, falando que o assistente social é desinteressado, desinformado e acomodado, por outro lado há um movimento analítico macrosocial reconhecendo determinantes sócio-históricos para o refluxo das organizações

#### ■ Denise Nicacio Pereira, assistente social

Boa noite, meu nome é Denise Nicacio. Sou assistente social, faço parte do Movimento Pró-Organização Sindical dos Assistentes Sociais. Também

dos trabalhadores na atualidade.

A preocupação com o trabalho dos assistentes sociais tem sido muito forte nesses últimos anos, ganhando fôlego renovado, face às novas determinações históricas da sociedade contemporânea. Sara Granemann e Mônica Alencar<sup>10</sup> fazem um resumo muito interessante dos últimos congressos brasileiros no que diz respeito a essa preocupação com as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Retomamos a tendência atual de expansão do capital, que se revela incontrolável, conforme apresenta Virginia Fontes<sup>11</sup>, e temos a concentração de recursos sociais e a recriação permanente das expropriações sociais. É nesse contexto que situamos as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Já finalizando, apareceu na pesquisa o desconhecimento da experiência de organização por ramo, o que tem a ver com a colocação de Abramides (*Idem*) a respeito da transição sindical inconclusa que houve na nossa trajetória histórica; segundo ela, isso fez com que a categoria não incorporasse a participação sindical, não refletisse acerca dela, o que resultou em novos desafios para as entidades sindicais e para o conjunto representativo da categoria.

De um modo geral, a pesquisa apresenta a preocupação de se retomar o debate quanto aos rumos da organização da classe trabalhadora do Brasil, e sobre como o Serviço Social, que defende um projeto profissional que prevê a articulação e o fortalecimento das lutas dos trabalhadores, se insere nessas lutas através de seus agentes profissionais.

Para concluir, três desafios vão se apresentar. O primeiro é enfrentar as polêmicas quanto aos rumos das centrais sindicais que hoje disputam a hegemonia no seio do movimento sindical. O segundo é resgatar a história da organização sindical dos assistentes sociais; e, por fim, o terceiro desafio é enfrentar as polêmicas quanto aos modelos de organização sindical.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para eventuais perguntas ou considerações durante o debate. Muito obrigada!

integro a nova diretoria do CRESS que toma posse no dia 13 de junho e é com muito prazer que estou com vocês nesse segundo seminário. Nossa intenção é

## A pesquisa apresenta a preocupação de retomar o debate quanto aos rumos da organização da classe trabalhadora do Brasil

<sup>8</sup> ABRAMIDES, Maria Beatriz C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 97, p. 85-108, jan/mar de 2009.

<sup>9</sup> IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

<sup>10</sup> ALENCAR, Mônica M. T. de. GRANEMANN, Sara. *Dossiê: as configurações do trabalho na sociedade capitalista - ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional*. In *Revista Katálysis*, vol 12, nº 2. Florianópolis: julho a dezembro de 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802009000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802009000200005&script=sci_arttext), acesso em 28/06/2010.

<sup>11</sup> FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

reacender esse debate, trazer à tona essas discussões, as polêmicas envolvidas, mas, principalmente, fazer com que cada assistente social se pergunte: se ele não participa, por que não participa? O que ele pode fazer em prol dessa discussão da sindicalização, da necessidade e importância da organização sindical dos assistentes sociais?

### ■ Martha Fortuna, conselheira do CRESS/RJ

Cada palestrante terá entre 35 a 40 minutos para fazer sua exposição inicial – primeiro o professor Mauro Iasi e depois a professora Cleier. Depois organizaremos blocos de até cinco participação do público, com cerca de

Gostaria, então, de convidar os nossos palasstrantes: a professora Cleier Marconsin, assistente social, professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ e presidente da Associação dos Docentes da UERJ (ASDUERJ); também convido à mesa o professor Mauro Iasi, historiador e professor da Escola de Serviço Social da UFRJ.

três minutos cada, quando podem haver perguntas, manifestações, depoimentos, inquietações que as pessoas queiram apresentar. Ao final de cada bloco, os palestrantes comentarão por dez minutos as intervenções do público.

### ■ Mauro Iasi, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ

Boa noite a todos e a todas! Fui incumbido de, nessa fala inicial, tratar dos aspectos mais gerais da organização sindical dos trabalhadores brasileiros, fazendo um breve esboço da sua evolução, para que depois fossem aprofundados especificamente os desafios e polêmicas que envolvem a reorganização sindical da categoria.

Bertolt Brecht tem um poema em que apresenta uma imagem, que - penso - nos é útil. Diz Brecht: “Algumas pessoas apresentam uma pequena lista, onde anotam tudo aquilo de que necessitam. Para quem é apresentada essa lista, afirma: ‘Nossa, é muito!’ Mas quem escreveu a lista, enfaticamente defende: ‘É o mínimo!’”. No entanto, preocupadamente (diz Brecht), vejo hoje em dia pessoas mostrando orgulhosamente sua lista, que contém muito pouco”.

Estamos em tempos de refluxos da luta sindical, e não só dela. A luta sindical expressa um momento de inflexão da luta de classes no Brasil. O que é um bom momento para fazermos uma reflexão da trajetória da utilização desse instrumento, os sindicatos. No início desse ciclo que estamos encerrando agora, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a crise da ditadura militar no seu modelo econômico – a ditadura militar empresarial iniciada no golpe de 1964 –, os sindicatos tiveram papel importantíssimo. Temos que nos lembrar de que nesse momento havia uma polêmica, não só entre os militantes sindicais e as forças políticas, mas também na academia, a respeito da possibilidade dessa luta emergir nos espaços sindicais. Na Sociologia da Universidade de São Paulo, por exemplo, havia saído à época

uma publicação de Leôncio Martins Rodrigues analisando a trajetória do sindicalismo brasileiro, afirmando que ele nascia marcado por certas características que o impediam de conformar-se como sindicalismo classista, revolucionário, de corte socialista e anticapitalista. Baseado nos estudos de Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues avaliava que a classe trabalhadora brasileira vinda do campo via a entrada no mundo do trabalho industrial como um aumento, um acréscimo de status, uma maneira de ascensão social. E que já entrava no mercado na forma da organização do trabalho predominantemente fordista; ou seja, um trabalho parcelado, dividido entre homem e máquina, acrescido da forma taylorista dos tempos e ritmos. Portanto, esse trabalho, da forma como se implementava na grande fábrica da era fordista, impedia o surgimento de uma consciência de classe que estava na base de um sindicalismo contestatário, revolucionário e socialista. Interessantemente, Leôncio Martins Rodrigues escreve essa tese, é numa pesquisa que ele realiza nos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 na região do ABC paulista, e chega à conclusão de que não surgiria no Brasil um sindicalismo de classe, independente.

É uma maldade o que a realidade faz com os pesquisadores. Todo pesquisador torce, todo dia, para seu objeto de pesquisa não o trair durante a noite e apresentar-se de forma diferente do que ele imaginou. Para desespero de Leôncio Martins Rodrigues, exatamente na região onde ele pesquisou brotou um sindicalismo com todas as características que ele julgava impossível surgir na sociedade

brasileira. E mais. Era um debate no qual a questão central era a seguinte: “É possível organizar trabalhadores numa perspectiva de transformação social, em perspectiva socialista, contestatória, mesmo nos marcos de uma estrutura sindical atrelada ao Estado? Na qual as máquinas sindicais, que são a expressão de uma estrutura criada pelo Estado Novo por Getúlio Vargas, foram criadas na perspectiva de quebrar o sindicalismo independente, autônomo, da classe trabalhadora, tal como prevaleceu no primeiro momento da nossa história sindical?”

Vocês sabem que as duas primeiras expressões do sindicalismo brasileiro, inicialmente anarco-sindicalista e depois com a criação do Partido Comunista (PCB), em 1922, são expressões do sindicalismo autônomo, baseadas na própria auto-organização da classe, nos locais de trabalho, através dos seus próprios esforços financeiros, organizativos, mobilizatórios, e que constituíram entidades sindicais que buscavam unificar essas lutas, seja na perspectiva da greve geral revolucionária, no caso dos anarquistas, seja na perspectiva da organização do trabalho com a classe trabalhadora, na preparação de uma revolução política nos moldes da estratégia comunista. Essa trajetória autônoma foi interrompida na década de 1930 com o Estado Novo e, na sequência de implantação daquele modo de governo, o movimento sindical autônomo foi quebrado na sua espinha dorsal. Cria-se um sindicato oficial, com estatuto padrão, criado pelo Ministério do Trabalho e da Indústria, que juntava a ideia corporativa inspirada no fascismo italiano e atribuía os direitos negociados dos trabalhadores apenas àqueles que se filiavam aos sindicatos oficiais. Cria-se nessa estrutura atrelada, como principal forma de sustentação dessa estrutura, o imposto sindical, um dia de trabalho de cada trabalhador, que forma um fundo controlado pelo Estado e distribuído aos sindicatos como forma de sustentação financeira.

Ao mesmo tempo, a implementação disso só pôde ser feita após um ciclo de quebra violenta dos sindicatos autônomos. Não podemos imaginar que a passagem para o sindicalismo atrelado se deu sem resistência. Vamos lembrar que isso está no molde do Estado Novo; portanto, o movimento dos trabalhadores que mantinham a perspectiva de autonomia de classe foi duramente cooptado, o que significou - na prática - a virtual

destruição da corrente anarquista e um golpe muito duro na tradição dos sindicatos autônomos dos comunistas.

O PCB vai sobreviver a isso, não vai ter o mesmo destino da corrente anarco-sindicalista, porque estabelece a estratégia de atuar dentro dos sindicatos oficiais, o que inaugura outra polêmica: devemos ou não atuar nos sindicatos oficiais do Estado? A resposta do Partido Comunista nesse momento é: “Sim, devemos. Se é lá que a classe trabalhadora está organizada, é lá que devemos atuar”. Lógico que isso ocorria clandestinamente, porque o Partido Comunista estava na ilegalidade. Recomendo a leitura de um livro que, para mim, é ilustrativo dessa forma de trabalho: “Mina de Morro Velho: a extração do homem”, de Yonne de Souza Grossi. Nele, a autora revela a forma como o Partido Comunista se organizava sob a ditadura do Estado Novo, com os trabalhadores da mineração dessa mina disputando a organização da classe trabalhadora. Foi interessante que houve duas apresentações de documentos para registro oficial do sindicato daquela categoria. Como o Partido Comunista estava na clandestinidade, ninguém sabia quem era e quem não era do Partido e o Ministério do Trabalho acaba dando a carta sindical para o sindicato organizado pelo Partido. Vários companheiros não se conheciam entre círculos do Partido e se descobriram depois do sindicato. É bastante ilustrativo.

Ora, isso faz com que o Partido Comunista sobreviva a esse golpe na década de 1940 e retorne ao trabalho legal a partir de meados daqueles anos, depois da Segunda Guerra Mundial, já em pleno Estado Novo, agora estabelecendo uma clara aliança com o trabalhismo, até o golpe militar. Aqueles que acreditam que era possível atuar dentro dessa estrutura, tensionando-a (como o professor Ricardo Antunes, por exemplo, defende na sua dissertação de mestrado), esperavam que ao atuar dentro dessa estrutura sindical, tensionando-a, acabariam indo além dela. A prova material disso seria a criação de uma central sindical, no final do período de 1962: a criação do Comando Geral dos Trabalhadores. O golpe militar coloca um ponto final nessa trajetória de crescimento do movimento sindical, tal como se deu nos anos 1950 até o golpe de 1964. Portanto, quando se retoma a luta sindical dos anos 1970, devido à grave crise do modelo econômico da ditadura a partir de 1974.

A polêmica nesse momento apresentava-se em verificar se era possível

## **A implementação desta estrutura sindical atrelada só pôde ser feita após um ciclo de quebra violenta dos sindicatos autônomos**

atuar em um movimento sindical que não apenas se mantinha na estrutura sindical atrelada à ditadura militar, mas também sob severa vigilância de intervenção dos aparelhos do Estado: vários sindicatos sofrem intervenção; em vários sindicatos de categoria os trabalhadores chegavam para se sindicalizar e era um delegado de polícia, um sargento, quem fazia parte da mesa de recepção (o que não era, exatamente, dar “boas vindas” à sindicalização). Então, pesavam sérias dúvidas se esse sindicato poderia cumprir o papel necessário nessa conjuntura.

Somado a essas expectativas, tal como me referi aos estudos de Juarez e Leôncio, imaginava-se que a classe trabalhadora brasileira havia alcançado um patamar de aristocratização dos sindicatos, de uma elite operária que tinha ganhos salariais a partir do controle de máquinas sindicais com muito dinheiro. Ou seja, essa luta estava condenada a ser inócua. O controle dessas máquinas gerava paralisação das lutas, impedimento de movimentos contestatórios mais profundos contra a ordem do capital e mesmo para a busca de direitos mais significativos para os trabalhadores.

A experiência do chamado “Novo Sindicalismo”, do final dos anos 1970, de certa forma quebra essa hipótese sobre os sindicatos altamente comprometidos com a estrutura sindical. Ou seja, vitórias eleitorais de composições de esquerda, de grandes rupturas com as direções sindicais; mas houve sindicatos, mesmo oficiais — e o caso clássico é o do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, dirigido por Paulo Vidal —, que buscaram fazer lutas pontuais por melhoria da qualidade de vida e criaram uma geração de militantes sindicais comprometidos com essas bandeiras, chocando-se com os limites do modelo econômico da ditadura militar, fundamentalmente as falsificações dos índices de reposição salarial e dos índices de inflação. Aliás, precisamos estudar esse período. Quase colocamos fogo nesse país quando falsificaram os índices em 1978, e não sei se estamos fazendo contas de como é que a inflação anda hoje em dia. Sinais dos tempos...

Quando surge esse sindicalismo no final dos anos 1970, ele surge de uma forma híbrida, marcado por essa presença da estrutura atrelada, mas traz em germe potenciais questionadores. O discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na posse da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos é revelador dessa contraditoriedade, desse paradoxo.

Lula diz: “Os trabalhadores estão entre dois grandes perigos. De um lado, se vê a humanidade oprimida por um Estado ateu que impede as liberdades e coloca o ser humano na situação de opressão, sem democracia etc (Lula se referia ao socialismo). E de outro, submetido à ditadura do capital, que trata os trabalhadores como uma peça a mais dos seus meios de produção, explorando-os, condenando aqueles que produzem a riqueza, mas os deixa na miséria”. Esse é um tipo de discurso que deixa os donos da ordem ao mesmo tempo orgulhosos da sua criatura e preocupados. Algo está errado nesse discurso. Lógico: a crítica ao comunismo ateu, ao Estado que domina, tolhe a liberdade é algo que existe há muito tempo. A ditadura e o capital que explora são muito próximos. No ABC, no final da ditadura, havia uma pichação em um muro que dizia o seguinte: “Se o comunismo fosse, de fato, ruim para o povo, o governo já o tinha implantado”.

Essa contraditoriedade da consciência imediata dos trabalhadores é que aponta isso. O trabalho de João Humphrey, intitulado “Fazendo o Milagre”<sup>12</sup>, questiona a análise de Juarez e diz: no seio, mesmo, dessa chamada aristocracia operária, na estrutura de ponta do capital brasileiro, a extração da mais-valia e a exploração são de tal forma intensas e brutais que produzirão uma reação. Humphrey faz um diagnóstico, um raio-x, muito bem feito das condições de trabalho, das tensões que explicam porque aí explodiu o movimento grevista no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. E esse movimento muda o caráter e a própria balança da luta de classes do Brasil, tendo consequências conhecidas por todos nós.

Agora, esse debate está longe de se encerrar por esse desfecho. Se nós pegarmos esse momento, mostrou-se mais uma vez que não eram as organizações à época chamadas de “paralelas” que permitiriam a criação e a entrada da classe trabalhadora em cena com a força reivindicatória com que entrou nos anos 1978, 1979. Uma corrente chamada “autonomistas” defendia, nesse momento, que através desses sindicatos nada aconteceria, e isso viria através do trabalho de criação de comissões de fábrica, muito influenciada pelos estudos de Gramsci nos conselhos operários de Turim. Então, já que os sindicatos estavam absolutamente ligados à ordem da estrutura sindical atrelada, só poderia vir uma representação dos trabalhadores através de organizações autônomas

<sup>12</sup> HUMPHREY, John. *Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982.

criadas pelos próprios trabalhadores e por fora da estrutura sindical, apostando na criação das comissões de fábrica.

Interessantemente, os primeiros que implementam, de fato, uma comissão de fábrica não são os autonomistas. A primeira comissão de fábrica criada com vigor no Brasil nesse momento foi criada e incentivada pela direção da Volkswagen do Brasil. E ela foi criada para um sentido logicamente diverso do que os autonomistas defendiam. Foi criada para antecipar-se às mobilizações dos trabalhadores. O sindicato era uma ferramenta de tal forma atrelada que não conseguia mediar os conflitos imediatos do chão da fábrica. Era necessário alguém ir ali, imediatamente, se colocar para perceber as contradições, se antecipar, apresentar a reivindicação para a direção, enquanto esta desarticulava aqueles elementos que poderiam levar à eclosão das greves, que nesse momento estavam pipocando.

Ainda na década de 1970 surge a primeira comissão de fábrica da Volkswagen. Quando surge a comissão de fábrica da Ford, ela já surge numa perspectiva de combate. Depois vem a da Mercedes e aí elas se alastram. E o que surge, também com muita força, são os comitês de greve, os comitês de campanha salarial. Mas nenhuma dessas alternativas por fora do sindicato ganha força. É exatamente a máquina sindical centralizada quem será a protagonista dessa reentrada em cena dos trabalhadores. Isso não se restringe aos metalúrgicos do ABC: acaba criando expressão em diferentes categorias. Os petroleiros, os bancários, os trabalhadores da construção civil e, posteriormente, os trabalhadores da cana de açúcar, em diferentes pontos do país, conseguem mobilizar seus sindicatos - os próprios sindicatos da estrutura oficial -, formando aquilo que na época se chamou de "sindicalismo autêntico". Interessante que nesse momento a estratégia dos partidos comunistas se volta contra esta organização. Na medida em que defendiam a participação nos sindicatos oficiais, os partidos comunistas, tanto o PCB quanto o PCdoB (criado em 1962) vão participar, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo, sob comando de Joaquinão, ou do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos etc, formando, portanto, dois blocos: o dos chamados pelegos e o do chamado "sindicalismo autêntico". E aí o critério da autenticidade é aquele de quem mobilizava por demandas de reposição salarial, por crítica aos critérios de

reajuste, pela via das lutas, colocando o movimento grevista em primeiro lugar.

Ora, mesmo esse desfecho, como eu dizia, não resolve a polêmica. Armando Boito, por exemplo, insiste nos seus estudos desse momento que a atuação nesses sindicatos estaria condenada a ser cooptada pelos limites da ordem. O sindicato era um instrumento do Estado, não podia ser utilizado pelos trabalhadores na perspectiva de emancipação. A escolha do campo sindical levaria necessariamente a uma deformação e a uma cooptação dos limites da luta, dos limites da institucionalidade. Nesse momento, o desfecho do movimento sindical e a sua radicalidade parecem desmentir as preocupações. Penso que desmentem as formulações de Leôncio e parecem colocar sérios problemas com as preocupações apontadas por Armando Boito - e vejam que são dois referenciais opostos: Leôncio vai trabalhar na perspectiva dos estudos de comunidade da Escola de Chicago e Armando Boito vai fazê-lo a partir de um rígido fundamento marxista.

Dizendo isso, parece num primeiro momento que a realidade mostrou o caminho próprio. A estrutura oficial atrelada mostrou-se flexível o suficiente para permitir um só movimento de caráter classista que, em germe, apontava para o horizonte anticapitalista com perspectiva socialista, que vai dar na criação da CUT e também na formação do Partido dos Trabalhadores. Essa passagem tem muito a ver com o momento da luta de classes, essencial para entender esse grau de radicalismo e, também, a reação do empresariado diante desse movimento grevista no final da ditadura. Quando estoura a greve da Scania em 1978, há uma polêmica ilustrativa no interior da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que opõe um grupo que defendia a repressão imediata da greve nos moldes da ditadura - ou seja, com intervenção e tudo mais - e outro que afirmava que era necessário negociar e apontar para um tipo de sindicalismo negocial que pudesse desarmar o conflito. Quando esse setor dito mais arejado defende isso, ele é minoria dentro da FIESP, que prefere recorrer à segurança dos instrumentos de que dispõe: reprimir a greve, propor a intervenção nos sindicatos, matar o monstro desde seu começo. Esse setor mais arejado defendia um diálogo com o sindicato: "A abertura será inevitável, a democratização virá e teremos que discutir e enfrentar um poderoso movimento sindical. Nada

## **A General Motors responde: prefiro tirar a General Motors do Brasil do que negociar e ceder um milímetro ao trabalhador!**

melhor do que fazer desse agente sindical um aliado propositivo do capital monopolista, não um inimigo”.

Interessante que, apesar de minoritária nesse momento, essa era a concepção de um grupo de empresários suecos que estavam desenvolvendo na Suécia grupos de trabalho que seriam os germes daquilo que depois apareceria na reestruturação produtiva do capital. Esse grupo propunha um sindicato propositivo, um sindicato parceiro. Apesar de derrotada nesse momento, foi a que prevaleceu posteriormente.

Qual foi então o desfecho desse sindicalismo combativo do início dos anos 1980? Ele está fundado numa forma de ação que o Emílio Gennari define como um tripé: agitação, mobilização e negociação. A partir de um elemento material da organização do trabalho, o salário, as condições de trabalho, eu produzo uma agitação. Essa agitação resulta numa mobilização da categoria. Essa mobilização é o patamar para negociar a alteração daqueles elementos que originaram a agitação. Essa forma de ação sindical encontra seu limite entre os anos de 1984 e 1985. Os pontos mais agudos dessa forma de luta se expressam nas três tentativas de greve geral que ocorreram no período, mas se expressam mais didaticamente na greve da General Motors, em São Caetano do Sul (SP). A greve resulta num impasse: os trabalhadores ocupam a fábrica; a General Motors se nega a negociar com os trabalhadores; estes, previamente organizados, propõem colocar fogo na fábrica. Fecham os portões da fábrica com caminhões-tanque, acendem tochas, vão atear fogo e a General Motors responde: “Ponham! Prefiro tirar a General Motors do Brasil do que negociar e ceder um milímetro ao trabalhador!”. Não é preciso dizer que não colocaram fogo na fábrica. Recuaram. Foram, inclusive, demitidos por justa causa e tiveram muita dificuldade de organizar outra greve geral na General Motors depois disso. O movimento sindical tenta adotar medidas criativas, mas mostra nitidamente o esgotamento dessa forma de mobilização.

Acontece um fenômeno paralelo a esse, mas que é fundamental pra entender o limite dessa forma, que é uma mudança de geração. Estamos falando de militâncias sindicais que se criam na década de 1970; então, na metade dos anos 1980, estava havendo uma mudança de geração. Esses militantes estão nas diretorias sindicais - e, a partir de 1982

e 1983, na criação da CUT e alguns na criação do PT. Portanto, é uma segunda geração de militantes ocupando o lugar dessas lideranças. Durante esse período da segunda metade dos anos 1980, o capital reorganiza profundamente o local de trabalho, que é o que nós conhecemos vagamente por reestruturação produtiva. Não é que se supera o fordismo, mas o toyotismo apresenta elementos do fordismo remodelados numa forma diferente de organizar a produção. Isso tem impactos profundos sobre a classe. Mas o que nos interessa, aqui, é que há uma nova geração nesses postos de trabalho dialogando com uma direção sindical que vem de outra forma de organização da produção. De certa forma, enquanto nossas lideranças saíram dos locais de trabalho, o capital entrou neles e os subordinou à ordem do capital, tornando muito difícil o trabalho dentro das fábricas. A organização sindical passou a ser quase que exclusivamente uma mobilização nos limites dos portões de cada fábrica. Estou centrando no exemplo das fábricas porque penso que é o eixo dessa estrutura e desse modelo sindical, mas isso não deixou de acontecer em outras categorias não fabris. Por exemplo, foi dramaticamente verdadeiro no setor bancário, como foi dramático entre os funcionários públicos, que receberam este modelo de forma tardia.

Isso gera um impasse e a solução para ele é uma saída muito complicada: a proposta de um sindicato propositivo, conhecido como “sindicato cidadão”. Não se tratava mais de organizar a categoria, de mobilizar a categoria pelas questões econômicas. Tratava-se, agora, do sindicato buscar alternativas mais amplas na organização da região e mesmo de ramos de trabalho, no sentido de buscar alternativas compartilhadas que levassem a melhorias das condições de vida e, fundamentalmente nesse momento, à garantia dos postos de trabalho. A reestruturação produtiva cai como uma bomba na reorganização dos trabalhadores, porque ela reduz drasticamente os postos de trabalho. É o mito do fim da classe trabalhadora. Bancários entraram em pânico, metalúrgicos viam a Volkswagen reduzir seus trabalhadores de 40 mil para 12 mil. Isso fez com que esse mito do fim do trabalho, ainda que fosse um mito, ganhasse conjunturalmente tons de materialidade. Portanto, a reivindicação essencial passava a ser defensiva: manter os postos de trabalho e negociar outras

questões da pauta em função da prioridade de manter os postos de trabalho. Por aí vão as câmeras setoriais, os comitês de gestão, as gestões tripartites, que vão criar um “sindicato responsável”, um “sindicato cidadão”, um “sindicato propositivo”.

Então, nesse momento, a Central Única dos Trabalhadores está deixando de fazer formação política para fazer formação profissional, buscando alternativas de empregabilidade, como nos explica Paulo Tumolo em seus estudos. Nos sindicatos, principalmente nos sindicatos de ponta, de vanguarda (o chamado “bloco autêntico”), esse processo parece ganhar uma densidade preocupante. Pauta-se o movimento sindical para as câmeras setoriais, para os pactos, para aquilo que foi pouco a pouco sendo determinado como o desfecho desse ciclo. O ponto crucial disso foi a negociação, pela CUT, da reforma da Previdência. Isso mostra o espírito desse sindicato propositivo, cidadão. Vejam: o movimento sindical defende os trabalhadores e seus direitos. E previdência social são os direitos adquiridos; então, vamos defendê-la. “Mas, vejam bem: há déficit da previdência, crise da previdência... Como vocês podem nos ajudar a resolver a crise?”. Então, já que é “inevitável” uma reforma da previdência, a CUT quer participar do comitê que vai discutir quais são os elementos que terão sua reforma. Felizmente, ainda nesse momento, a relação de forças é outra. Vicentinho vai negociar nessa perspectiva e, quando ele chega na CUT, a Central desautoriza a negociação e o atropela, fazendo o Movimento contra a Reforma da Previdência. Não adiantou muito historicamente, mas pelo menos foi legal, conseguiu travar a primeira tentativa de pacto. A primeira, aliás, não foi nem de Vicentinho. A primeira tentativa foi de Jair Meneguelli, que também foi derrotado.

O paradoxo para nós é o seguinte: a máquina sindical que emerge desse bloco combativo que forma a CUT é extremamente poderosa, grande, economicamente forte, um sindicato de ponta, com ramos de produções essenciais - basta citar os petroleiros. Por que essa enorme máquina sindical não consegue barrar a contrarreforma do Estado, o ataque aos direitos do trabalhador e a flexibilização das relações do trabalho - entre nós conhecido pelo vago nome de neoliberalismo? O que aconteceu com essa máquina sindical que, na hora em que ela foi mais urgente e necessária na defesa

desses patamares, ela se transformou em polenta? Essa é uma dúvida que precisa ser resolvida. Evidente que aí alguns autores vão falar: “Eu não disse?”. Leôncio pode dizer que o previu, só errou a década. Ou, depois de morto, dizer que falava lá atrás. É perigoso esse argumento, porque, como Marx dizia, o produto esconde o processo. O desfecho, às vezes, esconde o processo. O processo é esse mesmo: era um espaço que permitia a contestação, tanto que permitiu e foi um ciclo muito importante da luta de classes no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, foi um processo que nos alerta para os limites desses espaços, no seu desfecho.

Hoje, diante dessa desfiguração do sindicalismo combativo, de um processo acentuado de burocratização das máquinassindicais, vários setoressindicais que se mantiveram fiéis aos princípios da defesa da classe trabalhadora e seus direitos rompem com a CUT e formam a alternativa de manter-se na resistência. São dois exemplos disso, no primeiro momento, a Conlutas e, depois, a Intersindical. A CUT não tem impasse, ela está resolvidíssima, sabe exatamente o que vai fazer: vai dar continuidade a essa forma de sindicato que foi facilmente, docilmente, atrelada pelo Estado. Penso que o desfecho da votação do salário mínimo equivale à missa de sétimo dia da Central Única dos Trabalhadores. Você faz uma luta nacional pela diminuição da jornada de trabalho e pelo aumento do salário mínimo; nenhuma das duas coisas saem, e a CUT fica planejando a festa de fim de ano para 2011. Não há nenhuma notícia. Saímos da negociação e da votação do salário mínimo dizendo para os trabalhadores: “É isso aí, tentamos. Fazer o quê?”. Nem os R\$ 600, nem uma grevezinha...

Mas vamos deixar os mortos em paz.

Qual é o debate sobre esse impasse do movimento sindical de resistência? No mundo dos vivos, as pessoas estão preocupadas, querem fazer luta, querem se manter na ativa e se contrapor a essa ofensiva do capital. Mas elas têm um problema: mesmo com os movimentos sindicais combativos, eles estão na mesma estrutura sindical, estão nas mesmas macas, padecem dos mesmos problemas. Por exemplo, a discussão de uma nova Central é uma discussão que tem um cadáver insepulto. Qual é o modelo de organização para a Central? Ela é uma central de lutas? O CGT, por exemplo, que era o Comando Geral dos Trabalhadores, era absolutamente ilegal, proibido, porque a CLT não o permitia. A

CUT, durante boa parte da sua existência, era ilegal. Portanto, não existe nenhuma necessidade de uma central sindical ser uma instituição física reconhecida pelo Estado, a não ser que entremos em uma polêmica muito delicada: como conviveremos com o imposto sindical? Esse é o cadáver insepulto dessa discussão desde Getúlio Vargas. Nós vamos aceitá-lo?

Vejam: CUT, Força Sindical e outras utopias que foram agregadas pelo caminho aceitam a tese de que há um fundo cobrado dos trabalhadores, que o repassa para as centrais, que viabiliza as centrais independentemente de elas terem sindicalizados, desenvolverem lutas ou qualquer coisa do gênero. Enquanto isso prevalecer, a autonomia independente da classe e do movimento sindical está comprometida. Então, a central sindical do campo combativo tem que enfrentar corajosamente a questão do imposto sindical ou não avançará numa nova forma organizativa dos trabalhadores.

O segundo ponto dessa polêmica é o da unidade. Temos que ter unidade entre nós e, desta forma, precisamos estar na mesma Central. Mas há um problema: nós não temos unidade real entre nós. Portanto, nós estamos dizendo aonde vamos brigar por conta de nossa falta de unidade. Isso é um problema: uma central tem poder se ela é fruto de uma ação unitária da classe que culmine numa expressão política organizativa. Vejam: nossa divisão, enquanto esquerda, não é uma divisão subjetiva, embora haja quem pense que é. Há quem pense que com boa vontade, se todos nos sentarmos em torno de uma mesa, fecharmos as portas, nós vamos nos entender. Eu penso que não, porque esta não é uma questão subjetiva: nós expressamos, na política, a fragmentação real da classe, é uma expressão da derrota da classe. Somos a expressão fragmentada da derrota que fragmentou a classe enquanto tal. Temos muito pouca clareza dos nossos pontos de unidade - temos mais clareza dos pontos de divergência. Isso faz com que uma central possa ter, perigosamente, uma função burocrática de acomodar diversos setores, que é o que a CUT faz. Como é que a CUT resolveu as divergências? Deu uma vice-presidência para cada um, uma sala, uma verba, e assim resolveu o problema. Não é este nosso modelo. E sem resolver isso, nós também não avançaremos.

O terceiro e último ponto que temos que encarar nessa discussão é que a forma organizativa da estrutura sindical

brasileira é a forma exigida pelo padrão fordista. Vou fazer um parêntese para explicar o que é isso e para sabermos qual é o impasse. Quando Ford cria sua linha de montagem, faz sua proposta, ele tem duas tarefas, duas perguntas a responder. Uma: ele tem que salvar o padrão da acumulação, tem que produzir para o mercado em expansão, em série, em massa, ganhar em escala na extração de mais-valia. Isso Ford resolve com a linha de produção e, depois, com o taylorismo. Mas ele também precisa derrotar a classe trabalhadora. Vejam bem: Ford está tendo essas ideias incríveis na década de 1920, respondendo à emergência da classe trabalhadora como um sujeito histórico, que tomou o poder em 1917, que está construindo uma experiência de socialismo que influencia diretamente os operários do mundo inteiro. Uma faixa de uma greve de portuários em 1918 nos Estados Unidos dizia: “Façamos como nossos irmãos russos”. Isso é um problema nos Estados Unidos. Então, é necessário quebrar esse poder da classe trabalhadora. A linha de produção fordista de certa forma impõe essa fragmentação: ela quebra o poder operário de controle da fábrica. Aquela classe trabalhadora subordinada só formalmente ao capital podia parar a produção na hora que quisesse, tomar a fábrica e fazê-la funcionar sem o comando do capital. Quando o taylorismo separa o comando técnico da execução, fragmenta as funções em diversas funções alienadas, transforma os trabalhadores em gorilas amestrados, como disse Taylor, ela quebra a resistência da classe trabalhadora.

Mas Ford tem um terceiro problema. Ele não quer ter que negociar com a organização operária para chegar às reivindicações dos trabalhadores: ele quer se antecipar a elas. Ele quer dizer o seguinte: “Quem fala em nome de vocês? Eu vou negociar com quem fala em nome de vocês e, negociando com eles, estou negociando com vocês e não aceito mais nada até o próximo ano, até a próxima campanha salarial”. Então, essa questão de um sindicato que representa a categoria é uma invenção fordista, é o sindicato adequado ao padrão de produção fordista.

Mas trabalhador é uma desgraça: ele aprende a resistir na situação em que ele fica. O trabalhador não lê Marx, tem uma dificuldade imensa de ler Marx, a não ser que vá fazer curso de Serviço Social ou Ciências Sociais... Senão, é bem provável que nunca leia. Porém, mesmo sem ler

Marx, os trabalhadores sabem que fazem a história, mas não a fazem como querem: a fazem nas circunstâncias em que se encontram. Já que isso está colocado, vão ter que resistir nestas condições.

Então, como é que o trabalhador começou a resistir no fordismo? Aquele trabalhador qualificado que controlava o processo de produção e poderia pará-lo acabou. Ele foi fragmentado em saberes dispersos na fragmentação da relação homem-máquina, um trabalho parcelado. “Eu não existo mais enquanto um trabalhador qualificado, só existo como vários trabalhadores em conjunto. Então eu só posso me expressar enquanto vários trabalhadores em conjunto!”. Surge, aqui, o que chamamos de operário-massa. O fordismo quebrou, ele vai chegar na sua crise na década de 1970, vai mudar o seu padrão de produção e vai produzir uma alteração no próprio perfil da classe. Quebra-se essa ideia do operário-massa, quebra-se a ideia do operário parcelado: vai ter, agora, a ideia do trabalhador polivalente, do trabalhador em equipe, a ideia de que o trabalhador da fábrica se concentra no setores-chave da produção e o resto é terceirizado (e quem é terceirizado não faz parte dessa categoria). De certa maneira, o sindicato fordista é uma anacronia diante da forma de organização real da produção do perfil da classe que se produziu no período contemporâneo.

De certa maneira nós somos saudosistas do proletariado que deixamos no início da década de 1970. Veja, o proletariado está aí, não acabou. Quem morreu foi o Gorz: o proletariado continua aí. Agora, esse proletariado que continua aí está disperso, e não mais em um setor, mas em vários, através de terceirizações e das terceirizações da terceirização. Tem uma Organização Social (OS) fazendo implantação de um Centro de Atenção Psico-Social na Rocinha. A OS já é uma terceirização da função pública, mas o vigia da OS não é da entidade mantenedora da OS: ele é de uma empresa que presta serviços. A OS contrata uma empresa para fazer a vigilância: é a quarteirização. E a empresa do vigia pode contratar uma de limpeza. Você imagine a fragmentação da classe. “O que é você? Não sei...”. E esse cara da limpeza vai ser tirado do CAPS e vai ser jogado na UFRJ e, de repente, vai ter que pensar o seu local de trabalho, e é outro, completamente diferente. Essa desenraização, essa fragmentação da classe tem poderosas influências sobre a cabeça da classe, a consciência da classe e a ação da classe.

Sou muito otimista. Penso que o capital está preparando a sua maior crise. Se a classe trabalhadora da fábrica fordista emerge com o operário-massa como resposta à organização fordista, a nossa próxima resposta é bem grande. Se você quiser mobilizar o trabalhador, você tem que mobilizar o conjunto da sociedade e não mais em categorias, em espécies. Isso está na base da nossa discussão do poder sindical, agora. Vou, prudentemente, deixar minha colega responder todas as questões sobre o sindicalismo no Serviço Social, mas há algumas pistas que eu queria deixar para provocar esse debate.

A primeira delas: a luta sindical é uma resistência dos trabalhadores contra a lógica hegemônica da sociedade, que é a lógica do capital. Ainda que do lado de lá haja um patrão capitalista, e do outro lado de lá tenha um Estado como empregador. E o sindicato é uma ferramenta de resistência do trabalhador para defender seus direitos. Então, nesse sentido, o que é essencial, hoje, são as lutas: elas precisam ocorrer. O problema causado pelas trinta horas semanais de trabalho para os assistentes sociais é muito legal. Eu não perco a chance de encontrar uma enfermeira e perguntar: “Como é que vai a vida, minha filha?”. Ela responde: “Ah, muito trabalho...”. Aí eu falo sobre as 30 horas do assistente social, e pergunto sobre o sindicato dela. Ao mesmo tempo, não pode ser assim: “Eu tenho, você não tem!”, essa coisa corporativa. Estou dando esse exemplo porque, felizmente, isso não nos falta: a precarização das condições de trabalho nos inscreve em uma pauta que qualquer sindicalista da década de 1970 adoraria ter para fazer mobilização e agitação. O tamanho das perdas salariais, o tamanho da intensificação do trabalho, o tamanho do desvio de função a que estamos submetidos, isso é um maná para qualquer liderança sindical organizar os trabalhadores em defesa desses direitos. Mas as dúvidas são: quem organiza, e como organiza? Será que a velha forma da direção sindical por categoria, recolhendo imposto sindical, representando o conjunto da categoria, apresentando pautas nas datas-base não é uma forma que está presa a uma conjuntura que dificilmente mobiliza? Até que ponto existem pautas transversais, essenciais a serem pensadas? E aí há formas de organização necessariamente diferentes. Eu gosto disso, porque quando as formas antigas não servem, nós inventamos outras. Foi assim que

surgiu o pacto de unidade de ação, na década de 1950; foi assim que surgiu o CGT; foi assim que surgiram as comissões de fábrica; foi assim que surgiu a Liga Camponesa. Portanto, temos um desafio organizativo: precisamos encontrar uma forma organizativa para dar materialidade a essa luta. E precisamos fazer isso (estou convencido!) em franca luta contra a estrutura sindical, que hoje se materializa no campo governista.

Isso significa que temos que fazer necessariamente por fora das máquinas sindicais? Aí a minha tradição pesa nesse momento. Penso que não. Penso que não há problema nenhum neste processo ser feito a partir das máquinas sindicais. Só que agora você vai ter que ler Florestan Fernandes duas vezes por dia para olhar para o espelho e falar: “Dentro dela, mas contra ela!”. Se um dia você falar “Dentro dela e estou gostando”, aí acendeu a luz vermelha, aí alguma coisa está errada, porque aí Armando Boito está coberto de razão. O peso dessa influência sindical não deve ser menosprezado porque é um espaço de cooptação, porque o desfecho foi catastrófico. Então, deve-se atuar dentro desses espaços? A resposta é meio enigmática: deve-se, mas há que se ter uma corda de segurança.

Estou convicto de que a solução, essa corda de segurança, não está no movimento sindical, especificamente. Esse é o paradoxo do problema que nós compartilhamos: o movimento sindical, os movimentos sociais, as associações, os partidos foram reduzidos a meras siglas eleitorais. O Gramsci tinha a seguinte ideia: a classe dominante tem suas trincheiras avançadas, os trabalhadores devem ter suas trincheiras para fazer a luta por hegemonia, ou, mais precisamente, uma luta contra-hegemônica. Só que Gramsci falava o seguinte: essas trincheiras avançadas do capital são centralizadas e dirigidas pelo Estado. Se os trabalhadores quiserem ter sucesso nessa luta, suas diferentes trincheiras têm que ser centralizadas e

dirigidas por um projeto revolucionário, “por um príncipe moderno”, dizia. Ele tinha que falar “príncipe moderno”, não podia falar em partido, estava na cadeia, mas nós podemos: tem que ser dirigido por um partido. O nosso problema é que se nós vamos para o sindicato fazer essa luta, e ele é uma trincheira, a questão é: de que estratégia? Amarrado em que totalidade? Dirigido por que estratégia? Por que o lado de lá a tem! No fundo, a cooptação é uma maldição sobre os trabalhadores, uma maldição que diz o seguinte: “Se você não tem uma estratégia própria, não se preocupe, você faz parte da estratégia de alguém”. Então, a solução para esse paradoxo do espaço sindical ser, ao mesmo tempo, dentro da ordem, mas com potencial de ser contra a ordem, se resolve não em encontrar uma forma sindical adequada, mas em como inserir essa ação sindical numa estratégia de transformação revolucionária da sociedade. Você pode resolver isso não numa esfera tática específica, mas na esfera da totalidade das ações táticas da perspectiva da transformação, que envolve os organismos de classe, as associações, os espaços institucionais e não institucionais, as ações contra e fora da ordem, articuladas por uma força política capaz de formar uma estratégia de transformação - uma ou várias. Ou seja, a solução do impasse sindical pode não estar no âmbito do debate sindical. Pode estar no âmbito da estratégia de transformação. A vantagem é que o milênio está só começando, então nós temos bastante tempo ainda para errar.

Na verdade, não muito tempo: porque senão o capital nos pega mais uma vez e vamos ter que fazer esse debate sobre um ciclo que se abriu em 2012, em que havia uma porção de gente legal e bem intencionada, mas que acabou do outro lado do rio.

Eu espero que não, tenho confiança que nós continuamos e continuaremos nesta margem do rio. Um beijo.

### ■ Cleier Marconsin, professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ

Boa noite a todas e a todos. Quero, primeiro, agradecer pelo convite para estar aqui. No meio do caminho até me arrependi de ter aceitado porque tratava-se de um desafio, mas foi legal: temos que enfrentar os desafios. A vida é assim, cheia deles. É muito bom estar aqui com as companheiras e os companheiros do Serviço Social. Quero cumprimentar a todas e a todos, à mesa (Martha, Denise e

Mauro), e dizer que é muito bom, mesmo, estarmos aqui conversando.

Mauro problematizou o movimento sindical de uma maneira bem aguda. Particularmente, meu debate foi a crise do movimento sindical contemporâneo, que possibilita sobremaneira a flexibilização dos direitos trabalhistas que vimos vivendo. Coloquei na defesa da minha tese (e o professor José Paulo

## Um dos elementos originários da corrupção sindical foi o imposto sindical

Netto chegou até a concordar de certa forma comigo) que um dos elementos originários da corrupção do movimento sindical foi o imposto sindical. Quando ele foi instituído, na verdade, a intenção era quebrar o movimento sindical livre que existia e atrelá-lo com um processo de repressão. Porque não pode haver só repressão, tem que haver alguma maneira de cooptação. Penso que esse é um problema seriíssimo que permanece. Enquanto não nos depararmos com ele e o enfrentarmos, todo esse debate sobre se devemos ficar em sindicatos por ramo ou fazer um sindicato de nossa categoria profissional se torna um tanto quanto inócuo, porque temos, realmente, é que colocar em xeque a estrutura sindical existente na sociedade brasileira.

Nosso sindicato nacional, o ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes), não recebe imposto sindical. Nós vivemos sem ele e temos uma série de outros mecanismos, que chamamos de “cláusulas antipelego”. Somos contra a reeleição para o mesmo cargo dentro do ANDES / Sindicato Nacional e somos contra a reeleição da mesma pessoa mais de duas vezes para a diretoria. Tem que passar um período fora, sem estar na direção sindical. Depois de pelo menos dois mandatos fora é que pode ser eleito novamente, voltar a participar da direção da entidade. É um sindicato que sofre uma perseguição muito grande, hoje, do Estado. Essa perseguição é combinada à existência de um grupo de professores das universidades federais que procura fazer uma formação sindical mais aberta à cooptação do Estado: o PROIFES. É outro aspecto importante, na atualidade, a ser enfrentado. O PROIFES fragmenta os professores, porque se propõe a representar apenas os professores das federais. A fragmentação interessa à burguesia e é nesse sentido que ela pretende tratar os trabalhadores. Fragmenta por dentro dos locais de trabalho e procura fragmentar naquilo que não está fragmentado, no âmbito da organização sindical. Essa é uma questão muito importante que é trazida para nós, trabalhadores, pensarmos. Mauro nos colocou o cerne deste debate.

Falando dos assistentes sociais, observei na pesquisa que Altineia e Mariana nos apresentaram, bem como na análise, que uma das dificuldades de sindicalização dos assistentes sociais está, ainda hoje, na dificuldade de se ver como classe trabalhadora. É interessante aparecer esse ponto porque, na verdade, nós, assistentes sociais, começamos a

nos ver como classe trabalhadora (que somos!) apenas com a retomada do Movimento de Reconceituação Latino-americano, de meados a final da década de 1970. Estou me referindo à retomada, não estou falando daquele movimento da década de 1960. Até então, nós nos considerávamos agentes de mudança, profissionais da ajuda ao próximo etc. E já éramos assalariados, porque, embora nós tenhamos a característica de profissão liberal, sempre fomos uma profissão de assalariados – na maioria, de mulheres assalariadas e, inclusive, de trabalhadores no âmbito do Estado, que sempre foi o nosso maior empregador (e continua sendo, pelo que vocês nos mostraram hoje), nas várias instâncias do Estado, seja municipal, estadual ou federal. Mas não nos víamos como trabalhadores assalariados. É interessante: a percepção que tínhamos era outra. Com a retomada do Movimento de Reconceituação passamos a nos perceber como realmente somos, trabalhadores assalariados. Então, nós éramos e pertencíamos à classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que começamos a fazer o debate teórico-metodológico entendendo que o Serviço Social se situava na divisão sociotécnica do trabalho, este mesmo movimento também nos colocava política e ideologicamente em um posicionamento diferente do assumido até então. Quero dizer que não havia separação - e não pode haver separação - entre essas dimensões na nossa percepção sobre os assistentes sociais na sociedade. Interessante que este processo, esta percepção político-ideológica, se dava ao mesmo tempo em que os debates teórico-metodológicos ocorriam, nesse mesmo momento que Mauro nos coloca, da efervescência política da sociedade brasileira com o ressurgimento na cena pública do proletariado no ABC paulista. O professor José Paulo Netto mostra, em sua obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” (Cortez, 1991), que o proletariado, com suas greves, antecipou a perspectiva da ditadura de transição lenta e gradual. Inclusive, tais greves alavancaram, também, o movimento de oposição democrática, de oposição à ditadura, provocando o encontro desses processos. Se naquele momento os assistentes sociais se colocavam como classe trabalhadora, nós tínhamos, então, que nos organizar enquanto tal. Estou falando não apenas do ponto de vista teórico ou porque li nos livros: eu vivi este processo.

Nele, fizemos um movimento duplo:

nos ligamos ao movimento que estava ocorrendo da classe trabalhadora como um todo, enquanto classe trabalhadora; e também começamos a perceber as relações autoritárias que tínhamos desenvolvido ao longo da nossa trajetória político-profissional com a mesma classe trabalhadora. Nós éramos aqueles profissionais que íamos dizer para os trabalhadores que os valores deles estavam errados, que certos eram os valores burgueses. No primeiro momento do ressurgimento da luta dos trabalhadores no ABC paulista, em várias fábricas muitos colegas foram cumprir o papel destinado pelos patrões de ir às casas dos trabalhadores falar com a família que ela tinha que tirar aquele trabalhador da greve, porque ele corria o risco de ser mandado embora. Nós cumrimos esse papel. Não é à toa que, muito no início, os trabalhadores organizados, conscientes, não suportavam os assistentes sociais. Eu trabalhava na Prefeitura Municipal de Campinas (SP) e lá, ao mesmo tempo em que havia esse ressurgimento da luta sindical dos trabalhadores operários, também havia o surgimento das lutas nos bairros, nas favelas. Aqui no Rio de Janeiro havia a luta contra as remoções, mostrando como era possível lutar contra elas. Em Campinas isso surge, também, e era puxado pelas comunidades eclesiais de base com o nome de “Assembleia do Povo”. O povo das favelas começou a se rebelar contra as remoções e a exigir o termo de posse de suas moradias. Os assistentes sociais da Prefeitura de Campinas foram expulsos das favelas, porque a categoria estava, também, na linha de frente das remoções. Então, nós vivemos este processo, éramos absolutamente “funcionários do regime” – e José Paulo Netto tem toda razão no livro “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. Nós éramos funcionários, mesmo, dos interesses hegemônicos vigentes. É óbvio que existia contradição, que havia setores que não concordavam. Muitos setores já vinham se desligando desse processo, e muito setores de assistentes sociais também, ao longo do período da perspectiva modernizadora (chamada assim pelo professor Netto na obra referida anteriormente) já vinham contestando esta prática. O “Método BH”, desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, é um exemplo disso. Nós nunca podemos ser unilaterais nessa análise. Também dentro da nossa categoria existia um movimento que contradizia todo esse

processo. Evidentemente que colegas iam presos, eram expulsos do país, alguns, inclusive, ficaram exilados no Chile e puderam participar do governo de Salvador Allende.

Isso possibilitou que mais tarde, com o que chamei de retomada do Movimento de Reconceituação, nós também começássemos a contestar e questionar veementemente os profissionais de Serviço Social que agiam a serviço unilateral dos interesses da burguesia. E começamos a questionar esta prática nos ambientes de trabalho - e não foi um processo cor-de-rosa não, foi um processo extremamente duro. Nós nos defrontávamos de forma bem séria, não usávamos salto alto, embora fôssemos, na maioria, mulheres. E também começamos a nos defrontar com este procedimento nas entidades organizativas da categoria. Tínhamos associações profissionais no âmbito do Estado, as tínhamos inclusive em algumas cidades. Em Campinas, por exemplo, tínhamos a Associação Campineira dos Assistentes Sociais; em São Paulo, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASP). A APASP foi linha de frente do combate ao conservadorismo dentro do Serviço Social no estado de São Paulo. E começamos a fazer o movimento de oposição dentro das associações. Optamos por ir por dentro e passamos a organizar a CNEAS, que é a Confederação Nacional das Entidades de Assistentes Sociais, que deu origem, depois, à ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais) em 1983. Então, nós participamos de todo esse processo de uma maneira bastante ativa e participávamos do questionamento a respeito da estrutura sindical que desenvolveu-se sob a égide da ditadura militar.

Também nas nossas associações, as assistentes sociais que as dirigiam eram cooptadas. Então, nós tivemos um trabalho danado para tirá-las das entidades: fizemos, também dentro da nossa categoria, movimentos de oposição às diretorias, e ganhamos. Fomos ganhando as associações e, depois, nos dirigimos a fazer o mesmo movimento no Conjunto CFESS/CRESS (à época CRAS/CFAS)<sup>13</sup>. Estávamos tomando as nossas organizações das mãos dos assistentes sociais que eram hegemônicos pela perspectiva modernizadora e, ao mesmo tempo, levávamos as nossas organizações para participar da organização mais geral da classe, porque, de fato, nos considerávamos classe trabalhadora. Participamos ativamente do processo

<sup>13</sup> Nota do Conselho Editorial: anteriormente à Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social e dá outras providências, os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social eram denominados, respectivamente, Conselho Federal de Assistência Social e Conselhos Regionais de Assistência Social. Suas siglas eram CFAS e CRAS.

de construção da Central Única dos Trabalhadores que, quando nasce como “central única” já não é única. É interessante que nós incorporamos, da mesma forma - talvez pelas características socioprofissionais e culturais da nossa profissão - nós internalizamos, mesmo, essa crítica que fazíamos à estrutura sindical corrompida, centralizada, desprovida do trabalho de base, desprovida de estar atenta aos interesses da sua categoria. Nós incorporamos de fato, introjetamos a perspectiva do sindicalismo de confronto, este que agita, mobiliza e negocia. A negociação só é possível se estabelecemos o confronto, se estabelecemos a agitação, se estabelecemos mobilização. Claro que, no primeiro momento, priorizávamos muito mais o confronto do que a negociação, o que vem no processo, obrigada pela realidade mesmo. Incorporamos este processo de uma tal maneira que, de fato, construímos as nossas organizações pela base, como defendemos na CUT, e participamos da CUT considerando que ela nunca deveria se tornar o que se tornou hoje. Não é à toa que a nossa categoria faz a crítica à CUT por conta da forma como ela se constrói hoje.

Em 1994 decidimos por extinguir a ANAS, que era aquela que centralizava as associações de base e até alguns sindicatos que já tinham surgido. A ANAS teve onze anos de duração, onze anos de uma vida ativa, combativa, que se preocupou com a organização da categoria, com o trabalho e o debate da consciência de classe, juntamente com o trabalho que já vinha fazendo o Conjunto CFESS/CRESS. Já estamos em meados da década de 1990, e reparem, já estávamos em um período em que o refluxo do movimento dos trabalhadores, de modo geral, já estava posto. Embora a CUT ainda não tivesse optado claramente pelo *sindicalismo propositivo ou cidadão*, esse processo já era evidente, quem quisesse já podia ver.

Um dos argumentos que é utilizado pelas analistas situa a extinção da ANAS e a opção por sindicatos por ramo de atividade ou de contrato de trabalho porque já observávamos uma espécie de estagnação na vida da associação, na vida dos sindicatos por categoria ou das associações. Eu vi muito esse argumento ao ler, ao estudar esse processo, e me lembro que discutíamos isso, sim, mas também já tínhamos a experiência da participação em sindicatos por ramo de atividade. Por exemplo, nos sindicatos que estavam sendo construídos pelos

funcionários públicos havia muita participação de assistentes sociais. Já vínhamos fazendo esse debate, não é em 1994 que ele acontece pura e simplesmente, ele vinha acontecendo desde que estávamos nos organizando. Lembro-me que eu participava com o conjunto dos trabalhadores da Prefeitura Municipal. Na organização da primeira greve da Prefeitura Municipal de Campinas, em 1979, muitas de nós, assistentes sociais, da Secretaria de Promoção Social, participávamos com o pessoal de todas as outras categorias: advogados, médicos, psicólogos, enfermeiros, garis, trabalhadores das creches, professores. Nós organizamos uma greve, a primeira greve da história da Prefeitura Municipal de Campinas. Nós estávamos, assistentes sociais, na direção da greve junto com outras profissões. Portanto, já tínhamos essa ideia, essa consciência de trabalho conjunto. Então, esse debate é antigo, ele acompanha nossa experiência - nós já vínhamos vivendo isso.

Quando nós, servidores públicos, pudemos ter o direito de sindicalização, nós participamos de sua organização e dos debates. Antes, atuamos junto à Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campinas, que há 30 anos tinha um único presidente, pelego. Ele tomava cafezinho no gabinete de todos os prefeitos há 30 anos. Sabem o que nós fizemos? Fizemos a primeira greve trazendo os caras para fazer a greve conosco. Claro que alguns setores achavam um absurdo, diziam que tínhamos que fazer a luta por fora da associação dos sindicatos pelegos. Nós tínhamos esse debate também em nossa categoria: estava presente o debate sobre se nossa opção seria lutar por tomar os sindicatos por dentro ou se íamos fazer oposição e construir organizações oposicionistas, por fora das direções - porque aquela estrutura estava morta, nós estaríamos carregando um cadáver. Este debate estava lá, nós participamos dele e optamos, como assistentes sociais, por ir por dentro das associações e ganhá-las. Também participamos do mesmo movimento de tomar, de entrar na Associação. Claro que perdemos todas as eleições da Associação, todas! Não tinha jeito de ganhar aquela Associação: levamos anos, até que pudemos organizar um sindicato, na década de 1990.

Este processo de nos organizarmos por ramo de atividade foi muito importante para nós. Eu gostaria de deixar muito claro, porque participei disso: fui convencida no processo, nos debates,

## Algumas tarefas de defesa da profissão devem ser articuladas com o movimento geral, com sindicatos por ramo de atividade

que não eram viciados. Foram debates claros, transparentes, democráticos. No começo da discussão eu era contra esta tática; depois fui convencida e estive a favor de nos diluirmos nos sindicatos por ramo – e de lá para cá tenho cumprido a deliberação da categoria. Sempre participei de sindicatos por ramo de atividade. Hoje sou docente, participo do ANDES/SN, e atualmente estou presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Quando tomamos essa decisão ela foi democrática – e nós adoramos atos massivos. Os nossos congressos sempre deram “inveja” em muitas categorias: tínhamos sempre mais de 3.500 pessoas. À época estávamos com uma participação muito grande. Quem estava dedicado a essa discussão teve a oportunidade de fazê-la. Não é justo, portanto, considerarmos que não houve democracia no período. Pelo menos tive a oportunidade de debater muito. Nesse período já tínhamos - desde então! - o debate sobre se continuávamos com o sindicato próprio, de assistentes sociais, tanto que houve deliberação, votação. A decisão foi por maioria, não foi por consenso. Ocorre que um grupo de colegas manteve sindicatos em alguns estados, mesmo havendo uma deliberação nos fóruns formais e organizativos da categoria. O debate continuou, e hoje nós estamos assim.

Penso que um dos aspectos que nos levou a fazer essa análise de que nossa categoria estava desmobilizada (e, por isso, precisávamos mesmo ir para os sindicatos por ramo de atividade) é que deixamos de analisar que esse processo ocorria da mesma maneira com os sindicatos em geral, que eles já começavam a apresentar um esvaziamento. Houve um pouco de saudosismo, também. Nós queríamos aquele momento efervescente que tínhamos vivido! Nós temos saudade, é claro! Somos seres humanos, a luta política nós fazemos com as mentes e com os corações. Mas penso que foi uma decisão acertada e ela continua acertada. Em alguns momentos, chegamos até a pensar se estávamos fazendo o certo, mesmo. Quando vemos um dado desses, de que a maioria não está participando de nada, pensamos: será que se tivéssemos sindicatos de assistentes sociais como consenso, e não como “racha”, teríamos todos ou a maioria dos assistentes sociais participando? Essa é uma pergunta que nos fazemos. Óbvio que é justo nos fazermos esta pergunta, não podemos ser dogmáticos, não podemos dizer que esta

discussão foi superada lá na década de 1990. Sou absolutamente contra isso de colocar o debate debaixo do tapete, fazer de conta que ele não está acontecendo, dizer que o que nós decidimos em outra década é lei e acabou, nunca mais se retoma. Então, é muito importante que estejamos fazendo esse debate. Estou usando um pouco a minha história de vida, mas não é história de vida pessoal, não, é político-pessoal e sindical.

Continuando: como é que, por exemplo, articulamos a luta das organizações da categoria, do Conjunto CFESS/ CRESS, da ABEPSS, da ENESSO com os sindicatos por ramo de atividade? Nós temos que saber fazer esta articulação. Algumas tarefas de defesa da profissão são do Conjunto CFESS/ CRESS; outras da ABEPSS e do Conjunto CFESS/ CRESS; outras do conjunto todo, mas todas elas, necessariamente, devem ser articuladas com o movimento geral, com sindicatos por ramo de atividade. Vou citar um exemplo de uma articulação muito bem feita. Fui professora da PUC de Campinas durante muitos anos. Eu trabalhava de dia na Prefeitura e à noite dava aula como horista na PUC. Então, tenho muitas ex-alunas lá na Prefeitura Municipal de Campinas que estão no CRESS, que ganharam agora o Conselho e estão todas entusiasmadas, e também continuam na Prefeitura. Vejamos como foi que aconteceu a conquista das trinta horas lá. O prefeito de Campinas, Doutor Hélio, do PDT<sup>14</sup>, disse que não ia reconhecer a lei. O Conselho Regional articulou-se com o Sindicato dos Trabalhadores da Prefeitura Municipal de Campinas, ao qual assistentes sociais são também filiados, e a luta foi conjunta. Os demais trabalhadores, portanto, se colocaram em defesa das trinta horas dos assistentes sociais, porque ali os médicos, por exemplo, já têm o direito a vinte horas semanais. Houve essa defesa do Sindicato que, ao mesmo tempo, junto com o Conjunto CFESS/ CRESS, travou a luta política por fazer paralisações de um dia e paralisações-relâmpago – eles paravam duas horas, numa “operação tartaruga”, sob orientação do Sindicato. O Sindicato entrou com uma ação de antecipação de tutela e tivemos a notícia, há um mês, de que houve ganho de causa desta ação. Agora a Prefeitura Municipal de Campinas está sendo obrigada a implantar as trinta horas de trabalho. Isso, além de fazer com que as condições de trabalho dos assistentes sociais avancem muito, abre possibilidade, abre campo de trabalho, porque a nossa luta pela redução da

<sup>14</sup> Nota do Conselho Editorial: Dr. Hélio teve seu mandato cassado pela Câmara de Vereadores de Campinas no dia 20 de agosto de 2011, por 32 votos a um, após apuração de denúncias de corrupção e improbidade administrativa.

carga horária, que é a luta geral dos trabalhadores, existe não só para que os trabalhadores tenham o direito a trabalhar menos (ou seja, incidir na mais-valia), mas também abre mercado de trabalho. Diminuir de quarenta pra trinta horas a jornada semanal gera um aumento significativo no número de vagas para assistentes sociais em todos os espaços ocupacionais nos quais estamos inseridos.

Agora se pode questionar: “Poxa, mas essa luta é só para nós? Uma luta específica? Nós não tínhamos determinado que não íamos fazer lutas específicas?”. Sim, mas devemos perder o hábito de nos espelhamos no que está pior. Penso que vale a pena quando um determinado segmento dos trabalhadores obtém alguma conquista. Nós queremos mais é que conquiste, e aí vamos falar: “nós queremos igual a eles agora”, porque temos que aprender a nos espelhar no que está melhor, no colega que tem mais direitos, e não ficar com medo da crise que estamos vivendo e recuar, porque aí eles vão tomar nossos direitos, mais do que já tomaram. Então, uma conquista desta num momento de perda de direitos é muito importante para a classe trabalhadora, não só para os assistentes sociais. Isso é importante entendermos, porque tem incidência na classe, se soubermos fazer um trabalho político.

Aí entra algo muito importante: os partidos políticos, os partidos verdadeiramente da classe, fazerem esse debate. Porque nós não podemos pretender que o sindicato ou as centrais substituam os partidos: o partido continua sendo fundamental — concordo plenamente com Mauro Iasi —, porque, sem eles, vamos ter qual estratégia? E conquistar direitos para uma categoria, ainda que para apenas uma, é fundamental para o conjunto da classe. Isso eu gostaria de deixar muito firmemente colocado aqui. Se estivermos junto dos companheiros trabalhadores nos movimentos ou nos sindicatos por ramo, se estivermos nos unificando com outros trabalhadores, nós vamos dizer: “Olha, nós participamos da luta de vocês também, querem?”. Nós vamos, porque aí estamos juntos. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a nossa universidade, é a única universidade pública do Brasil que não tem regime de dedicação exclusiva. Então, nós estamos numa luta ferrenha para ter dedicação exclusiva. E alguém pode dizer: “Poxa, vocês ficam fazendo a luta só para os professores?”. Não! Nós estamos também

com os companheiros lutando pelo reajuste salarial, porque com salário aviltado não há dedicação exclusiva que resolva. Então esse debate importa! E mais: nós estamos falando também da categoria dos técnicos administrativos. Vocês sabiam que a dedicação exclusiva não é só uma questão para o magistério? Os trabalhadores envolvidos em trabalhos técnicos e científicos também têm o direito à dedicação exclusiva. Então essa é uma questão que nós estamos colocando. E, fundamentalmente, nós consideramos o seguinte: em um momento de perda de direitos conquistarmos a dedicação exclusiva para a única universidade pública do país que não a tem é uma vitória para o conjunto dos docentes, na minha opinião, e dos trabalhadores, porque estamos colocando nossa situação de trabalho num patamar superior. Então, podemos querer almejar colocar a situação num patamar superior. Estar, em primeiro lugar, em sindicatos em que estão outros trabalhadores é fundamental, porque faz com que a unidade da classe seja mais fortalecida e faz com que estas questões que estão colocadas para o conjunto dos trabalhadores se coloquem também para nós. Pois a polivalência, a perda de direitos, a intensificação do trabalho, todos esses processos de superexploração não estão colocados só para os outros, estão colocados também para nós, como afirma Yamamoto em sua obra “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional” (Cortez, 1998). Essa é uma questão que devemos nos colocar.

Gostaria de sugerir duas coisas para nós, inclusive já encerrando, porque Mauro colocou bem as questões gerais e temos que priorizar nossos debates. A primeira é de ordem mais político-ideológica: que comecemos a discutir se devemos realmente ficar neste debate acerca de se vamos ou não nos organizar por ramo de atividade, ou se comecemos a debater o problema da estrutura sindical como ela está colocada hoje, tornar este um debate importante para nós. Começarmos a questionar, inclusive, como algumas centrais sindicais que congregam sindicatos de assistentes sociais estão estruturadas, como participaram da defesa da lei que regulamentou, que legalizou as centrais, que possibilitou às centrais receber imposto sindical, transformando o movimento sindical num horroroso balcão de negócios, porque quanto mais sindicatos filiados à central mais dinheiro do imposto sindical ela recebe. E,

principalmente, rompe, absolutamente, com a autonomia sindical que é tão cara para nós. Isto por que quem vai definir a representatividade das centrais, que é numérica, quantitativa, é o Ministério do Trabalho, porque nós trocamos nossa autonomia por um punhado de dinheiro. É isso que nós queremos? São a essas centrais que nós queremos filiar os sindicatos por ramo de atividades ou dos assistentes sociais? Ou vamos construir uma concepção diferente por dentro dos sindicatos da classe, junto com a classe, para construirmos centrais sindicais diferentes, para construirmos estratégias revolucionárias para a sociedade do capital? Eu gostaria de deixar essa reflexão para nós e, em segundo lugar, fazer uma sugestão bem mais prática.

Eu sei que a Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro é arquipelaga, é mais do que a Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Campinas. É demais, passou por César Maia, enfim... Mas gostaria de fazer uma sugestão às companheiras assistentes sociais: vamos tomar essa Associação? Vamos torná-la combativa? Vamos fazer com que ela assuma as nossas lutas e as lutas dos trabalhadores da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro contra esses prefeitos playboys que consideram sujeira e lixo o povo que mora nas ruas por que não tem onde morar?

Essa é a proposta que deixo para vocês. Muito obrigada.

### ● Público

**Rosane, assistente social:** Meu nome é Rosane e há três anos trabalhei em São Paulo como assistente social numa empresa estatal. Um sindicalista veio à minha sala falando que eu precisava sensibilizar as pessoas para se sindicalizarem, para pagar o imposto sindical. Respondi que os trabalhadores têm que ter interesse em se sindicalizar, que o sindicato não pode obrigar as pessoas a fazê-lo. Aí ele disse: “Mas, se não pagar imposto, como é que fica o sindicato? Você já se sindicalizou, Rosane?” Eu respondi: “Ainda não me sindicalizei, sei que é importante, mas não é importante obrigar as pessoas a se sindicalizar”. Com o tempo, o sindicato começou também a tentar impor o que Serviço Social deveria fazer na empresa: “vai ser do partido tal, nós somos do partido tal.” E o sindicato não pode impor o que vou fazer como assistente social da empresa: estou mediando empresa e sindicato, ele não pode impor. Foram dois anos de uma árdua luta para, como assistente social, impor respeito ao sindicato. Até que o sindicato resolveu fazer uma mudança e disse que, por isso, eu precisava fazer 2.500 entrevistas, fazer visita domiciliar. Eu disse ao sindicalista que foi à minha sala: “Sabe quantas assistentes sociais há nessa empresa de 2.500 trabalhadores? Uma. Só tem uma assistente social e eu não vou fazer essas entrevistas. Não passa por aí, é uma reivindicação entre sindicato e empresa. Posso ser mediadora, mas não vou fazer tal quantidade de visitas domiciliares”. Ao longo dessa luta de dois anos, outros colegas, de outras empresas do Brasil começaram também a se impor com o sindicato, e eles começaram a ver a importância do profissional na empresa. Quando surgiram as trinta horas, o sindicato ficou ao lado dos assistentes sociais, mas foi uma luta bem árdua para ter o respeito do sindicato para conosco, porque eles pensam que nós temos que fazer o que está imposto pelo partido, pelo sindicato, quando na verdade nós temos nossa autonomia.

**Valéria Forti, professora da UERJ:** Boa noite. Meu nome é Valéria Forti, sou assistente social e professora aqui da UERJ. Minha indagação é mais a solicitação de um comentário, que vai

dirigida à professora Cleier, mas, se o professor Mauro Iasi quiser complementar seria bom. Nós, como assistentes sociais, temos duas direções no que se refere à ação: uma diretamente vinculada ao atendimento nas instituições, ao atendimento aos usuários, e uma outra que é a da formação profissional. Essas ações se relacionam. Penso, principalmente no que se refere à posição de Cleier, hoje, face à ASDUERJ, que essa questão do produtivismo intelectual, que se coloca em função da relação que as universidades vêm tendo com os órgãos de fomento, é algo que toca diretamente não só o que se refere à formação, mas é algo que vai ter implicações diretas e consequências, no meu entendimento, muito complexas no que se refere à ação profissional dos assistentes sociais. Não só, mas também. Em verdade, é algo que temos que discutir de forma bastante ampla, até porque muitas vezes aquelas pessoas que não estão no campo acadêmico não têm conhecimento da profundidade dessa questão, da complexidade disso, das implicações que isso pode ter e que vem tendo no que se refere ao campo acadêmico e, inclusive, também no que se refere às possibilidades de resistência no sentido das condições de trabalho nas instituições nas quais o assistente social trabalha atendendo aos usuários. Enfim, não sei se me fiz clara, mas gostaria de pegar todas as pontas. Obrigada.

**Márcia Canena - Assistente social do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro:** Boa noite, meu nome é Márcia, sou assistente social e atuo no Tribunal de Justiça. Só para não deixar de citar, nós vivemos uma grande greve no Tribunal, contra toda essa conjuntura de refluxo. Fizemos uma greve forte, com muitos problemas, e estamos sem salário até hoje. São 45 dias de salário cortado, o que não é comum. O Tribunal de Justiça reprimiu violentamente, dessa forma e de outras mais que não vou comentar aqui.

Queria falar um pouco do debate sobre estratégia aqui colocado. Ele é fundamental, porque o movimento sindical, a atuação sindical, tem uma limitação: ela sempre será corporativista. Eu percebo que, apesar de termos um sindicato (e é

**O produtivismo intelectual toca diretamente a formação, mas é algo que vai ter implicações diretas e consequências muito complexas no que se refere à ação profissional dos assistentes sociais**

um sindicato de trabalhador judiciário, é um sindicato por ramo), a categoria é corporativista. Quando digo a categoria, me refiro aos analistas judiciários, aos técnicos, a quem trabalha em cartório - que são a grande maioria -, mas também aos assistentes sociais, aos psicólogos, aos comissários da infância e da juventude. E o corporativismo permanece o mesmo; ou seja, só me interessa aquilo que diz respeito ao Judiciário. Se você falar de outro segmento, eu não quero saber, eu quero saber de mim. Portanto, não se ver como classe social, se ver apenas como assalariado, este realmente é o grande problema.

No Tribunal esse Sindicato tem uma base de mais ou menos 15 mil servidores e mais de 50% dos assistentes sociais são sindicalizados, o que considero um percentual alto. Mas acontece que os assistentes sociais não militam, não disputam, não fazem a discussão neste sindicato e vêm falando, atualmente, em criar uma associação paralela, como em São Paulo. Lá, o Judiciário é completamente esfacelado por associações. E qual é o discurso? “Ah, porque no SindJustiça nós não temos espaço” —, o que não é verdade na minha concepção, pois espaço se conquista. Eu vejo que não se busca esse espaço dentro do Sindicato, e é importante que a unidade esteja dentro do Sindicato, por que ele representa exatamente todos os trabalhadores judiciários. Você não pode se separar por que é assistente social: as condições de trabalho e as questões salariais são ruins da mesma forma. Os problemas têm especificidades, mas são afins. Então, estou aqui defendendo que estejamos criando esse espaço em vez de criar associações paralelas. É uma ilusão, na minha visão, pensar que criando uma associação de assistentes sociais você vai resolver o problema, por que o nosso problema é a militância. As pessoas é que não estão com a disposição de militar.

Para terminar, penso que o debate que temos que fazer é quanto às formas de luta. Nós sabemos o que está acontecendo, a pesquisa mostrou porque eu não vou para o sindicato: porque não confio, porque não acredito. Essa é a realidade, hoje. A questão é a seguinte: acredita-se em greve? Ou se pensa que nós fazemos greve, mas não temos força? Faz-se uma passeata, faz-se um ato? Essa é a discussão: o que nós fazemos? Como é que atraímos? Como é que discutimos a consciência política, a formação política? É mais ou menos isso.

**Charles Toniolo de Sousa, professor da UFRJ:** Boa noite a todos e a todas. Queria saudar a mesa, parabenizar as falas, dizer para a Cleier que esta é só a primeira vez que vamos chamá-la. Você já comece a se preparar para estudar cada vez mais sobre isso, porque um dos objetivos desse Movimento também é provocar na academia o debate, a reflexão sobre os desafios postos para a sindicalização do Serviço Social, hoje. Cheguei um pouco atrasado no evento porque estava participando de uma audiência pública chamada para debater o depoimento sem dano. Márcia, que me antecedeu e é do TJ, acompanha bem essa discussão. Eu fui falar pelo Serviço Social, contar um pouco da história de como foi construída nossa Resolução<sup>15</sup> a este respeito. Havia algumas autoridades presentes, sobretudo a representante do Ministério Público, e durante a audiência pública ela disse o seguinte — vou repetir as palavras que ela falou: “É muito legal, as audiências públicas são muito importantes, é importante debater tudo isso, mas eu sou a favor do depoimento sem dano”. Aí discorreu toda a sua argumentação e terminou falando assim: “Ele vai ser implantado no estado do Rio de Janeiro”. E saiu, foi embora por que tinha um compromisso. Não estou questionando o compromisso dela, mas foi embora, uma promotora de justiça.

Ontem também participei da assembleia dos assistentes sociais da saúde. Provavelmente a maioria dos colegas aqui presentes está acompanhando as mobilizações que estão ocorrendo na Prefeitura do Rio de Janeiro. Uma série de ataques foi conferida ao Serviço Social, mas houve todo um movimento de resistência. Nesta assembleia parecia que tudo estava perdido, mas aí houve todo um processo de discussão sobre a importância que o movimento teve, a referência que ele se tornou para os assistentes sociais do Rio de Janeiro, e saíram algumas propostas. Uma delas foi chamar uma assembleia dos profissionais da saúde, não só dos assistentes sociais. Isto por que se entendeu que aquela luta (a transferência dos assistentes sociais da saúde para unidades de assistência social) não era uma luta corporativa dos assistentes sociais, mas era uma luta em defesa da saúde pública, na medida em que estamos vendo as organizações sociais se instalando em várias unidades da saúde através de outras categorias profissionais. E aí se falou da dificuldade que se tem de organizar esses processos pela ausência de um sindicato de

<sup>15</sup> Nota do Conselho Editorial: referência à Resolução CFESS nº 554, que “Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano/ DSD, como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social”.

servidores da Prefeitura do Rio.

Por que estou falando essas coisas aqui? Por que os espaços para lutarmos pelos nossos interesses precisam ser construídos ou conquistados. Quando a promotora falou isso na audiência, eu disse: “Vamos ter que procurar o SindJustiça, porque certamente vai haver represália. Se depender do Serviço Social, dos assistentes sociais, o depoimento sem dano não vai ser implantado”. Porém, sabemos que vai haver assédio moral, sabemos que vai haver perseguição política, sabemos que vai haver retaliação administrativa, assim como houve na Prefeitura do Rio com relação ao movimento da saúde. E isso não é algo que diz respeito apenas a nós: diz respeito à classe trabalhadora como um todo.

Então, aproveito que o evento está sendo gravado e será registrado, e faço um chamado: nós precisamos nos sindicalizar, precisamos ocupar esses espaços, sejam eles quais forem. É interessante, porque toda vez que pensamos que vamos ter resposta para tudo, fazemos um evento e vemos que há sempre um monte de coisas que nós não sabemos. A estrutura sindical está viciada, o debate de ramo ou categoria é a ponta do iceberg desse debate. Toda a estrutura sindical está corrompida. Agora, vamos ficar olhando isso se corromper, isso se apresentar desta forma e não vamos fazer nada? Precisamos ocupar esses espaços. Para isso, se nós estamos nesse encontro, podemos divulgar essas ideias e envolver os assistentes sociais nesse debate da organização sindical. Temos a mania de sempre falarmos muito para nós mesmos, mas sozinhos não vamos conseguir, vamos dar de cara com a porta, não vamos conseguir avançar nas lutas que dizem respeito à nossa profissão.

Esse é um pouco do recado que queremos dar. É nosso interesse dar continuidade a essa discussão, mas fazê-lo numa perspectiva de classe, não numa perspectiva corporativa. Entendendo o assistente social como pertencente à classe trabalhadora, porque os dilemas que nós vivemos, os psicólogos vão viver conosco, ou outros profissionais vão viver conosco dentro do Tribunal de Justiça, ou os profissionais da Secretaria de Saúde, ou da Prefeitura do Rio, e de tanto outros espaços ocupacionais que o Serviço Social vivencia. Então, é um chamado político que fazemos. A experiência sindical é fundamental para avançarmos nas conquistas para a nossa categoria, que são conquistas também para a classe trabalhadora.

**Perciliana Rodrigues, assistente social da UERJ:** Boa noite a todas e a todos, à mesa. As falas de Mauro e de Cleier se complementaram bastante. Sou assistente social, trabalho aqui na UERJ, sou lotada no hospital Pedro Ernesto e durante alguns anos aqui na universidade estive à frente da Associação dos Servidores, que depois se transformou no Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais, unificando UERJ e UENF. Durante um bom tempo, fiz parte também da executiva de uma central sindical recentemente fundada, a CSP/Conlutas, que nasce no processo, também, de rediscussão do poder de organização. Inclusive não apenas na crítica do que se transformou a CUT, mas, em especial, de se repensar esse modelo de organização e da estrutura sindical. Tanto que essa central, hoje, já é uma central sindical e popular, se propondo a não apenas representar e reunir os sindicatos dos movimentos dos trabalhadores (inclusive os desempregados), mas também outros setores de organização da classe. Mauro nos colocou um dado interessante: já há algum tempo se fala do novo modelo de organização do trabalho, toyotismo etc. Aí parece que congela na nossa cabeça como se fosse este o modelo em vigor, como se não houvesse uma certa fórmula, uma realidade híbrida dos modelos - isto por que simplesmente não se acabou com o fordismo, e agora estamos na era do toyotismo. E isso se reflete, também, no processo de organização. Então este debate está atual. O problema, penso, particularmente, é que ele não pode estar descolado do debate do conjunto da classe. Na verdade, o debate é sobre que organização nós queremos, que modelo deve ser construído, de maneira a armar melhor a classe para o seu enfrentamento, para o enfrentamento que está posto em todos os níveis. Essa é a questão.

Em relação especificamente à organização dos assistentes sociais, eu defendo o sindicato por ramo, na medida em que acredito mais do que nunca que nós precisamos não apenas organizar os trabalhadores que estão formalmente trabalhando em algum lugar, seja no âmbito do serviço público, seja no setor privado, mas cada vez mais precisamos organizar todos os trabalhadores de forma cada vez mais unificada. No meu entendimento, como Márcia muito bem lembrou aqui, o sentimento de corporação não está só remetido a determinada categoria profissional: ele está nos setores, porque é um processo, é uma questão de concepção, também.

**Precisamos nos sindicalizar, precisamos ocupar estes espaços, sejam eles quais forem**

A organização, assim, não pode estar descolada dessa realidade maior. Mesmo defendendo o processo de organização por ramo, também não me coloco como um princípio contra que se venha a ocupar, se chegarmos a essa conclusão, por exemplo, o Sindicato dos Assistentes Sociais. Parece uma grande contradição, mas o que quero dizer é que isso não é um decreto. Isso tem que ser fruto e reflexo do processo político de organização da categoria e do conjunto da classe, porque se esse processo estiver colado na realidade e for reflexo da base, então nós devemos ocupar não apenas esses, mas todo e qualquer espaço que nos diga respeito, que vá fazer avançar o nível de consciência dos trabalhadores e fortalecer um projeto unitário não apenas sindical, mas de sociedade.

Então, para concluir, penso que é muito importante a realização desses encontros. Desde o primeiro evento, quando elaboramos que nome daríamos a esse Movimento, penso que para ele ser vitorioso (seja definindo, mais à frente, disputar ou não o Sindicato dos Assistentes Sociais), defendo que ele tem que ser capaz de responder ao desafio de como trazer efetivamente os assistentes sociais para a luta, e para a luta seja em que lugar for. Se daqui até o momento da disputa eleitoral da gestão do SASERJ, por exemplo, esse movimento tiver o reflexo de fato dessa luta, e se avaliarmos que é pertinente montar uma oposição para reocupar aquele espaço, para trazer o restante da categoria, enfim, para essa luta mais geral, que o façamos, mesmo defendendo como modelo de referência de organização um espaço mais amplo junto com toda a categoria. Então, é um debate de concepção e de estratégia, e não apenas de estar nesta ou naquela posição.

**Silvana, estudante de Serviço Social:** Boa noite, meu nome é Silvana, sou estudante da Unisuam. Minha colocação é para o professor Mauro. Gostaria que ele falasse a respeito da citação “dentro dela, mas contra ela”, que o senhor chegou a mencionar, mas não deu para anotar.

Pelo que entendi, todas as falas aqui refletiram o que o professor Mauro tinha comentado a respeito da falta de unidade. Nós temos uma profissão que defende a emancipação dos trabalhadores e a unidade dos mesmos para que eles possam se representar, estar no controle social. Mas, pelo que estou verificando, talvez nossa categoria não esteja unida

para fazer o que está se propondo a orientar os outros a assim fazer. Gostei da forma que Mauro falou, que é muito otimista. Também creio que só possa ser assistente social quem é otimista, acreditando; senão, nosso projeto cai por terra. Gostaria que o senhor falasse mais sobre esse desafio da unidade, que vai ser a resposta de todos os questionamentos já postos.

E, professora, a senhora falou que seria um retrocesso a questão da assistência, que era a definida como promoção e agora o é como assistência. Eu não acredito que seja um retrocesso, porque acredito na assistência social como uma política. E, como política, ela garante e viabiliza àquele sujeito o direito de não só ficar assistencialista como era, mas garante que ele tenha um direito e o impulsiona para que ele possa, depois daquela ajuda, acessar este direito. É uma ajuda temporária para conseguir ser provedor de seu próprio direito. Eu entenderia como retrocesso se a política continuasse como assistencialista. Mas como a assistência social agora é uma política de garantia de direitos e, também, de fazer um sujeito transformador, não a considero retrocesso. Não sei se estou errada, por isso gostaria que vocês falassem mais a respeito disso. Obrigada.

**Isabel Cardoso, professora da UERJ:** Perciliana já colocou muito do que eu queria falar. Mas como vocês vão fazer uma síntese de tudo aqui colocado, gostaria que falassem um pouco mais das inúmeras incompletudes em relação às opções do ramo. Há uma diversidade imensa na forma de experimentar essa prática quando consideramos as inúmeras categorias profissionais. Precisamos recuperar um pouco da história do sindicalismo por ramo e entender que nós temos - do ponto de vista regional e nacional, e olhando diferentes casos do território - que produzir experiências muito diferentes em relação a isso. Nesse sentido, gostaria de reforçar um pouco mais uma questão levantada por Perciliana, que toca essa discussão, principalmente do ponto de vista dos sujeitos: quem são os sujeitos do trabalho, hoje, no Serviço Social? Porque penso que o formato disso, que nós desenhamos como o formato da nossa organização política, necessariamente tem que vir de uma pergunta anterior que é: quem são os sujeitos do trabalho?

Nesse sentido, a opção lá dos anos 1990 teve muitas mudanças geracionais do ponto de vista de nós, sujeitos do

trabalho, e que alteraram — e muito — essa condição. Não só do ponto de vista das nossas condições e relações de trabalho, e da forma como as novas gerações entram nisso, que formou aqui um pouco o perfil naqueles primeiros quadros, daquelas telas com os resultados da pesquisa, aqui mostradas no início. Formou um pouco da nossa diversidade de mercado de trabalho, mas também do ponto de vista das nossas experiências culturais, das nossas experiências ideológicas, das nossas condições de vida. Quero dizer que há muitos assistentes sociais que moram em loteamentos periféricos; há muitos assistentes sociais que residem em favelas; há muitos assistentes sociais, portanto, que sofrem um processo de pauperização. Além de um processo de assalariamento, sofrem um processo espoliatiivo vindo desse assalariamento, tal qual os demais segmentos. E precisamos conversar um pouco mais sobre o quanto de espoliação, inclusive, temos sofrido neste processo, enquanto trabalhadores. Não podemos esquecer que a questão sindical ainda passa por uma estrutura extremamente territorializada, inclusive na forma de pensá-la, e precisamos aprofundá-la um pouco mais. Não estou dizendo que o formato da Conlutas é o que devemos propor, mas ali existe um embrião interessante para se pensar; são lutas que não estão apenas encerradas numa concepção de organização que reduz a experiência ao lócus do trabalho, mas pensar nesse sentido a possibilidade de se estabelecer conexões com as lutas urbanas, com as lutas sociais. E isso, numa profissão que tem as nossas características, é muito caro.

#### ■ Cleier Marconsin

Várias questões foram colocadas. Algumas são bastante específicas, mas vou me concentrar nas que dizem respeito ao que estamos conversando aqui, sobre a organização sindical. Essa forma de organização sindical que passa a existir depois da crise de 1857 e 1858, dos sindicatos, dos partidos, no âmbito dos países de capitalismo central, na verdade nasce do mesmo processo em que as lutas dos trabalhadores vão se dando contra a extrema exploração que eles viveram no início do capitalismo industrial. Não há possibilidade, na minha concepção, de fazermos um debate sobre a questão sindical se não tivermos à frente disso as lutas. Concordo inteiramente que o que temos que fazer é chamar as companheiras e os companheiros para a

Já foi colocada, aqui, a questão do imposto sindical. Falar de sindicato, hoje, é falar de uma estrutura que temos, em princípio, muito montada nas grandes empresas, mas que é organizada pelos trabalhadores, que são as fundações. E sabemos que a estrutura que efetivamente hoje monta nosso sindicalismo está diretamente relacionada com a estrutura das fundações. Então, nós vamos ser uma categoria profissional que vai lutar por fundações? De previdência, fundações como são a PREVI, a PETRO, como são várias outras? Isso tudo está no horizonte da nossa discussão. E para finalizar, nesse sentido, se no Rio de Janeiro estrategicamente a questão do sindicato passar pela ocupação de um espaço já instituído, ainda que corporativo, do Serviço Social, isso deve estar no nosso horizonte de discussão, sem que com isso fechemos a discussão ou consideremos que a discussão do ramo está fechada por si. Penso que ela tem que ser recolocada, reaberta, mas reaberta nessas diferentes experiências que nós já temos. Só um exemplo, para ilustrar: o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, aqui muito próximo de nós, simplesmente se calou em relação à instalação de uma siderúrgica em Resende. Não houve nenhuma preocupação do Sindicato em discutir o impacto ambiental daquela siderúrgica, um Sindicato que sabe exatamente o que significa a cidade de Volta Redonda. Nós queremos esse sindicato? Nós queremos um sindicato que não vai se misturar às questões que não sejam especificamente pautas de acordo coletivo? Isso nos diz respeito, trata-se do modelo de organização sindical.

luta. E também temos que debater qual a forma com que vamos desenvolver essa luta, qual é o instrumento, e é isso que estou colocando. Penso, também, que temos que debater que sindicato queremos fortalecer, que sindicato queremos que exista para representar a classe trabalhadora. Particularmente, sou da opinião que este formato atual de sindicato nós temos que desconstruir. Sou contra, continuo contra. Pode usar o nome que quiser (agora a CUT o chama de taxa negocial), mas é imposto, é atrelamento, é corrupção. E faz com que os dirigentes deixem de ter sua relação com a sua base social e, portanto, com a classe social. Temos que fazer esse debate. Se, ao final deste processo, o movimento de discussão da reorganização

## **Não há possibilidade de fazermos um debate sobre a questão sindical se não tivermos à frente as lutas**

## É o que os empregadores esperam dos assistentes sociais: que sejamos fiscais da população trabalhadora miserabilizada, pauperizada

sindical decidir que deve tomar o espaço dos sindicatos dos assistentes sociais, nessa linha de que nós vamos militar nos sindicatos, que vamos tentar trazê-los para a luta, esta é uma decisão a ser realmente pensada.

Com relação à questão da assistência social, não estou dizendo que ela seja um retrocesso. Ao contrário. Penso que a luta dos assistentes sociais para que a assistência social seja realmente uma política, ainda que na sociedade capitalista, é correta. O que coloco como retrocesso é chamar a secretaria responsável por estas ações pelo nome de assistência — aliás, os nomes das secretarias sempre foram um grande problema para nós. Na época do desenvolvimentismo, na época da perspectiva modernizadora, por exemplo, falava-se “Secretaria de Promoção Social”, “Secretaria de Desenvolvimento Social”, secretaria disso ou daquilo... Como é que vai chamar? Penso que chamar de assistência é um retrocesso, porque assistência é apenas um dos níveis de intervenção do profissional de Serviço Social, não é o único. Por isso não concordamos que todos os assistentes sociais devam ir para a Secretaria de Assistência Social. Nós atuamos na saúde, nós atuamos na cultura, nós estamos na habitação, estamos em todos os espaços que digam respeito a uma forma de intervenção nas múltiplas expressões da questão social. Então, chamar de “Secretaria de Assistência” é redução; para mim, é regressão. É nos verem como profissionais que só fazem assistência social. E isso, para ser assistencialismo, minha cara, não falta nada. E é o que empregadores esperam dos assistentes sociais — quando não, que sejamos fiscais da população trabalhadora miserabilizada, pauperizada.

Com relação ao que Valéria colocou, entendo bem o que ela está dizendo: para todas as várias categorias profissionais, as condições de trabalho têm mudado bastante. Na universidade estamos sendo, hoje, obrigados a sermos o captador de recursos do Estado, não só privado, mas do Estado também para as universidades. Se observarmos o orçamento da UERJ na fonte, que chamamos de fonte 00, que é a fonte que vem do Governo diretamente, é zero para investimento. Zero. Nós não recebemos um tostão do governo Cabral, que precisa fazer propaganda dele, claro, precisa reformar o Maracanã. Nós não recebemos um tostão, mas recebemos verba sabe de onde? Da FAPERJ, do CNPq, sabem como?

Através dos editais que, nós, professores temos que disputar. E pasmem: chamado de projeto de pesquisa. E sabem para que é a verba? Muitas vezes, para fazermos obras. Nós nos transformamos em projetistas de obras, fiscais de obras. Nós temos que ver se a obra está sendo bem feita. E, depois, temos que ser contadores, porque temos que prestar contas e temos que saber prestar contas. Se faltar vinte centavos, vamos ter problemas com a dívida ativa. É assim que está vindo dinheiro do Estado, fora o dinheiro para a folha de pagamentos e o dinheiro para a sobrevivência vegetativa da universidade. Essas são as condições que estão postas para nós.

E aí, sabem como é que se compensa? Se você traz o financiamento através do seu edital para a UERJ, você vai poder progredir de adjunto para associado, mais do que quem não traz. Você é pontuado mais do que quem não traz. E muitos professores da Faculdade de Serviço Social, que vão ensinar aos alunos que eles devem ser contra as normas impostas pelas instituições onde eles trabalham, aceitam isso. É disso que Valéria está falando. Colegas que escrevem livros e artigos dizendo que os assistentes sociais não podem ceder. O que é competência? Competência não é você assumir as normas institucionais, competência é você saber ler a realidade. Mas, aqui dentro nós assumimos as normas institucionais e saímos fazendo editais como loucos, porque dar aula na graduação, hoje, não pontua nada para os professores. Orientar trabalho de conclusão de curso para a graduação recebe pontuação C, e para doutorado pontuação A. E vou querer fazer quantos C's? Faço um A, que é muito melhor.

Então, em vez de discutir, questionar e brigar contra essas regras, essas normas, nós estamos aqui na pós-graduação dizendo: “Não, temos que aceitar as normas, porque senão vamos perder bolsas”. E vamos, né? Fazer o quê? E aí você fica entre a cruz e a caldeirinha. Vou perder bolsa? E os nossos alunos de mestrado e doutorado que precisam da bolsa, inclusive para poder fazer mestrado e doutorado, porque caso contrário não fazem, pois não têm condições? Nós sabemos disso. Então, essa é uma questão. Mas vejam: uma coisa é ser obrigado, mas lutar contra. Às vezes, somos obrigados na instituição a fazer determinadas tarefas, sim. Nós não somos donos daquele espaço, não somos donos dos recursos. Os nossos meios de trabalho também não pertencem aos assistentes sociais. O conhecimento

teórico e metodológico, sim, este é nosso. Mas o recurso institucional não é nosso. Então, às vezes, nós temos que fazer, sim. Mas não podemos internalizar aquilo como certo, como correto. Nós temos, como disse Mauro, que estar dentro e ser contra. Nós temos muitas vezes que fazer, mas temos que construir uma maneira de sair daquilo, inclusive articulando-se com outras categorias que, no âmbito da pós-graduação, também são contra isso. Por que nós vamos aceitar isso e dizer: “Não tem jeito, vamos nos adaptar”? É isso que você está dizendo, e esse é um debate que nós da Associação temos feito com os professores. Nós temos que pensar, em todos os espaços em que estamos, como é que vamos questionar, como é que vamos lutar para reverter este quadro. Para isso temos que fazer alianças, fazer articulações, nos unificarmos em todos os sentidos.

E aí, enquanto classe, Isabel, penso que realmente temos que ver como é que vamos fazer. Aqui na universidade, por exemplo, 40% da carga horária docente da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBEF) é ministrada por substitutos. Não são professores de segunda categoria, não, são de quinta. Eles têm o direito de pagar INSS, direito de licença-maternidade e, agora,

férias e também de receber o tempo para preparação de aulas (PAT) em todas as unidades, porque não tinham. Como vamos fazer para organizar esses professores, para lutar por direitos? Enquanto lutamos por concurso público, vamos deixá-los na rua da amargura? Nós estamos extremamente fragmentados no âmbito do nosso trabalho. Tem aqui um pessoal que trabalha na Construir, que é uma empresa terceirizada para serviços de limpeza, de manutenção etc. Este pessoal, agora, pode se sindicalizar ao Sintuperj, o que já foi uma luta, uma conquista do sindicato de vocês em um congresso realizado alguns anos atrás. Agora, temos um problema: há uma rotatividade altíssima nisso, tanto dos substitutos como dos terceirizados. Mas temos que pensar: como vamos fazer com os desempregados, os terceirizados, os quarteirizados? Então penso que para superarmos o corporativismo, devemos, como disse uma companheira, nos ver enquanto classe. E, nesse sentido, a classe é grande, ocupa vários lugares, e várias relações são estabelecidas. Temos que realmente dar um jeito de nos unificar e de pensar formas de unificação que contemplem o conjunto da classe.

Obrigada, uma vez mais, pelo convite.

#### ■ Mauro Iasi

Vou iniciar pelo comentário de Silvana. Eu me referi a “dentro, mas contra a ordem”, parafraseando Florestan Fernandes: um pé dentro da ordem, um pé fora. Tal tema tem uma profunda relação com o nosso debate, porque, ao discutirmos a estrutura sindical, o contexto em que estamos tentando fazer a luta sindical, nós estamos tratando dessa tensão de atuar nos limites da ordem, questionando, tensionando para além desses limites da ordem.

Valéria falava que o rebatimento dessa formação pode ter uma incidência no campo de atuação profissional não-docente. O que vem acompanhado desse produtivismo ao qual Cleier se referiu é que, na busca insana por editais, você acaba sendo pautado por eles. E isso acontece também na área de Serviço Social. Há áreas em que é interessante para as instituições de fomento financiarem. Então, de repente, está acontecendo algo entre nós: aquele perfil da formação profissional preocupado com a capacidade crítica, com a capacidade de entender a realidade, de intervir, você não vai achar um edital que te

financie nisso. Mas vai achar um edital para tratar de terceira idade, de criança, da infância, o que acaba, insidiosamente, pautando o que se tem chamado de um recuo neo-empirista, um processo neopositivista, que começa a olhar para nós e dizer o seguinte: “Esta reflexão não nos ajuda. O que me ajuda é saber montar um projetinho com começo, meio e fim para fazer uma intervenção pontual em um campo de ação específica”. E, sem que se perceba, de repente as reflexões macro, as reflexões societárias, estratégicas, o projeto ético-político, vão se tornando - vamos dizer assim - um tempero da formação que não responde à atuação. E aí, “a teoria, na prática, é outra”... Quando chego lá, não sei o que fazer. “Não me mande assistentes sociais formados pela UFRJ, porque eles só criam problemas”, e por aí vai. Foi para isso que Valéria chamou nossa atenção.

Pensei em três provocações finais e vou aproveitar esse conjunto de questões para fazer a primeira delas. Parece que, se vocês não tomarem cuidado nesse debate, a proposição de um sindicato por categoria inevitavelmente é corporativista, mas a

por ramo, não. Isso não é verdade, como as próprias falas apontaram. Você pode ser tão corporativista no conjunto da justiça, enquanto funcionário do poder judiciário, como pode ser enquanto assistente social. Então, é a escolha de qual corporativismo nos agrada mais, se é aquele por campo de atividade concreta profissional, ou por origem e formação. Não resolve nosso problema. O risco de corporativismo está presente nos dois formatos, e como várias pessoas falaram, isso está muito mais pautado para a estrutura do sindicalismo brasileiro do que para as nossas intencionalidades ao agir nela. O sindicalismo brasileiro está organizado por categorias. Nós estamos escolhendo se atuamos na categoria de formação ou na categoria de intervenção. Não resolve muito.

A provocação vem no seguinte sentido - e, irresponsavelmente (admito), a essa hora da noite: será que estas duas formas são antagônicas? O sindicato por ramo e o sindicato por categoria, no caso do Serviço Social, são antagônicos?

O segundo bloco de provocações, e uma série de intervenções aqui as trouxeram, também começa com uma concordância. Até derivar dessa primeira resposta, vou dizer: o problema está na concepção e na estrutura sindical. Esse é o debate a ser feito. Nós temos que encarar este debate, que é muito difícil de ser feito, porque nós tendemos a resolvê-lo muito rapidamente com um ou outro modelo. Às vezes, as pessoas falam assim: “Esse modelo do imposto sindical está errado. Esse modelo leva a um impasse, está corrompido, as raízes dessa corrupção nós compreendemos”. Defendo que hoje nós temos um grande consenso de identificar essa análise, ao menos no nosso campo. Tem gente que vai justificar os velhos discursos de manutenção da atuação neste formato, como se fosse algo ainda produtivo. Mas quando passamos a uma discussão do modelo de organização alternativa, há uma lacuna que não é teórica: é uma lacuna do movimento da classe. Estamos tentando achar uma resposta teórica para algo que só pode ser resolvido pelo movimento real da classe. Vejam, não estou aqui defendendo a “tática processo”, dizendo: “Deixa a classe fazer e depois nós teorizamos”. Não é isso. Temos como sugerir caminhos, avaliar alternativas, mas é uma lacuna que está dada muito mais pelo final do ciclo do que pelo elemento novo. Ocorre que como nós estamos entrando em um novo ciclo pode haver pistas para esse debate. As coisas

não são tão simples. A classe que antes estava centralizada e concentrada pelo modelo fordista se fragmentou, como a própria Perciliana falou; não há uma linha divisória do salto do abismo – “terminou o fordismo e começou o toyotismo”. Todo mundo que lê corretamente o toyotismo sabe que ele tem, mantém e intensifica aspectos do fordismo.

Em princípio, há uma pista correta: tem que ser uma organização mais geral. Isso é verdade e penso que todo mundo concorda. Agora, a fórmula sindical-popular, ainda que seja atraente, pode implicar num problema. Ela pode dar como resolvido o fato de que nesse âmbito organizamos melhor as categorias. E eu acredito, em princípio, que não, que esse espaço geral só pode ser de fato geral se ele partir de organizações específicas. Vou falar uma coisa que foi polêmica no encontro que acabou formando a CST/Conlutas: a participação ou não dos estudantes. Numa organização mais geral de articulação de toda a classe para as lutas, os estudantes, assim como todos os outros, deveriam estar presentes. Mas eles têm organizações próprias, específicas. Portanto, nada impediria de uma central de trabalhadores especificamente sindical ser uma necessidade que anteceda essa forma mais geral de organização das lutas, como o Fórum Nacional de Lutas, como organizações mais amplas. Tenho dúvidas. Isso está no coração dessa polêmica.

Isabel nos coloca uma questão fundamental: para pensar a forma de organização, temos que pensar esses sujeitos tal como eles se expressam hoje. E neste aspecto temos um problema que se relaciona com a própria natureza da categoria e que levou, num certo momento, à saída do sindicato por ramo: é a multiplicidade de intervenções possíveis. Você pode atuar, como foi falado, na assistência social, na saúde, no campo previdenciário; você pode atuar em empresas fazendo ou não aquele papel miserável que às vezes o capital impõe que o assistente social faça, ou em diferentes esferas de atuação do poder público. Então, isso gera uma pulverização que torna muito difícil a identidade como categoria. A identidade imediata, muitas vezes, é mais pela atuação: o profissional da área da saúde, por exemplo, o profissional da área da justiça. Isso dificulta um sindicato de assistentes sociais? Dificulta, mas, ao mesmo tempo, tem uma pauta muito específica que atualizaria essa necessidade, que é o grau de precarização. Porque parte dessa

precarização só é possível exatamente por essa pulverização. Como enquadrar na lógica antiga de categorias o profissional de Serviço Social que trabalha numa frente de ação do poder público, mas contratado via organizações sociais? Ele é um funcionário público? Cleier estava descrevendo uma situação estranha de uma universidade pública sem dedicação exclusiva, com uma carreira organizada por outros critérios. Imagine o conjunto dos servidores públicos tendo que coexistir no dia-a-dia do seu trabalho com pessoas que não são da carreira pública, são celetistas e, portanto, podem ser mandadas embora a qualquer momento! Há outra lógica! E como é que se organiza isso? Patamares mínimos de categoria podem ser muito úteis para organizar o assistente social nessa luta comum. As trinta horas são um bom exemplo de como implementar isso. Por isso, tendo a defender que as duas formas não são, em princípio, antagônicas.

Por fim, o terceiro bloco. As questões têm a ver com o que é que estamos chamando de estrutura sindical. Vejam bem: isso pode ser uma armadilha, também. Quando a CUT, no seu quarto congresso, definiu que proporia uma nova estrutura sindical, vinha junto dessa reformulação (não sei se Cleier vai se lembrar) uma frase de que eu gostava muito: “A CUT não está apenas propondo uma nova estrutura sindical, mas pretende praticá-la”. Era essa a formulação. Qual é a diferença? Qual é a lógica disso? Não vou apresentar uma emenda no Congresso Nacional propondo uma nova estrutura sindical para que o imposto sindical seja cobrado de tal forma, chamado de taxa negocial, ou que seja distribuído mais democraticamente, ou, ainda, para que as oposições tenham determinada porcentagem. Não vou fazer isso. Não estou propondo ao Estado que assuma uma nova estrutura sindical. Estamos pensando em uma forma de estruturar a ação sindical que nos interessa: é diferente! Então, nesse sentido, essa crítica à forma sindical ganharia uma densidade maior em um momento em que, acredito, estamos vivendo uma passagem, de intensificação dessas lutas. Nós precisamos de órgãos que representem reivindicações mais gerais, que salvem o terceirizado de uma situação bem prática. Por exemplo: nós vamos fazer uma greve do funcionalismo público, conseguimos aumentos salariais e condições de trabalho. O terceirizado não recebe esta conquista. Aí nos dizemos: “Não! Nós vamos exigir que

aquilo que a categoria ganha se estenda também para os terceirizados!”. Vamos supor essa hipótese. O que faz a empresa terceirizada? Demite aquele cara, troca aquele contratado de lá. Ele, que sai de lá e que acabou de ganhar novos direitos, vai trabalhar numa outra frente onde não há esses direitos. E como é que fica isso? Certos patamares gerais estão acima das categorias: esses deveriam ser garantidos. E quem vai garantir isso: o sindicato por ramo ou por categoria? Nenhum dos dois, mas uma organização mais geral da classe, que coloque limites à exploração do trabalho, conquiste pisos salariais, condições de trabalho etc. Portanto, acredito que aqui nós chegamos num bom momento para dizer que um bom debate é o que envolve a concepção e a estrutura sindicais. O bom debate é aquele em que pensemos enquanto categoria, mas em que não percamos a perspectiva da classe. O bom debate é o que pensemos em formas adequadas, formas práticas de ação que coloquem a classe em luta, e não meros princípios gerais, que depois esbarram nas condições reais de operacionalização.

Por fim, queria fortalecer o aspecto da unidade em minha fala. Por que estamos divididos entre nós? Estamos divididos de uma maneira mais profunda e mais séria do que pode parecer. Vamos tentar entender isso. Estamos divididos entre nós do campo de esquerda por que é natural sermos radicalmente defensores das nossas ideias, termos visões diferentes e termos uma certa dificuldade de lidar com isso - e em todos os pontos, não só no sindical. Mas há uma questão maior: temos que colocar a perspectiva do conjunto da classe, também concordo. Mas quando eu coloco o conjunto da perspectiva da classe, me aparece um problema ainda maior: a maior parte da classe não está no nosso campo; ela está naquele campo da tragédia, está no campo da CUT e, pior, no campo das centrais ainda mais conservadoras. A maior parte da classe, numericamente, está na CUT e na Força Sindical, na UGT etc. Qualitativamente, pegando setores importantes e decisivos da classe, também. Portanto, nós temos um problema anterior para discutir quanto a nossa unidade: é o apassivamento da classe, a subordinação da classe. Esse é um problema seriíssimo. Passa pela nossa unidade como campo de esquerda por fazer essa luta contra-hegemônica. Ajudaria muito, mas não resolve. Mesmo se nós todos estivéssemos unidos, a maior parte da classe ainda estaria do lado de lá. Gosto da categoria da

**Há um problema ainda maior: a maior parte da classe não está no nosso campo, está no campo da CUT e das centrais ainda mais conservadoras**

## Enquanto não vem a decisão, se sindicalize em algum lugar e comece a brigar

hegemonia passiva por que penso que a classe não está respaldando ativamente a alternativa conservadora. Você não está vendo a classe indo às ruas. Não! A classe está respaldando quem está fazendo isso: há um dublê de classe negociando por ela, mas ela passivamente aceita esse dublê falando em nome dela. Esse é um grande problema para a unidade.

O risco em compreender mecanicamente esta constatação é que, já que a maior parte da classe está por lá, deveríamos disputar a CUT. Caso se pensasse desta forma a própria CUT não existiria. É mais sério do que no período getulista. A CUT é uma máquina burocrática com o poder de controle de dinheiro, de recursos etc. Você virava a decisão de uma assembleia de sindicatos getulistas e fazia uma greve. Você não vira uma assembleia, hoje, no grau de controle que a CUT tem. Isto por que é muito mais do que uma estrutura sindical: é uma estrutura sindical baseada em fundações que têm poder econômico, que estão no governo por que têm interesses concomitantes com os grandes monopólios, inclusive financeiros. E, portanto, não adianta querer disputá-la, porque isso é indisputável. Agora, o fato de a classe se referenciar nessa camada burocrática é um problema para a nossa unidade, e vamos ter que resolver este dilema de alguma forma. Nesse sentido,

gosto do sindicato por ramo, porque você pode interferir nesse debate, também, onde ele acontece e fazer essa disputa onde ela deve ser feita.

Acredito, resumidamente, então, que: (a) não é contraditório organizar-se por ramo ou por categoria; (b) a solução da estrutura sindical não nos impede de agir por dentro dela, tensionando-a; (c) acredito que temos que inovar profundamente em nossas fórmulas e, para isso, precisamos colocar a classe em luta, naquilo que é possível mobilizá-la. Ao fazê-lo, estaremos tensionando o Sindicato dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro, tensionando as organizações sociais, tensionando os terceirizados. E, claro, podemos conseguir um patamar de luta que vá gerar, de fato, as tais novas fórmulas que podem ajudar a resolver nossos problemas.

Também agradeço muito a oportunidade de discutir isso com todos vocês. Gostei muito! Saio daqui com vários questionamentos e esclarecimentos para pensar essa questão num patamar mais aprofundado. Espero ver todos vocês sindicalizados, porque não adianta nada fazer essa discussão e cada um voltar para casa e dizer: “Deixa eles decidirem e depois eu entro no sindicato por ramo ou por categoria”. Enquanto não vem a decisão, se sindicalize em algum lugar e comece a brigar.

### ■ Martha Fortuna

Gostaríamos de agradecer a presença de todos, especialmente de Cleier e Mauro (que, inclusive, começaram conosco essa trajetória em uma reunião realizada na sede do CRESS). Estamos entregando a ambos, como um gesto simbólico de agradecimento, um DVD onde digitalizamos praticamente todos os periódicos impressos que o CRESS produziu desde a década de 1960. Há, nele, elementos da história do CRESS-RJ, da organização de nossas entidades, da profissão etc.

Registramos que na próxima sexta-feira, dia 13 de maio, haverá a mesa central da programação do Mês do Assistente Social, às 16 horas, na Capela Ecumênica da UERJ. O tema que debateremos será “Os 18 anos do Código de Ética e da Lei da Regulamentação em vigor: os desafios atuais”, com os professores Ana Elizabete Mota, da Universidade Federal de Pernambuco, e Haroldo Abreu, da UFF de Niterói. Em seguida ao debate, teremos a posse da nova diretoria do Conselho, eleita

recentemente, cuja gestão se intitula “Trabalho e direitos: a luta não para”.

Quero fechar esse momento não só agradecendo pela presença dos palestrantes, das pessoas que já estiveram aqui e que estão até o final do evento. Quero, ainda, dizer, enquanto membro da gestão do CRESS que se despede nos próximos dias (gestão “Ética, Autonomia e Luta”), que nós compramos a ideia desse debate sobre a organização sindical dos assistentes sociais motivados por provocações da base da categoria. Compramos não no sentido capitalista, mas no de absorver essa demanda e reconhecer sua importância e atualidade. Entendemos que estas reflexões devam continuar. Como Mauro e Cleier comentaram, é muito grande a importância do processo de sindicalização, na medida em que nós lutamos tanto para sermos reconhecidos como trabalhadores. Não podemos, agora querer ficar de fora dos espaços de organização sindical. Não queremos mais ser filantropia: queremos ser trabalhadores. Mas, então, temos que

nos inserir nesses espaços, no campo da classe trabalhadora. Então, agradeço a todos em nome da atual gestão do CRESS e passo a palavra para Denise, que

compôs o Movimento que organizou este evento, é membro da gestão já eleita para o CRESS e encerrará a nossa atividade de hoje.

#### ■ Denise Nicacio

---

Também quero agradecer a presença de todos. Além disso, queremos registrar, uma vez mais, nosso agradecimento à equipe da pesquisa coordenada pela professora doutora Maria Inês Bravo. É importantíssima essa pesquisa: ela nos trouxe dados para reflexão; trouxe materialidade para a nossa discussão. Em nome do Movimento Pró-Organização Sindical dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro e do CRESS quero, então, agradecer pela pesquisa e pelo retorno de seus resultados.

Quero ressaltar, ainda, que nós fizemos convite para várias organizações sindicais. Assim, quero agradecer a presença de Márcia Canena, aqui representando o SindJustiça, e lamentar a ausência de algum representante do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro.

Reforço, também, o convite feito por Martha para a posse da nova diretoria do CRESS, “Trabalho e direitos: a luta não para”, que ocorre no próximo dia 13 de maio.

Quero fazer um encaminhamento final. Esse segundo seminário foi fruto do primeiro; foi uma proposta apresentada ao longo daquele evento. Queremos propor, assim, que as pessoas não deixem de informar seu e-mail. Vamos fazer novos convites a vocês, para as próximas reuniões e atividades do Movimento.

Quem não preencheu a ficha de inscrição, portanto, por favor, a preencha. Vamos avaliar esse nosso seminário, propor novos encaminhamentos, e se alguém tiver alguma sugestão a dar, esteja à vontade para nos apresentá-la ao final ou na próxima oportunidade de reunião do Movimento.

Por fim, mais uma vez agradecemos aos palestrantes e à Faculdade de Serviço Social, pelo apoio e pela disponibilidade do espaço. E fazer um depoimento pessoal. Quando fui convidada a participar desse Movimento eu também estava naquela situação ali, no meio do caminho, fazendo toda essa discussão sozinha, desde a época do movimento estudantil, se é por ramo, se é por categoria. Mas, para mim, o que era líquido e certo é que precisávamos voltar a discutir, e a primeira tomada de decisão que tive foi a de me sindicalizar. Eu fiz a opção pelo ramo, sou filiada ao Sindicato dos Petroleiros, que é do ramo do qual faço parte. E essa é uma das nossas intenções: é jogar essa semente em vocês, assim como foi jogada em mim, para provocarmos a sindicalização nesse primeiro momento, para voltarmos a discutir, inclusive a partir de experiências concretas, a necessidade e a importância da organização sindical dos assistentes sociais.

Boa noite a todos!

# Em Foco

## Edições já publicadas:

Nº 1 O “*Serviço Social Clínico*” e o projeto ético político do Serviço Social (Maio, 2003, 2.000 exemplares)

---

Nº 1/complementar Atribuições privativas do assistente social e o “*Serviço Social Clínico*” (Maio, 2004, 1.000 exemplares)

---

Nº 2 O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico (Maio, 2004, 1.000 exemplares)

---

Nº 3 O Serviço Social e a Educação (Abril, 2006, 1.000 exemplares)

---

Nº 4 O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas (Agosto, 2008, 2.000 exemplares)

---

Nº 5 Assistência Social (Março, 2009, 2.000 exemplares)

---

Nº 6 Serviço Social Clínico (Outubro, 2009, 2.000 exemplares)

## Reimpressão:

Nº 3 O Serviço Social e a Educação (Novembro, 2008, 2.000 exemplares)

---

Nº 2 O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico (Dezembro, 2010, 1.000 exemplares)

Encomendas pelo e-mail: [secretaria1@cressrj.org.br](mailto:secretaria1@cressrj.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO

Página eletrônica: [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

### **Sede - Rio de Janeiro**

Rua México, nº 41. Salas 1202 a 1205. Centro.

Rio de Janeiro - RJ

*CEP:* 20031-144

*Fone:* (021) 3147-8787

*Fax:* (021) 3147-8791

### **Endereços eletrônicos**

*Diretoria:* [diretoria@cressrj.org.br](mailto:diretoria@cressrj.org.br)

*Secretaria:* [secretaria@cressrj.org.br](mailto:secretaria@cressrj.org.br) ou [secretaria1@cressrj.org.br](mailto:secretaria1@cressrj.org.br)

*Registro e cadastro:* [registroeannualidade@cressrj.org.br](mailto:registroeannualidade@cressrj.org.br)

*Orientação e fiscalização:* [cofi@cressrj.org.br](mailto:cofi@cressrj.org.br)

*Assessoria de Comunicação:* [comunicacao@cressrj.org.br](mailto:comunicacao@cressrj.org.br)

*Assessoria Política:* [assessoriapolitica@cressrj.org.br](mailto:assessoriapolitica@cressrj.org.br)

*Biblioteca:* [biblioteca@cressrj.org.br](mailto:biblioteca@cressrj.org.br)

### **Seccional Norte e Noroeste Fluminense (Campos dos Goytacazes)**

Rua 21 de Abril, nº 272 - Sala 311 - Centro.

Campos dos Goytacazes - RJ

*CEP:* 28.010-170

*Fone:* (022) 2723-9464

*Endereço eletrônico:* [cresscampos@ig.com.br](mailto:cresscampos@ig.com.br)

### **Seccional Sul Fluminense (Volta Redonda)**

Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, 350 - Salas 1001 a 1003.

Pontual Shopping - Vila Santa Cecília - Volta Redonda - RJ.

*CEP:* 27.261-050.

*Endereço eletrônico:* [cressvr@oi.com.br](mailto:cressvr@oi.com.br)

# Em Foco

A Revista “Em Foco” é uma iniciativa do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região e é publicada desde 2003. Seu objetivo é viabilizar a divulgação à categoria de reflexões sobre temas novos e/ou desafiadores postos ao exercício profissional e à profissão, sobre os quais, em geral, há pouco material publicado até o momento do lançamento de cada edição da revista. Como outras publicações do CRESS, a “Em Foco” pode ser considerada um absoluto sucesso. Suas edições anteriores tornaram-se referência para o debate dos temas que trataram, sendo requisitadas como bibliografia de concursos públicos e sendo recomendadas como bibliografia de diversos cursos de Serviço Social pelo país.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60593-02-6



788560 593026